

ELEONORA FRENKEL BARRETTO

**DESEMPREGO E (DES) MOBILIZAÇÃO POLÍTICA: A LUTA
DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAMPINAS E REGIÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a
orientação do Prof. Dr. Armando Boito Jr.

Este exemplar corresponde à redação final
da Dissertação defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora em
09 / 11 / 2004

BANCA

Prof. Dr. Armando Boito Jr. (orientador)

Profª. Dra. Liliana Segnini (membro)

Prof. Dr. Álvaro Bianchi (membro)

NOVEMBRO/2004

ÍNDICE

RESUMO	2
ABSTRACT	3
AGRADECIMENTOS.....	4
INTRODUÇÃO.....	7
I. O ROLO COMPRESSOR: A REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL	14
1. BREVE HISTÓRIA DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO: A PRESSÃO DA EXPANSÃO CAPITALISTA SOBRE O TRABALHO.....	14
2. O GOLPE EM CURSO: A REESTRUTURAÇÃO DE 1986.....	22
3. O CHOQUE SOBRE O TRABALHO.....	34
II. A RESISTÊNCIA DO TRABALHO: SINDICALISMO BANCÁRIO	47
1) A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO	47
2) A TENDÊNCIA IDEOLÓGICA: SINDICALISMO “MERITOCRÁTICO”?.....	50
3) O IMPACTO DA REESTRUTURAÇÃO SOBRE O MOVIMENTO SINDICAL: ADESÃO AO SINDICALISMO “PROPOSITIVO”?	57
III. DESEMPREGO E DESMOBILIZAÇÃO SINDICAL.....	63
1. O SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAMPINAS E REGIÃO	63
2. RESISTÊNCIA SINDICAL X OFENSIVA CAPITALISTA	65
3. LUTA REIVINDICATIVA X LUTA POLÍTICA?.....	79
4. SINDICATO E IDEOLOGIA DOMINANTE: CRÍTICA OU APEGO?	83
5. “O QUE FAZER?”	92
IV. O DESEMPREGO NO CAPITALISMO (CONTEMPORÂNEO)	111
1. CONCEPÇÕES DOMINANTES.....	113
2. ANÁLISE CRÍTICA.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	154
ANEXOS	163

RESUMO

O tema desta dissertação é a luta das classes trabalhadoras contra o desemprego na fase neoliberal do capitalismo. Este fenômeno se constitui como um dos principais fatores de desmobilização política das classes trabalhadoras, de enfraquecimento de sua capacidade de organização da luta reivindicativa e política. Discutimos a funcionalidade do desemprego para o avanço da acumulação capitalista e as dificuldades e necessidades que se impõem para os trabalhadores na luta contra o fenômeno. O objeto específico de análise é a ação do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região contra as demissões em massa que se operaram no setor bancário a partir de meados da década de 1980.

ABSTRACT

This research focuses on working classes struggle against unemployment during capitalism neo liberal period. This phenomenon has been one of the most important factors for political demobilization inside working classes, as for the weakening of their organization ability in search of political vindications. Usefulness of unemployment in favor of capitalist accumulation is discussed, as well as de difficulties and needs imposed to workers in their struggle against it. The specific object of the analysis is the action developed by the Sindicato dos Bancários de Campinas e Região (Bank Workers Union for Campinas and Surroundings), against collective dismissal in banks from 1980 onwards.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao CNPq pela bolsa de pesquisa concedida, sem a qual o trabalho não poderia ter sido realizado.

Agradeço ao Professor Armando Boito Jr. pelo trabalho de orientação, pelas leituras rigorosas e pelas conversas enriquecedoras, assim como pelo empenho demonstrado em solucionar questões burocráticas que se apresentaram. Agradeço também como aluna de graduação e pós-graduação do IFCH pela dedicação como professor e pelas disciplinas que contribuíram definitivamente para minha formação acadêmica.

Agradeço aos Professores Liliana Segnini e Álvaro Bianchi pelas críticas e sugestões feitas no exame de qualificação e por aceitarem participar da banca de defesa em caráter de urgência.

Agradeço ao Sindicato dos Bancários de Campinas e Região pelo material que disponibilizou; especialmente ao Roberto pela atenção que me deu e a todos que aceitaram fazer as entrevistas.

Agradeço ao pessoal do CEMARX (Centro de Estudos Marxistas) pelo trabalho em conjunto e pelas contribuições fundamentais das pesquisas realizadas por cada um; agradeço também ao próprio centro, que disponibilizou muitas vezes uma infra-estrutura de trabalho necessária.

Agradeço aos funcionários do IFCH, especialmente à Lurdinha, ao Iraní, ao Júnior, à Cecília e ao pessoal sempre atento do xerox.

Agradeço ao Luc de Assis pela ajuda crucial que me deu na etapa final do trabalho e pela amizade que nos aproxima cada vez mais.

Obrigada ao Luis Fernando pela ajuda de última hora que foi providencial!

Agradeço a todos que estiveram ao meu lado e que vivenciaram comigo, de alguma forma, o período em que estive desenvolvendo esta pesquisa: à minha querida amiga Mari, por todas as conversas e risadas, pelo apoio e pela força em momentos muito importantes; à Fabi, amigona de todos os tempos, cuja volta meu coração sempre aguarda ansiosamente; à Fê, parceira de tantas histórias, agradeço por todas estas e pelas muitas que virão, pelos momentos de festa, mas também pelo ombro amigo e pelos sábios conselhos; ao Marchola, querido, pelos papos regados a um bom vinho do Porto (com todo respeito, Fê); à Arcilia,

pelos “velhos tempos”, e à pequena Janaína pela alegria e o carinho de estar ao seu lado; à Bia, minha primeira amiga da faculdade, pelas dificuldades superadas e pela amizade que prevalece; à toda a galera do Didi Mocó pela alegria das tardes de campeonato e especialmente à criançada que emociona o Muchachão! E rumo ao Tetra!!! A todos que estão longe, mas que nunca deixam de ser lembrados: Mauricio, Martín, Seba, Letícia, Fride.

Especialmente à minha família, sempre presente, embora espalhada pelo mundo afora: Eliane, Gabriel, Sofia, Soledad, Eduardo, Marisa, Pablo, Ian e à memória de Alan; à minha avó Nilda e “a todos en el campo”. E à minha família mais próxima: Ana, Mario, Julian e Leandro por todos os anos de convivência, afeto e amizade.

Agradeço ao Henrique José por tudo que passamos, por toda a história que marcou profundamente minha vida e minhas escolhas; sem você este trabalho não seria o que é.

Beta, minha querida, agradeço a você pelos sambas e pelas gargalhadas, pela feliz coincidência que nos uniu e pelos momentos inesquecíveis que guardo no meu coração.

Jacques, meu lindo, obrigado por ter aparecido na minha vida, pelo amor, pelo carinho, pelo cuidado, pelas baladas, pela intensidade de tudo que fazemos juntos! E, é claro, pela felicidade de trazer o Gabriel para viver momentos maravilhosos conosco!

Agradeço com especial carinho aos meus pais, Marga e Saúl, por estarem sempre presentes, por me darem toda a segurança e apoio necessários, por estarem sempre prontos para me ouvir e por respeitar e confiar em minhas escolhas.

Dedico este trabalho ao David, meu irmão, amigo, parceiro de todas as horas, de quem nunca estive tão longe e com tanta saudade! Volta logo meu irmão, temos muita coisa para fazer juntos!!

“Il y a décidément quelque chose qui ne tourne pas rond”

(Husson, 1996:192)

INTRODUÇÃO

O problema da pesquisa

O ponto de partida deste estudo é o tema da mobilização política das classes trabalhadoras em conjunturas onde o desemprego atinge níveis elevados e crescentes, como a atual fase de desenvolvimento capitalista. É de conhecimento geral que a situação de desemprego crescente provoca um “esvaziamento” da luta sindical, devido à diminuição do contingente de trabalhadores representados, mas, fundamentalmente, e isto é pouco explicitado nos estudos sobre sindicalismo, pelo medo constante que a ameaça de demissão imprime sobre os trabalhadores, inibindo sua disponibilidade para a luta reivindicativa. Esta relação específica entre desemprego e atuação sindical ainda é pouco explorada pelos estudos sobre sindicalismo no Brasil; em geral, se aponta a questão das novas dificuldades colocadas na atual conjuntura e, embora alguns autores indiquem a necessidade de pensar novas formas de organização da resistência sindical, se admite em grande medida a “inevitabilidade dos fatos”, ou seja, que o desemprego “veio para ficar” e que o sindicalismo não poderá mais se constituir como forma efetiva de resistência dos trabalhadores. Neste sentido temos, por um lado, a compreensão predominante de que o fenômeno do desemprego é “natural” no atual estágio de desenvolvimento capitalista e, por outro lado, a adoção de práticas sindicais que sucumbem à força deste discurso e assumem a postura de diálogo e “negociação a frio”, isto é, sem mobilização e sem luta, com o objetivo de encontrar soluções “viáveis” para as “conseqüências indesejadas do progresso”.

Fora do âmbito sindical, a questão do desemprego e da mobilização política toma forma nos movimentos de trabalhadores desempregados que surgem em alguns países, como França, Espanha ou Argentina. No Brasil, contudo, não há ainda movimentos estruturados e com significativa repercussão, embora já tenha havido no passado algumas experiências e hoje se constituam novas tentativas de organização de desempregados; de maneira que o tema da mobilização destes trabalhadores tampouco é significativamente explorado nos estudos sociológicos. Estes discutem as “novas configurações” do mercado de trabalho, as mudanças nos tipos de emprego, a reconfiguração da relação emprego e desemprego e a evolução da compreensão e legitimação social da noção de desempregado, mas há também uma tendência geral a aceitar a reestruturação capitalista do trabalho como

processo inexorável e a se limitar a levantar a necessidade de pensar novas formas de suprir as necessidades de sobrevivência dos trabalhadores que, sabe-se, não encontrarão postos no mercado de trabalho.

O que procuramos destacar é que há uma escassez de estudos que enfoquem o aspecto político do fenômeno do desemprego, ou seja, o efeito desmobilizador que tem sobre as classes trabalhadoras (seja entre os empregados ou entre os desempregados), e, mais importante do que isto, que explicitem a que interesses ele responde no processo de acumulação capitalista. Quer dizer, pensar o desemprego e o desempregado não é somente pensar as causas econômicas e os efeitos sociais, mas também a função política – o papel na atualização da luta de classes – as formas de organização da resistência e os componentes ideológicos do fenômeno. Pensar o desemprego como uma fatalidade implica em discutir somente as formas de minimizar seus efeitos negativos sobre as classes trabalhadoras; compreendê-lo como um instrumento político de dominação e controle, implica em discutir as formas de organização de uma luta político-ideológica de enfrentamento a esta forma de exercício do poder capitalista.

Neste sentido, ao fazer o levantamento bibliográfico para esta pesquisa, constatamos a falta de trabalhos que discutissem diretamente o tema da relação entre mobilização política dos trabalhadores e desemprego, tanto do ponto de vista da desestruturação do movimento sindical, como da organização dos desempregados. Assim, consideramos necessário explorar em diversos campos do conhecimento (Ciência Política, Sociologia, Economia) instrumentos que permitissem traçar esta relação. Este trabalho se caracteriza, portanto, por levantar “pistas” em diferentes áreas com as quais se pretende conduzir a uma reflexão sobre o caráter político do fenômeno do desemprego no capitalismo.

Desta forma, enquadramos esta Dissertação de Mestrado na classificação de Estudo Exploratório Empírico, definida em documento produzido pelo Departamento de Ciência Política do IFCH-UNICAMP¹. Neste documento, as dissertações empíricas ou teóricas (que tenham como objeto uma realidade determinada ou teorias e conceitos, respectivamente) foram classificadas em três tipos, segundo a relação entre o tema da dissertação e o conhecimento acumulado nessa área temática. O Estudo Exploratório versa justamente

¹ DCP/IFCH/UNICAMP. *A dissertação de mestrado em Ciência Política. Mimeo*. Campinas: 2002. Item II. “Os tipos de dissertação”.

sobre um tema pouco pesquisado, sobre o qual ainda não se acumulou uma bibliografia significativa. Nesse tipo de estudo, o que contam são as informações novas levantadas pela pesquisa, e não o diálogo com o conhecimento acumulado, que ainda é pequeno; o mestrando pode realizar um levantamento descritivo, mais ou menos livre, sobre o seu tema; mas deve tomar por referência alguns conhecimentos prévios mínimos, para definir qual é o interesse e a pertinência dos fatos levantados.

Considerações metodológicas

A pesquisa está apoiada na análise crítica de parte da bibliografia que trata temas relevantes para nosso objeto: a ação do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região contra as demissões em massa que ocorreram no período de 1986-2002. Para discutir esta questão, procuramos trabalhos sobre a “reestruturação produtiva” e sua configuração no sistema bancário nacional; o sindicalismo no Brasil nesta conjuntura e as especificidades do sindicalismo bancário nacional; a discussão sobre o desemprego na etapa atual do capitalismo e, particularmente, no Brasil; as demissões no setor bancário; a questão da atuação sindical em uma conjuntura de desemprego em massa; a discussão sobre o sindicalismo de classe média e sobre a formação da consciência de classe e da identidade política.

O trabalho fundamenta-se também na análise de dados empíricos levantados em duas fontes:

- 1) Os números do Jornal “O Bancário” do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região, publicados entre 1986 e 2002, disponibilizados em Cd-rom por esta instituição.
- 2) Entrevistas com dirigentes sindicais e integrantes de movimentos sociais ligados aos trabalhadores desempregados da cidade de Campinas.

O jornal “O Bancário” foi publicado por primeira vez em agosto de 1953, mas até o ano de 1983 não tinha regularidade; a partir de setembro daquele ano, passou a ser editado

semanalmente e iniciou-se nova numeração. Desde abril de 1997, o jornal está disponível no *site* do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região. A tiragem da publicação é de 10.000 exemplares e estes são distribuídos pelos diretores sindicais nos locais de trabalho, de modo que é amplamente difundida entre os trabalhadores; uma pesquisa realizada na década de 1990 informa que 90% dos bancários têm o jornal como fonte de informação.

A leitura de “O Bancário” permitiu fazer uma análise do andamento da luta sindical diante da reestruturação do sistema bancário nacional, partindo da primeira grande ofensiva sofrida pelos trabalhadores do setor em 1986 e seguindo ao longo de 16 anos de desmonte das condições e relações de trabalho vigentes até então nos bancos. O benefício desta fonte é que transmite o impacto e as reações do movimento sindical no calor da hora em que as medidas e políticas foram sendo implementadas por banqueiros e governos. O registro do momento imediatamente posterior ao anúncio de demissões em massa, por exemplo, revela a indignação dos bancários, suas expectativas de resistência, sua opinião sobre as causas deste acontecimento, seus planos e estratégias de ação. E é possível observar ao longo dos anos como ocorre este impacto, que elementos se mantêm iguais e quais se transformam.

Esta análise tem um limite dado pela própria característica da publicação: é um informativo que traz, na maior parte das vezes, notícias curtas sobre os últimos acontecimentos, sobre debates que estão ocorrendo no meio sindical e bancário, sobre as negociações, sobre os eventos sociais e esportivos da entidade, além de denúncias de condições de trabalho precárias, e chamados à participação dos trabalhadores nas mobilizações organizadas pelo sindicato. Em algumas edições, há entrevistas um pouco mais longas sobre a situação política nacional ou sobre problemas específicos do trabalho bancário, mas, em geral, o jornal carece de discussões mais profundas sobre questões

fundamentais relativas ao movimento sindical, tais como uma problematização dos diferentes elementos da reestruturação bancária, ou uma discussão sobre as formas de organização da resistência e luta dos trabalhadores.

Esta falta foi suprida com a realização de entrevistas com dirigentes do sindicato, onde se procurou tratar mais amplamente estes temas, ouvindo e questionando as concepções presentes no movimento, as avaliações sobre as ações passadas e presentes e as perspectivas para a ação no futuro próximo. Nestas entrevistas foi possível apreender algo que somente a leitura do jornal não permitiria e que é muito rico para a discussão: a divergência de opiniões, as dissonâncias internas ao sindicato.

Estas entrevistas foram organizadas de forma semi-estruturada, ou seja, com perguntas abertas, e foram realizadas com um pequeno número de pessoas, sem pretensão de amostragem, priorizando a representatividade qualitativa – política – e não quantitativa dos entrevistados.²

A técnica de entrevista proposta enquadra-se na definição de Thiollent (1980) de “enquete operária”: não somente um modo de investigação, mas um instrumento de trabalho político junto à classe operária, que procura incitar os respondentes a superar as respostas estereotipadas e estimular suas faculdades de observação crítica.

É preciso fazer duas ressalvas: 1) as entrevistas foram realizadas com dirigentes sindicais, de modo que a proposta de intervir através da conscientização política não pode ser privilegiada, uma vez que se trata de um grupo de pessoas com tradição no movimento sindical e com formação política para tal; 2) os trabalhadores bancários não podem ser

² O roteiro das entrevistas encontra-se nos Anexos.

caracterizados como classe operária *stricto sensu*; sobre este ponto há uma longa discussão à qual voltaremos mais adiante.

Contudo, o que valida o uso da “enquete operária” aqui são seus pressupostos fundamentais, segundo os quais: 1) não há neutralidade metodológica em nenhuma técnica de pesquisa ou neutralidade axiológica (de valores) por parte dos pesquisadores; 2) cada técnica contém pressupostos teóricos relativos à estrutura do objeto investigado; 3) os questionários contêm uma problemática e esta pode ser imposta aos entrevistados.

As técnicas que se dizem “neutras”, que objetivam apenas levantar dados empíricos do real e sistematizá-los como fatos sociais, fundamentadas em questionários supostamente objetivos e em pesquisadores que não fazem nenhum julgamento de valor de seu objeto, dissimulam problemáticas ideologicamente marcadas em suas perguntas, formuladas a partir das formas de representação do social das classes dominantes. Consistem em colocar o entrevistado frente a uma estruturação dos problemas que não é a sua e estimular a produção de respostas reativas, com o que surge o problema da imposição de problemática.

A questão não é negar a existência de uma problemática que orienta a investigação, mas preocupar-se em não impô-la, para o que é preciso uma perspectiva de questionamento e não de observação unilateral. Trata-se de considerar as diferenças culturais existentes entre entrevistador e entrevistado, admitir que a linguagem utilizada por cada um é socialmente determinada e suas significações são diferenciadas e que a formulação das perguntas traz consigo uma problemática e um objetivo.

No caso da enquete operária, a problemática está explícita no questionário, este é a aplicação direta, de forma interrogativa, dos componentes teóricos da pesquisa. Admite-se que as perguntas podem influenciar as respostas, mas não se trata de eliminar esta influência, mas sim de controlá-la em função de certos objetivos, no caso: dar aos

interlocutores a possibilidade de ultrapassar o plano da resposta estereotipada. A problemática do questionário levanta uma série de indicações que se opõem à passividade ou à tendência à aquiescência dos respondentes, estimulando-os, através das perguntas, a descrever sua própria experiência na vida material e romper com a ideologia imposta.

Como coloca Bourdieu (1987: 141) ao discutir as pesquisas de opinião pública, “não existem problemas que se apresentem de igual modo para todos; não existem perguntas que não sejam reinterpretadas em função dos interesses ou dos não-interesses das pessoas para as quais são colocadas.” É preciso admitir a não neutralidade das perguntas impostas através do questionário e constituí-las como políticas, assim como reconhecer que tanto entrevistador como entrevistado produzem perguntas e respostas a partir de um sistema de valores implícito que engendra problemas diferentes. Ao invés de propor perguntas “neutras e objetivas”, a idéia é situar o campo de opiniões sobre determinado assunto e fazer com que o entrevistado se posicione; esta tomada de posição é feita em função de princípios políticos, representa uma escolha entre grupos que se definem politicamente e, assim, engendra um conflito de forças. Uma análise do conteúdo da imprensa sindical implica, portanto, um mapeamento das posições previstas sobre determinados assuntos e das posições objetivamente ocupadas pelos envolvidos; relação esta que a análise das ideologias visa explicar (Cf. Bourdieu, 1987: 146).

I. O rolo compressor: a Reestruturação do Sistema Bancário Nacional

1. Breve história do sistema bancário brasileiro: a pressão da expansão capitalista sobre o trabalho

O que se procurará destacar é que a trajetória de expansão do sistema bancário nacional está marcada por sucessivas transformações tecnológicas e organizacionais, sempre com vistas à intensificação da produtividade do trabalho e aumento dos níveis de acumulação de capital, mediante o parcelamento das funções e, freqüentemente, a desqualificação do trabalho bancário. Por volta de 1920, inicia-se um processo de expansão das atividades financeiras e, como afirma Segnini (1999: 3):

“Desde então, inicia-se um gradual processo de racionalização do trabalho bancário sempre vinculado a mudanças tecnológicas e organizacionais que objetivaram atender a uma permanente expansão das operações financeiras e a redução dos custos através da divisão e intensificação do trabalho. A característica presente em todos estes momentos históricos foi e tem sido ainda a procura da intensificação da produtividade dos bancários e a minimização dos custos de funcionamento da estrutura das instituições financeiras”.

Na década de 1920, a organização social do trabalho nos bancos estava assentada em bases paternalistas; os membros da elite dirigente, que tinham origem na aristocracia rural paulista, eram livres para criar normas de trabalho, sem que houvesse qualquer objeção por parte dos funcionários ou qualquer interferência estatal; os membros do quadro administrativo, por sua vez, viam as tarefas atribuídas a eles como parte de seu dever de respeito e obediência aos patrões. A lealdade aos patrões era incentivada e constituía-se como um meio de fazer carreira nos bancos. Não havia função fixa no banco e atribuíam-se aos funcionários tarefas esporádicas, na base da confiança pessoal, que podiam ser modificadas a qualquer momento. O trabalho bancário não era mecanizado, não havia sequer máquinas de calcular e os bancários ficavam, muitas vezes, até alta madrugada fazendo cálculos; como não havia especialização, qualquer funcionário poderia ser designado para a tarefa (Cf. Canêdo, 1978: 28-32).

No início do século XX, os bancos nacionais ainda eram pequenos, estavam espalhados geograficamente em torno dos portos de exportação e não tinham capacidade

para financiar a agricultura cafeeira, o que era feito por bancos estrangeiros. Com a consolidação urbana de São Paulo, surge a necessidade de novos investimentos no setor cafeeiro da região, o que abriu possibilidades para a instalação de bancos nacionais capazes de complementar a oferta de capital estrangeiro no mercado (Cf. Canêdo, 1986:11).

No decorrer do século, o trabalho bancário foi-se alterando em função das mudanças no papel atribuído ao sistema financeiro no processo de expansão do capital. O desenvolvimento e fortalecimento do sistema financeiro nacional devem, portanto, ser entendidos no contexto do processo de industrialização e urbanização que se intensificou a partir de 1930, com a “Era Vargas”; período em que se estabeleceu a proteção de um Estado forte à expansão do capital, através de ações políticas, econômicas e sociais, que garantiram a acumulação apoiada em uma estrutura produtiva de base urbano-industrial (Cf. Segnini, 1999: 4).

Neste contexto, criam-se mecanismos para garantir uma nova ordem “racionalizadora”, atingindo também o trabalho bancário. No período compreendido entre as décadas de 30 e 60, a “racionalização”, enquanto forma de gestão, desenvolveu-se concomitantemente com a mecanização do trabalho bancário, introduzida gradualmente. Neste processo, a disciplina e o controle fundados até então no respeito à autoridade patriarcal, passam a ser substituídos, gradativamente, pela “disciplina do rendimento”, presente na proposta “racionalizadora” da administração “científica” do trabalho.

Na década de 30, começa a introdução de máquinas para a realização dos registros bancários, surgem as copiadoras de gelatina e permite-se a escrituração a máquina, com o objetivo de agilizar o trabalho e diminuir o número de funcionários. Inicia-se, neste período, o processo de divisão das funções. Temos, por um lado, bancários “qualificados”, incumbidos das tarefas que demandam conhecimento técnico e responsabilidade; e, por outro lado, trabalhadores tidos como “sem qualificação”, encarregados de operações menos complexas, que não requerem um longo processo de aprendizagem, apenas o cumprimento de normas ou um rápido treinamento. O trabalho feminino ainda era reduzido, mas passou a ser utilizado fundamentalmente para estas funções de suporte ao trabalho considerado qualificado.³

³ Com a introdução das máquinas *Holleriths* ou *National*, “tornava-se necessário a contratação de funcionários que não necessitavam ter conhecimento dos procedimentos bancários mas, seriam responsáveis

Na década de 60, especialmente com o golpe militar de 1964, estabeleceram-se as condições políticas para a realização do projeto econômico de uma fração da burguesia brasileira (a burguesia financeira)⁴ aliada ao capital internacional. Para a expansão e consolidação deste capital no país, tornava-se necessário “racionalizar” o sistema financeiro, dotando-o de uma produtividade que acompanhasse a marcha do capital industrial (Canêdo 1986: 189). Para tanto, foram tomadas algumas medidas, como a Reforma Bancária (Lei 4595, 31.12.1964), a Reforma do Mercado de Capitais (Lei 4728, 14.07.1965), e o Plano de Ação do Governo – PAEG – (1964 – 1966), que criaram os instrumentos legais para o desenvolvimento de uma estrutura financeira oligopolizada capaz de dar suporte ao novo padrão de acumulação projetado.⁵ Esta nova estrutura, segundo Teixeira (1985:39), representou “de fato o lançamento das bases institucionais à acumulação financeira”, proporcionando a esta certa autonomia em relação à expansão produtiva da economia.

Os bancos passaram a exercer funções múltiplas, tanto na qualidade de bancos comerciais, como de bancos de investimentos, administradores de carteiras e fundos de ações, *leasing*, sociedades de créditos imobiliários, corretoras, seguradoras, distribuidoras. Ao mesmo tempo em que o sistema financeiro nacional ampliava sua função intermediadora de captação de recursos monetários e de empréstimo ao capital produtivo, criava as condições para sua autonomização.

A expansão das atividades financeiras no país pode ser observada pelas taxas reais de crescimento de sua participação no Produto Interno Bruto (PIB), no período de 1950-1990. São Paulo é utilizado como exemplo significativo do crescimento do sistema financeiro, pois, dada a centralização dos bancos nas regiões mais industrializadas, apresenta os maiores índices no período. Em 1950, o sistema financeiro do estado de São Paulo participava com 1,2% do PIB nacional; em 1960, este índice passou para 3,4%; em

pele registro dos dados nestas máquinas. Este posto de trabalho foi ocupado pelas mulheres” (Segnini, 1999: 9).

⁴ A reestruturação do sistema financeiro nacional estava profundamente articulada a um contexto em que a burguesia financeira assumia posição hegemônica (Cf. Jinkings, 1994:32).

⁵ Estas medidas “*criavam mecanismos legais de controle e fiscalização, pelo Estado, sobre as instituições públicas e privadas do sistema financeiro; estabeleciam a formação de instituições financeiras especializadas na captação e aplicação de recursos a médio e a longo prazos; institucionalizavam a correção monetária na remuneração de aplicações para incentivar a poupança, dentre outras medidas*” (Manfredi Apud Jinkings, 1994: 32).

1970, para 6,7%; em 1980, para 12,1% e, finalmente, em 1990, passou para 21,2% (Cf. SEADE *Apud* Segnini, 1999: 15).

Participação do sistema financeiro do estado de SP no PIB nacional:

1950	1960	1970	1980	1990
1,2%	3,4%	6,7%	12,1%	21,2%

Este processo de expansão implicou, simultaneamente, na concentração e centralização do sistema financeiro nacional, com a formação de conglomerados financeiros e o estímulo à transnacionalização do capital através da associação com o capital estrangeiro. Como mostra Segnini (1999: 15-16), “em 1966 havia 225 sedes de bancos sendo que a quarta parte dos depósitos à vista estavam sob o controle de 6 bancos; em 1974, dos 75 bancos que restaram no processo de fusões, somente os dois maiores passaram a controlar o mesmo percentual dos depósitos à vista, ou seja, um quarto”. Teixeira (1985: 98) mostra que em 1971, havia 80 grupos estrangeiros atuando no sistema bancário nacional e, em 1980, este número passou para 146.⁶

Neste período, o sistema bancário cresceu, se dispersou geograficamente (os bancos tornaram-se nacionais e perderam o caráter regional, embora se mantivessem concentrados, em sua maioria, na região sudeste) e diversificou seus serviços. A automação criou a possibilidade de agilizar os registros e informações, aumentar a qualidade e velocidade do processo decisório, diferenciar e diversificar os serviços prestados. Esta automação passou a representar a principal estratégia de *marketing* dos bancos, transmitindo a imagem de “confiabilidade e rapidez no atendimento” (Cf. Segnini, 1999: 16-7).

O objetivo da automação era racionalizar o trabalho interno e aumentar a produtividade. Para tanto, foram instalados equipamentos que alteraram, intensificando e agilizando, o trabalho dos funcionários das agências. Depois de 1964, com a criação dos

⁶ Contraditoriamente, contudo, o autor acredita que este crescimento na participação direta de bancos estrangeiros no país não significa uma perda do predomínio nacional na estrutura de propriedade do sistema bancário. Segundo Teixeira (1985: 95 e 182), a internacionalização do capital financeiro no Brasil assumiu um marco distintivo, caracterizado pelo forte protecionismo ao setor financeiro nacional e pela priorização da ampliação das possibilidades de absorção de capital externo na forma de empréstimos. Um indicar disto seriam os acordos bilaterais que regulamentam a vinda de bancos estrangeiros para o país: “*um banco estrangeiro só pode se instalar no Brasil se um banco brasileiro tiver autorização para se instalar no respectivo país de origem*”.

Centros de Processamento de Dados (CPDs), surgiram novos postos de trabalho cujas funções correspondiam a operações simplificadas e repetitivas, limitadas a preparar e conferir documentos, ou inserir dados no sistema, agora o responsável pelo processamento massivo dos dados. Segundo Jinkings (1994: 41), há um “processo de fragmentação e esvaziamento no conteúdo do trabalho daquele bancário tradicional, conhecedor de contabilidade e detentor de uma visão mais global do processo de trabalho”; isto não significa que antes o trabalhador bancário tivesse um domínio de todo o conjunto de funções realizadas nos bancos, mas que há um processo gradativo de simplificação e parcelamento de muitas das tarefas.

A segunda etapa da automatização dos bancos no Brasil ocorreu em meados da década de 70, com a instalação dos primeiros sistemas de apoio à decisão gerencial; e a terceira, no início da década de 80, com o surgimento dos chamados bancos eletrônicos e suas agências *on line*, que passaram a empregar sistemas automatizados de atendimento ao público (Cf. DIEESE, 1997:3). Jinkings (1994: 39) faz uma diferenciação entre este primeiro momento da década de 80, denominado “automação de vanguarda”, onde os sistemas *on line* permitiram a interconexão de diversas agências bancárias em tempo real; um segundo momento em meados da década, denominado “automação de retaguarda”, onde os terminais nas agências bancárias ligadas ao computador central, permitiam o fornecimento de dados, em rede, para o conjunto das agências; e, finalmente, um terceiro momento no final da década, a captura e a transferência eletrônica de dados externamente às agências bancárias, nas residências, lojas e escritórios.

Neste período, temos uma divisão do trabalho caracterizada por uma massa de trabalhadores “não-qualificados” (digitadores, conferentes etc.), que desempenham tarefas simplificadas e padronizadas; e um pequeno grupo de trabalhadores “qualificados”, que desempenham funções de gerência especializada ou de programação e análise de sistemas (Cf. Jinkings, 1994:42). O trabalho feminino cresceu, mantendo-se nas funções “inferiores”, que demandavam menor qualificação, e recebendo salários menores (Cf. Segnini, 1999:13).

Temos, então, nas duas etapas de crescimento do sistema bancário nacional, iniciadas em 1930 e 1964, um processo crescente de intensificação e de desqualificação/simplificação do trabalho de grande parte dos bancários, mediante a introdução de novas

tecnologias e formas de gestão. Entre 1964 e 1977, a produtividade do trabalho foi intensificada em 98%, enquanto a redução do salário real foi de 16% no mesmo período (Cf. Canêdo, 1986: 271).

Como coloca Segnini (1988: 21):

“Os esquemas utilizados anteriormente para o adestramento do homem à necessidade de maximização da produção também são utilizados e recriados para serem aplicados ao serviço escritural, ao serviço bancário. O parcelamento das tarefas, a hierarquização capitalista das funções, a cisão entre o trabalho intelectual e o manual caracterizam hoje a outrora posição privilegiada do trabalhador bancário. As instituições financeiras, como qualquer organização lucrativa inserida no processo de acumulação capitalista, exploram a força de trabalho daqueles que, por não possuírem capital nem meios de produção, a vendem no mercado de trabalho”.

Apoiadas em Braverman (1980), Canêdo (1986) e Jinkings (1994) também demonstram a penetração dos métodos da fábrica nos serviços bancários: um maior controle sobre o ritmo e a intensidade do trabalho, o esvaziamento intelectual das atividades e a substituição por serviços “bitolados”, que não requerem nenhuma criatividade.

Braverman (1980: 258-261) mostra que o rápido aumento do trabalho em escritórios nas últimas décadas do século XIX fez surgir a necessidade de sistematizá-lo e controlá-lo, de modo que passaram a ser estudados meios de aplicar os conceitos básicos do sistema Taylor: separação entre a concepção e execução das tarefas, controle dos métodos e do tempo de realização de cada atividade. As formas de trabalho escritorial foram padronizadas e racionalizadas segundo estes princípios, visando o máximo de eficiência e aproveitamento do tempo de trabalho, o que significaria uma aproximação dos trabalhadores assalariados de escritório à condição operária.

Em uma análise posterior, Offe (1994:181) afirma algo diferente: as novas funções do setor de serviços, que passaram a predominar na sociedade atual, que o autor chama de “pós-industrial”, não poderiam ser interpretadas através da idéia da “totalização da racionalidade do trabalho baseada na produção técnica organizacional eficiente de mercadorias”; este tipo de trabalho estaria “parcialmente isento da disciplina imediata de uma racionalidade social consumista e de suas respectivas limitações de realização e de

produtividade”. Os critérios de racionalidade - realização, produtividade, crescimento – seriam questionados pelos trabalhadores de serviços.

Esta polêmica remete à distinção feita por Marx entre trabalho abstrato e trabalho concreto. No modo de produção capitalista, as diferentes formas do trabalho concreto, que produzem valores de uso, que se diferenciam uns dos outros por suas características específicas, tendem a ser reduzidas a trabalho abstrato, simples dispêndio de força do homem no sentido fisiológico: (...) “as diferentes formas concretas do trabalho desaparecem e se reduzem em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato” (Marx: 1988: 47).

Esta tendência é facilmente observada no trabalho fabril, com a fragmentação e padronização das funções, mas o trabalho de serviços possui certas características inerentes que impõem limites a esta simplificação das funções. No caso do trabalho bancário, por exemplo, temos o serviço de atendimento personalizado ao cliente que não pode ser totalmente padronizado, pois envolve aspectos subjetivos difíceis de prever em sua totalidade. Contudo, foram desenvolvidas maneiras de controlar a eficiência deste atendimento, seguindo a mesma lógica da racionalização produtiva. É o caso do *telemarketing*, serviço de atendimento por telefone que substitui grande parte das relações diretas entre o trabalhador e o cliente, e onde as opções de perguntas e respostas dos atendentes estão definidas em um *script* previamente elaborado. Esta forma de atendimento inicialmente personalizado, que foi posteriormente padronizado, termina por ser finalmente informatizada quando o trabalhador sai de sua função e é substituído por uma gravação que dita as opções.

Acredito que é possível diferenciar duas tendências concomitantes na era da informatização do trabalho bancário: a simplificação de procedimentos internos e o controle mais objetivo das tarefas em grande número de ocupações; o incremento de alguns cargos de atendimento personalizado, onde o trabalhador deve ter acesso à informação e deve ser capaz de interpretá-la (no caso de consultas sobre investimentos, por exemplo), e onde se exige maior poder de decisão e iniciativa. A imprensa sindical (DIEESE, 1997b: 5) destaca estas duas tendências, mas parece valorizar muito a questão da necessidade de maior qualificação do trabalhador bancário, problema ao qual voltaremos mais à diante, no item 3.d) do Capítulo I:

“Esse movimento comprova a afirmação de que o sistema financeiro vem privilegiando o atendimento mais qualificado e personalizado aos médios e grandes clientes. Ao mesmo tempo, impõe ao bancário a necessidade de um aprimoramento contínuo, na tentativa de acompanhar as mudanças no setor”.

2. O golpe em curso: a Reestruturação de 1986

Desde 1930, foram lançadas as bases para a transformação gradual do sistema financeiro nacional que culminou na atual configuração. Até 1986, o processo de difusão da automação bancária não afetou a estrutura de empregos do sistema financeiro; ao contrário, os postos de trabalho foram ampliados, sobretudo a partir de 1963, com a expansão do número de agências. Tomando como referência o total aproximado de bancários da base territorial de São Paulo capital, vemos que, de 1964 a 1977, o número de funcionários passou de 42.000 para 88.490 (Cf. Canêdo, 1986:244). Os bancos obtinham grandes lucros no período inflacionário e mantinham uma estrutura super dimensionada, com grande número de agências e funcionários, com o objetivo de atender a maior gama possível de clientes; isto porque sua rentabilidade derivava basicamente do chamado *floating* de recursos do sistema.⁷

Com o Plano Cruzado e as políticas de estabilização da moeda e combate à inflação, os bancos tiveram que mudar suas estratégias de atuação no mercado financeiro e suas estruturas organizacionais, com vistas a reformular os meios de obter seus lucros.⁸ A informatização dos serviços oferecidos aos clientes, a redução do número de funcionários e a intensificação do trabalho daqueles que se mantiveram empregados, foram medidas fundamentais adotadas pelos bancos.

Houve uma alteração dos produtos ofertados pelos bancos, que se tornaram mais “sofisticados” e destinados a atender uma clientela mais “seleta”. As instituições passaram a fazer uma seleção dos clientes com mais oportunidades de investimento, que pudessem movimentar quantias maiores e adquirir uma gama mais ampla de produtos e serviços bancários, em detrimento dos usuários que se limitavam à movimentação de uma simples conta bancária. Os clientes que utilizavam o banco com menor frequência foram “jogados” para o auto-atendimento; esses usuários são classificados como sendo de “segunda categoria” e a preocupação do banco é que não ocupem por demais o espaço e o tempo de

⁷ Ou seja, o imposto inflacionário cobrado sobre os depósitos no período da compensação.

⁸ Como mostra Jinkings (1994: 50), entre 1983 a 1985, os lucros dos bancos apresentaram uma linha ascendente. Com o Plano Cruzado, em 1986, os lucros caíram drasticamente. Com as medidas de “racionalização”, incremento tecnológico, aumento da produtividade e eliminação de postos de trabalho, os lucros voltaram imediatamente à sua curva ascendente, já em 1987.

atendimento da agência bancária, que deve estar livre para realizar negócios sempre mais rentáveis (Cf. DIEESE, 1997:6).

Iniciou-se, então, uma nova etapa de reestruturações que geraram, uma vez mais, a intensificação e a desqualificação de grande parte do trabalho, desta vez acompanhada por uma intensa redução dos postos de trabalho no setor bancário. Este processo intensificou-se ao longo da década seguinte.⁹

A demissão de funcionários entrou nesta etapa como um recurso fundamental que permitiu reduzir custos, intensificar o trabalho dos que ficaram empregados, diminuir a capacidade reivindicativa do coletivo de trabalhadores e o poder sindical; o que facilitou, ao mesmo tempo, a introdução de novas tecnologias, novas formas de gestão do trabalho, assim como de contratação e remuneração, restabelecendo os níveis de lucratividade.

Os cortes de pessoal mais expressivos foram realizados durante os três planos econômicos que se sucederam entre 1986 e 1996. Entre março e dezembro de 1986, com o Plano Cruzado, foram eliminados 109 mil postos de trabalho; entre março de 1990 e fevereiro de 1992, com o Plano Collor, 128 mil; e, com o Plano Real, entre julho de 1994 e dezembro de 1996, a categoria sofreu uma redução de 167 mil postos de trabalho (Cf. DIEESE *Apud* Sindicato dos Bancários, 2001: 15). No total, a categoria bancária que era formada nacionalmente, em 1989, por aproximadamente 811 mil trabalhadores, passou para 394 mil, em 2001 (Cf. Sindicato dos Bancários, 2001: 10).

Supressão de postos de trabalho no setor bancário nacional

Plano Cruzado Março e Dezembro 1986	Plano Collor Março 1990 e Fevereiro 1992	Plano Real Julho 1994 – Dezembro 1996	Total aproximado de empregados bancários – 1989	Total aproximado de empregados bancários – 2001
109 mil postos de trabalho	128 mil postos de trabalho	167 mil postos de trabalho	811 mil trabalhadores	394 mil trabalhadores

“O que ocorreu com esses mais de 400 mil empregos?” A Diretoria do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região (Sindicato dos Bancários, 2001: 15) responde:

⁹ Os bancos públicos foram mais lentos na “adequação ao novo contexto” e só a partir de 1994/95 é que aceleraram a adoção de medidas de reestruturação (Cf. DIEESE, 1997:2).

“Uma grande parte foi eliminada: primeiro pelos ajustes provocados pelos planos econômicos; segundo, pela tecnologia; terceiro, pelo fechamento de atividades em duplicidade, existentes nos bancos que foram comprados, incorporados ou fundidos; em quarto, pelo processo de privatização (PDV); e quinto, parte das atividades hoje é feita pelos próprios clientes (auto-atendimento). Cabe mencionar que outra grande parte do estoque de mão-de-obra foi ‘colocada para fora’ dos bancos. Na verdade, foi terceirizada. Aquelas funções não consideradas estratégicas para o banco, foram repassadas para prestadores de serviços (empresas e/ou profissionais autônomos)”.

Para compreender este complexo processo, é preciso considerar diversos fatores. Inicialmente, a reestruturação do sistema bancário deve ser relacionada ao processo de reestruturação produtiva em curso nas economias capitalistas. Segundo alguns autores (Chesnais, 1998; Segnini, 1999; Silva, 2000), o sistema financeiro é, ao mesmo tempo, agente e objeto da reestruturação atual do capitalismo:

“Ao mesmo tempo em que atua enquanto agente no processo de reestruturação mais amplo, também vivencia reestruturações nos processos produtivos no sentido de se adequar à lógica de ‘livre-mercado’ que norteia a intensa competição já outrora existente, porém intensificada, neste setor” (Segnini, 1999:22).

Segundo Chesnais (*Apud* Silva, 2000), a desregulamentação, a abertura e a desintermediação dos mercados financeiros são elementos constitutivos da “mundialização financeira”, implicando em uma interpenetração dos mercados monetários e financeiros nacionais e em sua subordinação aos mercados “mundializados”. A desregulamentação financeira seria a abolição de regulamentações e controles no que tange à fixação dos preços e ofertas de produtos e serviços bancários. A abertura econômica seria composta por dois processos complementares: diluição das barreiras internas entre diferentes especializações bancárias ou financeiras e supressão das barreiras entre os mercados nacionais e internacionais. A desintermediação seria a satisfação das necessidades dos usuários de serviços financeiros, fora das instituições e redes tradicionais; as empresas lançam títulos no mercado nacional ou internacional - americano, europeu, asiático -, e uma empresa, banco, pessoa física, ou um fundo de pensão ou de investimento compra esse papel. Desta forma, a empresa que lançou esse título capta recursos diretamente do tomador, sem a intermediação dos bancos (Cf. DIEESE, 1999:6).

Com estas características, o mercado financeiro apresenta uma hipertrofia e uma autonomia relativa. A primeira é caracterizada pela explosão dos movimentos financeiros e pelo crescimento dos mercados de cambio. Esta explosão atrela-se, por sua vez, ao setor produtivo, sobretudo ao de grandes grupos empresariais, porque os capitais que se valorizam “autonomamente” na esfera financeira nascem dos investimentos no setor produtivo (há uma interpenetração entre capital bancário e industrial). A autonomia relativa dos mercados financeiros se expressa na transferência de riqueza do setor produtivo para o sistema financeiro, ou seja, no crescimento maior de atividades financeiras em relação às do setor produtivo (Cf. Chesnais, 1998: 15).

Este capital financeiro (em hipertrofia) encontra-se altamente concentrado nas mãos dos cinquenta maiores bancos dos países da tríade ‘Japão, EUA e bloco europeu’, o que favorece sua capacidade de geração de lucro e de imposição de suas exigências aos países periféricos. Este oligopólio facilita a realização de dois processos complementares para sua autonomização: as fusões entre os grandes bancos e a renovação das funções dos bancos e instituições financeiras, através da abertura de novos espaços para a realização de operações específicas, suscetíveis de proporcionar mais-valia e lucros. Neste sistema financeiro “mundializado”, os bancos não seriam as instituições dominantes, mas sim os mercados e organizações financeiras que neles atuam (Chesnais, 1998: 28).¹⁰

O Brasil, assim como diversos Estados nacionais, atuou fortemente através de políticas econômicas consideradas, por organismos internacionais como o Banco Mundial, necessárias para um processo de ajuste às exigências desta “nova ordem mundial”, dentre as quais se destaca o socorro aos bancos privados e a privatização dos bancos estatais.¹¹

¹⁰ Sobre o tema, ver também Teixeira (1985: 2-7), segundo o qual o capital financeiro – conceito desenvolvido por Hilferding, R. (*El capital financiero*. Madrid: Ed. Tecnos, 1963) a partir do conceito de “capital fictício”: capital monetário ou representações de capital (ações, títulos) que se valorizam sem relação necessária com a magnitude ou mesmo ocorrência de excedente gerado na produção – “assume o papel de promotor dos movimentos de centralização e concentração, próprios da acumulação”. Este capital representa a unificação de vários capitais (comercial, industrial, bancário, etc) porque possibilita sua homogeneização, torna comparáveis os resultados econômicos previsíveis nas diferentes formas de sua aplicação; e “com esta homogeneização criam-se as condições necessárias para um amplo movimento de centralização dos vários capitais, ampliando e consolidando forças individuais, através da associação em distintos segmentos e diferentes órbitas de atuação.”

¹¹ Um exemplo da determinação dos organismos financeiros internacionais sobre as reformas do sistema financeiro nacional é o projeto do Banco Mundial e da *International Finance Corporation* (IFC) que elenca uma série de medidas que deveriam ser tomadas em troca da concessão de um empréstimo ao governo

A partir de 1994, o Banco Central do Brasil colocou em prática um conjunto de medidas de “ajuste” do sistema bancário. Segnini (1999:24) cita uma palestra proferida no CEBRAP, em 1997, onde o palestrante (Moura, A.) mostra que estes ajustes foram de dois tipos:

1) Não voluntários: ou seja, intervenções em bancos grandes, médios e pequenos considerados “vulneráveis”, inviáveis econômica e financeiramente. A Resolução 2.099, de agosto de 1994, do Conselho Monetário Nacional (CMN) que adotava limites mínimos de capital para a constituição e funcionamento dos bancos e o PROER¹² - que oferecia uma linha especial de financiamento (que alcançou R\$ 20,6 bilhões) às reestruturações administrativas, operacionais e societárias dos bancos, preferencialmente se resultassem em transferência de controle acionário -justificaram a ação do Banco Central junto a grandes bancos privados nacionais, absorvendo suas dívidas. O PROES¹³ encarregou-se da intervenção junto aos bancos públicos estaduais, preparando-os para sua privatização.¹⁴ Este programa abria três alternativas para os estados: a) financiamento de 100% dos gastos para liquidação, privatização ou transformação em instituição não-financeira ou em agência de fomento; b) financiamento de 50% dos gastos para sanear o banco e manter o controle acionário em poder do Estado; e c) federalização e saneamento a cargo do Governo Federal, para posterior privatização, liquidação ou devolução ao estado de origem após assunção do custo do saneamento (Cf. DIEESE, 1999:4).

Foram a leilão sete bancos estaduais e um federal (Banerj, Credireal, Bemge, Bandep, Baneb, Banestado, Banespa e Meridional) e até 2001 outros seis bancos ainda continuavam em preparação para a privatização. Em relação a outros cinco bancos federais (BB, CEF, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e BNDES), o governo reativou em abril de 1999 o “Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Públicas Federais” (Comif), responsável por redefinir o papel e a organização destas instituições. A

brasileiro. Entre estas medidas destacam-se: a liquidação ou privatização dos bancos estaduais e a eliminação da interferência governamental nos mercados de crédito (Cf. Jinkings, 1994: 12).

¹² Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – Resolução 2.208 de 03/11/95.

¹³Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - Resolução 2.365 de fevereiro de 1997.

¹⁴ Em 1994, aproveitando-se das dificuldades dos bancos estaduais, o governo já havia colocado seis deles (Banespa, Bemge, Beron, Banerj, Bemmat e Produban) sob o “Regime de Administração Especial Temporária” (Cf. Sindicato dos Bancários, 2001:13).

expectativa é de que o destino dos bancos públicos federais seja o mesmo dos bancos estaduais (Cf. Sindicato dos Bancários, 2001:13).

2) Voluntários: ou seja, intervenções, sobretudo em bancos médios que, por iniciativa própria, se interessavam por aquisições, fusões e incorporações, em busca de melhores condições de competitividade no mercado.

Em junho de 1994, havia 34 bancos públicos estaduais no Brasil, 6 bancos públicos federais, 147 bancos privados nacionais e 19 bancos sob o controle estrangeiro; em dezembro de 2000, estes números passaram, respectivamente, para 17, 5, 76 e 59 (Cf. Sindicato dos Bancários, 2001: 9). As fusões e privatizações possibilitaram a expansão da participação do capital estrangeiro no sistema bancário nacional¹⁵ e a concentração do patrimônio nas mãos dos dois maiores bancos privados do país: Itaú e Bradesco (Cf. Silva, 2000: 25); dados do MRE (Ministério de Relações Exteriores)¹⁶ indicam que a participação de bancos estrangeiros nos ativos totais dos bancos instalados no país passou de 8,4% em 1993 para 23,9% em 2000; e que em setembro de 2002, os 50 maiores bancos do país detinham 96,7% do total dos ativos bancários.¹⁷ O número de bancos diminuiu (de um total de 206, em 1994, para 157, em 2000), mas estes se tornaram mais poderosos, constituindo-

¹⁵ “A internacionalização ganhou fôlego a partir da aprovação, pelo presidente da República, em agosto de 1995, da Exposição de Motivos n.º 311, apresentada pelo ministro da Fazenda, a qual defende ser de interesse nacional a entrada e o aumento da presença de bancos estrangeiros, na medida em que estas instituições agregariam mais recursos, *know-how* e competitividade ao setor bancário brasileiro” (DIEESE, 1999:4). Com isto, os ativos dos bancos sob o controle do capital internacional passaram de 19,4% do total, em 1999, para 23,19% em 2001. Esta passagem de parte substancial do sistema financeiro nacional ao controle do capital estrangeiro enfraquece a capacidade do Estado em definir e implantar a política econômica de interesse da nação, pois os centros de decisões estão no exterior (Cf. Sindicato dos Bancários, 2001:12).

¹⁶ www.mre.gov.br

¹⁷ Além disto, inicia-se um movimento de concentração das sedes bancárias no Centro-Sul do país, especialmente na região Sudeste, e uma redução da amplitude geográfica de atendimento, deixando uma grande quantidade de municípios do Norte e Nordeste sem dependências bancárias. Este esvaziamento do atendimento bancário está ligado ao processo de "saneamento" promovido pelo Proes, que está resultando na liquidação e/ou transformação em agências de fomento das instituições financeiras públicas controladas pelos governos desses estados (Cf. DIEESE, 1999:8).

se em fortes conglomerados financeiros, provedores de serviços com capacidade de comandar interesses econômicos e políticos.¹⁸

Quadro do Sistema Bancário Nacional:

	1994	2000
Bancos Públicos Estaduais	34	17
Bancos Públicos Federais	6	5
Bancos Privados sob controle estrangeiro	19	59
Bancos Privados Nacionais	147	76

Legitimados pela abertura comercial e pelo anunciado aumento da competitividade internacional, os bancos declaram a necessidade de reestruturar, enxugar, reduzir custos, para garantir seu lugar no mercado. Competindo com grandes empresas internacionais pelo preço dos serviços e produtos, por sua qualidade, pela capacidade tecnológica e pelo respaldo e solidez financeira, os bancos nacionais buscam ganhos de escala e de escopo. Como consequência, procuram a redução do custo unitário por transação efetuada e a diversificação dos produtos e serviços oferecidos (Cf. Sindicato dos Bancários, 2001:10).

As medidas adotadas neste sentido foram: 1) o controle e redução de despesas administrativas, fundamentalmente a redução do gasto com pessoal; 2) forte investimento em infra-estrutura e tecnologia, principalmente informática e telecomunicações;¹⁹ 3) processo de terceirização de “diversas atividades consideradas não fundamentais, estratégicas ou não suficientemente rentáveis”; 4) descaracterização da atividade bancária:

¹⁸ Comandam seguradoras (em 1998, das dez maiores seguradoras do país, quatro pertenciam a bancos) e grupos empresariais com atividades em diversos segmentos da economia, tanto no espaço nacional quanto internacional (em 1998, dos 50 maiores grupos empresariais do país, 10 eram capitaneados por bancos, inclusive os dois maiores) (Cf. DIEESE, 1999).

¹⁹ Com a informatização do atendimento bancário, os custos são enormemente reduzidos: em comparação com as agências bancárias, as Centrais de Atendimento por telefone reduzem em 50% os custos dos bancos. As máquinas de auto-atendimento reduzem 75% dos custos e o *home banking* e a Internet em 80 e 90%, respectivamente (Cf. Venco, 1999:24). “Segundo o Banco Central, o custo por operação bancária, realizada de modo tradicional, através do bancário no guichê, custa (em média) R\$ 2,00. Se a mesma operação for realizada eletronicamente, este custo cai para R\$ 0,28” (Sindicato dos Bancários, 2001:11-2).

possibilidade aberta pelo Banco Central de firmar convênios com lojas, supermercados, farmácias, padarias, casas lotéricas, para realizar serviços bancários.

Uma vez mais, o sistema bancário vive um processo de transformação imposto pela necessidade de manutenção dos níveis de acumulação do capital. Novas formas de racionalização do trabalho são implementadas, através do uso de novas tecnologias e formas de gestão que visam, essencialmente, a redução de custos com o trabalho, o aumento da produtividade e a elevação das taxas de lucro. Todas as medidas acima mencionadas apontam para a redução do quadro de funcionários, precarização das relações de trabalho, inclusive com redução dos salários ou alteração de sua composição,²⁰ e intensificação da produtividade daqueles que se mantêm empregados.²¹

Estudo do DIEESE revela o aumento de produtividade nos bancos entre 1994 e 1997, medido segundo dois indicadores: a relação entre o valor médio das operações de crédito e o número médio de bancários; a relação entre o valor médio dos depósitos e o número médio de bancários. Segundo o primeiro indicador, houve um aumento de 61.4% na produtividade do trabalho bancário em todo o período; parte deste crescimento é resultado do aumento de 15,6% dos empréstimos e o restante é consequência da queda de 28,4% do pessoal empregado. De acordo com o segundo indicador, houve um aumento de 80,2% na produtividade do trabalho bancário no mesmo período; resultado do aumento de 29,1% dos depósitos e da queda de 28,4% do número de bancários (Cf. DIEESE, 1998b).

**Tabela 1 - Evolução da produtividade nos bancos brasileiros
1994-97**

Semestre Ano	Valor médio das operações de crédito	Número médio de bancários	Valor das operações de crédito por bancário	Variação
-------------------------	---	--------------------------------------	--	-----------------

²⁰ Vários bancos (por exemplo: Unibanco, Itaú, Real, HSBC e Sudameris) têm estabelecido programas de remuneração variável. São estabelecidas metas (individuais e coletivas) e ganhos de produtividade que podem ser pagos anualmente ou semestralmente, mas que não são incorporados ao salário. Esta forma de remuneração não é negociada com os sindicatos, é de responsabilidade da diretoria e está sujeita a critérios subjetivos de avaliação (Cf. Sindicato dos Bancários, 2001:19).

²¹ Segundo a Diretoria do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região (2001:19 e 22), o ritmo de trabalho e a pressão aumentaram assustadoramente com a redução do número de bancários, a introdução de controle de produção individualizado ou setorial e o estabelecimento de metas. E os ganhos espetaculares de produtividade obtidos pelo sistema financeiro não são repassados ao trabalhador através do aumento do salário real, pois os banqueiros alegam que não é possível incorporar definitivamente ao salário estes ganhos, uma vez que são variáveis, que não existe certeza de que se repetirão no ano seguinte; desta forma, o banco oferece um repasse através dos programas de participação nos lucros e resultados, que funcionam como bônus que não são incorporados ao salário.

	(em R\$ milhões de 31/12/97)		(em R\$ milhões de 31/12/97)	
01/94	206.098	652.347	0,316	nd
02/94	197.743	634.726	0,312	-1,4%
01/95	216.646	609.846	0,355	14,0%
02/95	215.381	569.998	0,378	6,4%
01/96	231.337	541.718	0,427	13,1%
02/96	234.657	506.907	0,463	8,3%
01/97	233.094	485.060	0,481	3,8%
02/97	238.339	467.228	0,510	6,1%

Fonte: Banco Central do Brasil (1998); Caged MTb; FGV.
Elaboração: DIEESE - Linha Bancários.

**Tabela 2 - Evolução da produtividade nos bancos brasileiros
1994-97**

Semestre Ano	Valor médio dos depósitos (em R\$ milhões de 31/12/97)	Número médio de bancários	Valor dos depósitos por bancário (em R\$ milhões de 31/12/97)	Variação
01/94	182.438	652.347	0,280	nd
02/94	179.766	634.726	0,283	1,3%
01/95	201.753	609.846	0,331	16,7%
02/95	208.651	569.998	0,366	10,7%
01/96	211.941	541.718	0,391	6,9%
02/96	208.168	506.907	0,411	5,0%
01/97	216.870	485.060	0,447	8,9%
02/97	235.477	467.228	0,504	12,7%

Fonte: Banco Central do Brasil (1998); Caged MTb; FGV.
Elaboração: DIEESE - Linha Bancários.

Neste mesmo período, as reivindicações de reajuste salarial dos bancários nas convenções coletivas com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) não foram atendidas e não foi acordado nenhum aumento, ao contrário, observou-se uma recusa patronal em discutir reajustes salariais por produtividade. O que houve foi uma disseminação de formas de remuneração baseadas em indicadores de desempenho e de eficiência do trabalho (remuneração variável), com as quais se procurou estimular o empenho dos trabalhadores para alcançar as metas estabelecidas e receber um aumento em

sua remuneração, o qual não seria incorporado definitivamente ao salário (Cf. DIEESE, 1998b).

As medidas de reestruturação do sistema bancário nacional significaram não somente um grande número de demissões, mas também a precarização das condições de trabalho daqueles que se mantiveram empregados. Esta relação entre desemprego e precarização do emprego não é exclusiva do setor bancário, ao contrário, se manifesta em todas as relações de trabalho capitalistas, acentuando-se na atual fase de desenvolvimento deste modo de produção.

Castel (1998:514) discute a relação entre desemprego e precarização do emprego na atual conjuntura do capitalismo e afirma que o primeiro é a manifestação mais visível das transformações na chamada “sociedade salarial”,²² mas que a precarização do trabalho constituiria uma característica menos espetacular, porém sem dúvida mais importante destas transformações. O autor afirma que:

“A diversidade e a descontinuidade das formas de emprego estão em via de suplantar o paradigma do emprego homogêneo e estável (...)

Não para banalizar a gravidade do desemprego. Contudo, enfatizar essa precarização do trabalho permite compreender os processos que alimentam a vulnerabilidade social e produzem, no final do percurso, o desemprego e a desfiliação. De agora em diante, é um equívoco caracterizar essas novas formas de emprego como ‘particulares’ ou como ‘atípicas’ (...)

Mais ainda: a representação do desemprego como um fenômeno também ele atípico, em resumo irracional e que se poderia erradicar à custa de um pouco de boa vontade e de imaginação, todas as coisas permanecendo idênticas, aliás, também é, sem dúvida, a expressão de um otimismo superado. O desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvido. Começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São as conseqüências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da

²² Modo de gestão política vigente entre as décadas de 1950 e 1970 nos países centrais do capitalismo, onde o Estado teve papel central na regulação do mercado e das relações de trabalho (Estado de bem-estar social); nos termos do autor, caracteriza-se pela generalização da “condição de assalariado”, pelo desenvolvimento de um “proletariado de colarinho branco”, um “salariedade burguês”, que supera em remuneração e prestígio o salariado operário (Cf. Castel, 1998: 453).

competitividade – que, efetivamente, fazem sombra para muita gente” (Castel: 1998: 516-517).

Para Castel, o maior problema da situação atual é o esgotamento do modelo de Estado interventor e da “domesticação” do capitalismo que este teria proporcionado,²³ e a “nova questão social” refere-se à necessidade de repensar maneiras de integração do trabalhador aos benefícios da sociedade de consumo, considerando como inevitável a existência de grupos cada vez maiores de pessoas excluídas, marginalizadas da condição de empregado, para as quais também é preciso pensar modos de garantir a sobrevivência.²⁴

Embora a análise de Castel seja importante para destacar a relação entre desemprego e precarização do emprego na atual conjuntura, não partilhamos da idéia de que a segunda mereça em especial um lugar de destaque; trata-se de dois processos imbricados que se alimentam mutuamente e que não dizem respeito somente a esta etapa específica do capitalismo. O controle do emprego pelo capital representa um instrumento decisivo de

²³ O maior problema seria o esgotamento do modelo social democrata – o Estado-nação e, conseqüentemente, o Estado social, perderia sua força no contexto de mundialização da economia e preponderância do capital financeiro internacional; ao invés dos Estados europeus importarem mão-de-obra e contratá-la segundo suas condições (com os direitos sociais conquistados), encontram-se em concorrência num mercado de trabalho mundializado, em zonas geográficas onde a força de trabalho é barata e não há benefícios sociais:

“O Estado social de tipo social democrata havia conservado uma versão edulcorada dessa utopia: não era mais necessário subverter a sociedade pela revolução para promover a dignidade do trabalho, que continuava a ocupar um lugar central com base do reconhecimento social e como alicerce a que se prendiam as proteções contra a insegurança e o infortúnio. Ainda que a penosidade e a dependência do trabalho assalariado não estivessem completamente abolidas, o trabalhador recebia uma compensação por elas, tornando-se um cidadão em um sistema de direitos sociais, um beneficiário das subvenções distribuídas pela burocracia do Estado e, também, um consumidor reconhecido das mercadorias produzidas pelo mercado. Este modo de domesticação do capitalismo tinha, assim, reestruturado as formas modernas da solidariedade e da troca em torno do trabalho, sob a garantia do Estado” (Castel, 1998:513).

²⁴ Castel reconhece que na “sociedade salarial” havia, contudo, uma força de trabalho marginalizada, que era mantida nas fronteiras da sociedade salarial muito mais do que dela participava integralmente. Mas esta situação é tida como inevitável e até aceitável em determinadas condições. “Enfim, é possível aproximar-se – sem confundi-las – essas situações ‘periféricas’ daquelas das populações que nunca entraram na dinâmica da sociedade industrial. É o que se chama de ‘quarto mundo’, (...) como se, nas sociedades desenvolvidas, subsistissem ilhas arcaicas povoadas por todos aqueles que não puderam ou não quiseram, pagar o preço da integração social e ficaram fora do trabalho regular, da moradia decente, da união familiar consagrada e não freqüentaram instituições de socialização reconhecidas (...) Vagueiam ou moram na periferia das cidades, se reproduzem entre eles, geração após geração, vivem de expedientes de auxílios e parecem desencorajar os esforços bem-intencionados de todos os que querem moralizá-los e normalizá-los. Causam uma certa vergonha num período de crescimento e de conversão aos valores da modernidade, mas, no fundo, não há nada de escandaloso no fato de que exista, como em qualquer sociedade sem dúvida, uma franja limitada de marginais ou de associais que não jogam o jogo comum. Em todo caso, esses bolsões residuais de pobreza não parecem questionar nem as regras gerais da troca social, nem a dinâmica do progresso contínuo da sociedade. Falar de quarto mundo é uma maneira de significar que ‘essas pessoas aí’ não servem para ser assalariadas” (Castel, 1998: 476-477).

dominação sobre os trabalhadores, determina as condições de exploração do trabalho e, mais do que isso, a existência desta exploração, o que, na atual conjuntura, chega a ser um benefício para muitos trabalhadores.

Além disto, não partimos da mesma problemática do autor que se situa na discussão sociológica sobre a perda de centralidade do trabalho,²⁵ sobre o fim dos antagonismos de classes,²⁶ sobre a anulação da capacidade revolucionária da classe operária,²⁷ sobre a sucumbência da luta revolucionária à reformista,²⁸ sobre a inevitabilidade da submissão às leis do mercado, embora estas devam ser controladas pelo Estado.²⁹

²⁵ Na linha de Habermas (1987) e Offe (1994), por exemplo.

²⁶ A promoção doariado burguês teria aberto caminho para a retração do papel histórico da classe operária, teria desembocado num modelo de sociedade não mais atravessado pelo conflito central trabalho e capital, teria dissolvido a alternativa revolucionária e promovido a redistribuição do conflito social conforme um modelo diferente da sociedade de classes: a sociedade salarial (Cf. Castel, 1998: 463). A nova sociedade seria organizada em torno da concorrência entre diferentes pólos de atividades salariais. “Sociedade que não é homogênea nem pacificada, mas cujos antagonismos assumem a forma de lutas pelas colocações e classificações mais do que a forma de luta de classes. Sociedade em que, de contraponto, a condição de assalariado se torna modelo privilegiado de identificação” (Castel, 1998: 466).

²⁷ A postura radical, revolucionária, da classe operária teria sido minada por uma transformação de natureza sociológica: “A classe operária foi destituída da posição de ponta de lança que ocupava pela promoção da condição de assalariado (...) Oariado operário foi literalmente esvaziado das potencialidades históricas que o movimento operário lhe emprestava. A condição operária não deu à luz uma outra forma de sociedade, apenas se inscreveu num lugar subordinado na sociedade salarial” (Castel, 1998:450).

²⁸ “A oscilação entre revolução e reforma, que sempre percorreu o movimento operário, vem fixar-se com insistência cada vez maior no segundo pólo, e a clivagem entre ‘eles’ e ‘nós’ deixa de alimentar um imaginário de mudança radical. Desencanto do mundo social, reduzido a uma unidimensionalidade sem transcendência: as transformações sociais não são mais decididas na base do tudo ou nada e deixam de ser arbitradas por um sentido da história. Paradoxalmente, talvez seja maio de 68 que cristaliza esta tomada de consciência: a classe operária, desta vez, aderiu ao movimento ao invés de ser seu epicentro e concentrou-se em obter ganhos ‘reformistas’” (Castel, 1998:464).

²⁹ O desastre dos países do socialismo real demonstraria que “uma sociedade não pode mais ignorar o mercado, assim como a física não pode ignorar a lei da gravitação universal. Mas se é suicida ser contra o mercado, daí não resulta que seja necessário entregar-se a ele” (Castel, 1998:523).

3. O choque sobre o trabalho

A reestruturação do sistema bancário nacional caracteriza o processo de reorganização do capital para se adaptar às “novas exigências” do mercado, criadas por ele mesmo. Mais que “novas exigências”, são redefinições dos padrões de acumulação do capital, novas formas desenvolvidas por este para gerar sua própria valorização. Para impor estes novos padrões, o capital precisa redefinir suas formas de dominação sobre o trabalho. Evidentemente, a construção de um sistema bancário mais privado que público, internacionalizado, concentrado, com uma estrutura reduzida (com menos funcionários) – possibilitada pela informatização, pela priorização de determinadas funções, pela terceirização de muitas atividades e pela transferência de atividades bancárias para outros estabelecimentos – não é casual. Estas mudanças são vulgarizadas como inevitáveis, como condição necessária para a sobrevivência das instituições. De fato, dentro da lógica da (re)produção capitalista, as empresas não adaptadas não sobrevivem, mas este não é o ponto. A questão é a naturalização do processo, que parece não ter origem ou objetivo, parece ser, simplesmente, algo que existe e do qual não se pode escapar. E o que é preciso observar é que, mais do que um processo inexorável que obriga a estas mudanças e, com elas, cria conseqüências negativas (supostamente inevitáveis) sobre as condições e relações de trabalho, a reestruturação capitalista vivida nas últimas décadas corresponde inteiramente aos interesses do capital de criar condições ótimas de exploração do trabalho. Voltamos, então, às medidas acima mencionadas para discuti-las sob a perspectiva do trabalho bancário.

Todo o chamado “ajuste” do sistema bancário nacional às “novas necessidades” impostas pelo mercado foi acompanhado e, ao mesmo tempo, facilitado, por um violento processo de criação de desemprego e precarização das condições e relações de trabalho. O conjunto de medidas adotadas pelos bancos, cada uma à sua maneira, *possibilitou* o enfraquecimento da classe trabalhadora, submetendo-a ao desemprego, ou ao medo dele; à intensificação do trabalho, através das metas de produtividade e do desrespeito à jornada de trabalho; à precarização das relações de trabalho, através da adoção de formas de contratação e remuneração “flexíveis”; à desqualificação do trabalho, ao contrário do que se afirma, através da contratação de profissionais para o exercício de funções aquém de sua formação.

a) *Fusões, privatizações e demissões “voluntárias”*

Nos bancos privados, com as fusões e incorporações, foi possível suprimir muitos postos de trabalho, na medida em que a junção de duas ou mais estruturas permitiu eliminar os segmentos responsáveis por tarefas realizadas em duplicidade pelas instituições, como por exemplo: contabilidade, recursos humanos, *marketing*, entre outros (Cf. DIEESE, 1998).

Nos bancos públicos estaduais e federais, uma das formas predominantes de reduzir o quadro de pessoal tem sido a implementação dos Planos de Demissão Voluntária (PDVs) que, como mostram alguns estudos, de “voluntárias” só têm o nome; os trabalhadores são colocados diante de uma “pseudo-escolha” entre a adesão aos planos, a demissão sumária sem nenhum benefício e a submissão à intensificação do trabalho. Além disto, como diz o estudo do DIEESE (1998:3), há uma predefinição dos “candidatos naturais” aos programas:

“Na prática, (porém), estes programas têm pouco de voluntário, na medida em que, ao definir critérios de elegibilidade, acabam sinalizando também os grupos de empregados que formam os ‘candidatos naturais’ às demissões e, desse modo, terminam por induzir o ingresso destes bancários no programa”.

Estudos de Segnini (1999:27) e Silva (2000:88) analisam a trajetória de trabalhadores que aderiram aos PDVs do Banespa³⁰ e mostram que estes sofreram intensas pressões para fazê-lo. Muitos dos entrevistados revelaram que aderiram aos planos devido à pressão provocada pelo medo do desemprego, adiantando-se a um fato que os bancos estavam deixando claro que viria a ocorrer: as demissões em massa³¹; outros apontaram a intensificação do trabalho como um instrumento de pressão para a adesão ao PDV; como coloca um dos entrevistados, antes havia dois turnos de trabalho “*das 8 às 2 da tarde e de*

³⁰ Neste banco, foram criados os Planos de Demissão Voluntária, Demissão Consentida e Estímulo a Aposentadoria, desde 1995; no início de 1997, foi criado um Plano de Demissão Dirigida (demissão sumária). O primeiro programa tinha o objetivo de demitir os funcionários mais antigos, proporcionando-lhes incentivos maiores; o segundo procurou estimular a demissão dos funcionários que ocupavam funções nos níveis inferiores da hierarquia, com menor qualificação e menor tempo de trabalho; e a partir deste segundo plano, os funcionários com LER passaram a ser estimulados a se demitirem (Cf. Segnini, 1999:50).

³¹ Segnini (1999: 44-5) apresenta exemplos de pressões diretas a funcionários, tornando penoso seu trabalho no banco, para que acelerassem a decisão de demitir-se.

meio-dia às 6 da tarde, mais ou menos (...) Hoje em dia, praticamente 90% das pessoas trabalham no turno das 10 às 4hs. Para o banco abrir às 10 horas da manhã, você tem que chegar antes; o Banco fecha às 4, então você tem de ficar pelo menos mais meia hora para fechar o caixa e dar conta das suas coisas...então com isso eles conseguiram enxugar o quadro e sobrecarregar todo mundo também, aumentando a jornada sem pagar hora extra” (Apud Segnini, 1999: 46-47, grifos da autora).

Outros entrevistados declararam que viram no PDV uma oportunidade de libertação de uma profissão pouco gratificante e uma possibilidade de realizar um empreendimento em outras áreas, fundamentalmente aqueles trabalhadores que não eram só bancários, mas que tinham outra profissão ou formação. Estas declarações fariam justiça ao adjetivo “voluntária”, mas vale lembrar que a adesão foi estimulada pela ênfase dada pelos próprios PDVs, através de cursos em convênio com o SEBRAE, na possibilidade de realização de um empreendimento autônomo e de concretização do “sonho de autonomia” (Cf. Segnini, 1999: 56).

Analisando a trajetória dos trabalhadores que aderiram ao PDV, os autores observaram que este sonho de se tornar um profissional autônomo se transforma freqüentemente em frustração e desânimo; viram que, inicialmente, revela-se um grande esforço no sentido da procura da reinserção no mercado em um trabalho mais gratificante e promissor; mas, posteriormente, muitos são obrigados a desistir e procurar qualquer trabalho que lhes garanta a sobrevivência (Cf. Segnini, 1999:47). Muitos dos entrevistados passaram de uma situação de trabalho estável no banco para uma situação de trabalho precária ou para a condição de desempregado; e passaram a enfrentar problemas financeiros e morais, com implicações na auto-estima, nas relações com os amigos e nas relações familiares (Cf. Silva, 2000: 5-6 e Segnini, 1999:56).

O Banco do Brasil também anunciou em 1995 seu PDV (Programa de Desligamento Voluntário) e rescindiu através dele 13.388 contratos de trabalho; 33 dias depois do anúncio do PDV, foi lançado o PAQ (Plano de Adequação de Quadro), prevendo a transferência ou demissão de trabalhadores nas condições já estabelecidas no PDV, no prazo de 10 dias. A pesquisa de Alexandre (2002:79) sobre este processo revela que entre janeiro de 1995 e o fim de 1996, ocorreram 20 suicídios de ex-funcionários do BB, o que pode ser considerado como uma “epidemia, pois mesmo com as características desgastantes que tem o serviço

bancário, o BB nunca havia experimentado o número de casos como naquele período”. Além disto, houve um aumento das “doenças psicossomáticas, distúrbios emocionais, doenças do coração e desagregação familiar”, entre os trabalhadores deste banco. O BB, por sua vez, aumentou seus lucros significativamente no período subsequente: passou de 108 milhões no ano de 1994 para 1.402 milhões em 2002.

b) *Precarização das condições e relações de trabalho*

A precarização do trabalho bancário traduz-se na redução do salário real e na alteração da composição salarial; nas novas formas de contratação, que privilegiam os cargos comissionados; na intensificação do ritmo de trabalho e no aumento da realização de horas extras; e no crescimento dos problemas de saúde dos trabalhadores. As empresas terceirizadas tendem a apresentar todas estas características.

Juntamente com as demissões, o BB inaugurou um período de congelamento salarial, concedendo, entre setembro de 1995 e 2002, um reajuste salarial de 3,73% contra 67,93% de inflação; o banco alterou também a estrutura de remuneração, passando a oferecer uma distribuição desigual da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) e um reajuste salarial diferenciado para executivos e postos efetivos (Cf. Alexandre, 2002:72-76).

A alteração da composição salarial revela-se uma tendência geral neste processo de reestruturação dos bancos; os salários são cada vez mais flexíveis, compostos por uma parte restrita fixa e vários itens que variam de acordo com metas de produtividade que os bancos estabelecem. Estas medidas configuram, na prática, uma redução geral do poder aquisitivo dos bancários e um incentivo à competitividade entre eles o que implica, ao mesmo tempo, o acirramento da busca individualizada de soluções.³²

Há um aumento das contratações na forma de cargos comissionados, ou seja, remunerados sob comissão de vendas. Os comissionados estão excluídos da lei das 6 horas

³² Esta alteração na composição salarial é muito importante não somente pelas mudanças no nível do salário, mas pela relação entre a sua forma e o tipo de controle que se exerce sobre o trabalhador. Mottez (1967) discute a íntima relação entre o sistema de salário e a preocupação do patronato com a organização do trabalho: o salário por tarefa (“*salaires a la tache*”) introduz o valor da liberdade e da autonomia do trabalhador e, na medida em que este se torna seu próprio supervisor, elimina o problema da organização do trabalho para o patrão. O salário por rendimento (“*salaires au rendement*”) é um instrumento funcional de controle sobre o trabalhador, na medida em que iguala a todos como trabalho humano abstrato e padroniza as funções.

de trabalho e isto faz com que sua contratação seja mais vantajosa para os bancos. Segundo o DIEESE (*Apud* Canêdo, 1986: 194), é esta condição que faz com que se criem mais postos de chefia e subchefia, mesmo que esta nomenclatura não designe realmente um trabalho de supervisão de subordinados ou de tomada de decisões.

As novas formas de contratação também se exprimem no número crescente de estagiários. Como mostra Silva (2000: 114 e 150), por exemplo, em Campinas, a política que visava ajustes via demissões promoveu um aparente desajuste contraditório, obrigando o banco a contratar estagiários; mas, do ponto de vista estritamente econômico, não se tratava de uma contradição, uma vez que estagiários custam menos, não gozam dos direitos do trabalho conquistados e, neste sentido, são mais ‘permeáveis’ à lógica da busca de maior lucratividade e competitividade a partir do menor custo.

Alexandre (2002: 92) também observa em sua pesquisa sobre a reestruturação no Banco do Brasil que a empresa contratou 3 mil funcionários em 1998 e entre 2000 e 2001, mais 17 mil; e de que dos 120 mil empregados que estavam na empresa em 1995, restam 57 mil, num quadro de pessoal de 77 mil; o que revela a intenção de substituir mão de obra, já que os novos contratos não têm os mesmos benefícios.

Assim como a redução salarial, a intensificação do trabalho dos que ficam empregados também é possibilitada pela onda de demissões justificada por esta reestruturação do sistema bancário.

O desrespeito à jornada de trabalho do bancário (que é de 6 horas, embora as freqüentes tentativas dos bancos de aumentar para 8 horas) é um exemplo significativo da intensificação do trabalho. Diversos autores mencionam esta questão em seus estudos (ver, por exemplo: Alexandre, 2002; Jinkings, 1994) e a imprensa sindical divulga amplamente o problema da realização indiscriminada de horas extras, muitas vezes não pagas. No caso dos bancários de Campinas e Região, por exemplo, estudo do DIEESE (2000) revela que, dentre eles, 33% faz horas extras regularmente, enquanto 35% faz eventualmente e 32% não faz.³³ Quanto à remuneração, 25% declararam que não recebem pelas horas extras trabalhadas, enquanto 56% disseram receber em dinheiro, 6% em compensação e 13% de ambas formas.

³³ Nos bancos públicos, o número de bancários que realizam horas extras regularmente sobe para 41%.

Hábito de Horas Extras feitas pelos Bancários em Campinas (2000)

Faz Regularmente	33%
Faz Eventualmente	35%
Não Faz	32%

Pagamento

Não recebem	25%
Recebem em dinheiro	56%
Recebem sob a forma de compensação	6%
Recebem de ambas as formas	13%

Hábito e Média Nacional de Horas Extras feitas pelos Bancários (1996)

Faz Horas Extras	53%
Até 10 horas	18%
10 a 20 horas	10%
20 a 50 horas	19%
Mais de 50 horas	6%

Pagamento

Paga totalmente	20%
Paga em Parte	11%
Desconta em folgas	1%
Não Paga	21%

Outra forma de precarização do trabalho bancário é a terceirização. Demitidos de seus cargos estáveis nos bancos, os trabalhadores são contratados por empresas terceirizadas, onde o trabalho é mais intensamente explorado, onde não há os mesmos direitos trabalhistas conquistados pela categoria bancária, onde não há representação sindical legal ou proteção da Convenção Coletiva de Trabalho negociada pela categoria. Como mostra o caso de uma das entrevistadas de Segnini (1999:60), depois de aderir ao PDV do banco em que trabalhava, desempregada e em condições de vida difíceis, foi

trabalhar em uma empresa terceirizada para ganhar R\$ 300,00 por mês, com uma jornada de 12 horas por dia. Em seu relato, ela diz:

“Cheguei no primeiro dia, duas horas da tarde, meia-noite eu ainda estava lá; porque eles pegam todo o caixa rápido do Banco Real, do Estado do Rio, então todas as cidadezinhas, aquele caixa-rápido, aquele movimento todinho é para ser feito lá, não é feito na agência, é feito nessa, é uma subsidiária do Banco Real. Então, eu ficava, sabe, de duas até meia-noite e meia, fazendo, contando dinheiro, somando cheque, conferindo, eu não fazia 15 minutos de lanche. Uma coisa horrível! Uma escravidão!”

Com a descaracterização da atividade bancária, ou seja, com a transferência de algumas funções antes exclusivamente bancárias a outros estabelecimentos, ocorre também que o trabalhador destes últimos passa a realizar o trabalho de um bancário, sem estar amparado pelas conquistas trabalhistas da categoria, sem o cumprimento da jornada de 6 horas, sem o piso salarial negociado e sem a representação sindical em geral.

O medo do desemprego leva à submissão dos bancários aos padrões de produtividade e qualidade impostos, fazendo-os assumir a necessidade de corresponder ao ritmo de trabalho estabelecido pelos bancos e, muitas vezes, assumir o próprio discurso da necessidade de qualificação e adaptação do trabalhador às “novas exigências” do trabalho. Como mostra Segnini (1999:33):

(...) “O bancário compreende estar trabalhando mais intensamente, comumente realizando horas extras, percebendo salários relativamente menores em comparação com os anos anteriores. No entanto, revela compreender também que desta forma mantém o emprego, transformando o medo em produtividade. Através da ‘pedagogia do medo’ do desemprego, qualifica-se, de acordo com o conceito atribuído a este vocábulo pelos bancos. O desemprego, nas entrevistas, aparece como expressão da atual conjuntura marcada por forte competição inter-bancária, estabilização da moeda e difusão da informática. Porém, a representação do desemprego já vivido pelo colega reafirma o medo do próprio desemprego, atribuindo-lhe culpabilidade por não ter sabido ‘captar o momento’, ‘produzir de acordo com o que o banco pedia’ ou tantas outras formas de exprimir a ‘improdutividade’ do outro, daquele que se desemprega.” (grifos da autora)

Silva (2000:58) também destaca a instrumentalização do medo da demissão como forma de imposição das chamadas metas de produtividade. Acrescenta que este “incentivo” à produção exaustiva sob a ameaça de demissão tem provocado um aumento dos problemas de saúde entre os trabalhadores, como LER, *stress* ou baixa auto-estima. Alexandre (2002: 81-82) fala também sobre a intensificação do trabalho e o aumento dos problemas de saúde no Banco do Brasil com a reestruturação. Pesquisa do DIEESE (2000) revela que em Campinas e Região, os bancários queixam-se das seguintes doenças relacionadas com o trabalho: 56% sofrem de *stress*; 33% de problemas nervosos; 23% de LER; 17% de depressão.

c) *Instrumentalização do medo das demissões*

É importante lembrar que a **intensificação do trabalho mediante a ameaça de demissão** não é uma ocorrência isolada no sistema bancário nacional, mas sim uma possibilidade colocada pela própria correlação de forças entre trabalho e capital, na qual este último possui o poder determinante de controle dos postos de trabalho oferecidos. Costa (2002), por exemplo, analisa as relações de trabalho na indústria têxtil brasileira no contexto de reestruturação produtiva e conclui que **a ameaça de desemprego atua como elemento determinante**, embora não o único, de pressão para a “cooperação” no trabalho. Na fábrica estudada pela autora em Duque de Caxias – RJ, mais de 70% da base de representação sindical foi perdida devido ao fechamento de diversas plantas e a demissão de seus funcionários; a mobilização sindical dos trabalhadores que ficaram empregados foi anulada pelo medo de mais demissões, que poderiam ser taxativamente anunciadas em nome da racionalidade econômica ou da necessidade de manter a disciplina e a submissão dos trabalhadores, gerando insegurança e fazendo com que se submetessem à intensificação do trabalho. Assim,

“Uma vez que não existem canais de reivindicação e que é inexpressiva a força da representação sindical dentro da fábrica, o recurso da demissão é usado como o mais eficiente regulador de conflitos. Mais que isso, é usado como instrumento que pune as manifestações e serve de exemplo para reprimi-las” (Costa, 2002:187).

Contudo, também vale destacar que parte da bibliografia que discute as atuais condições do sindicalismo ocultou ou atenuou o medo do desemprego como fator desmobilizador. Rodrigues (1999: 191-194) afirma que o desemprego é prejudicial ao sindicalismo porque tende a rebaixar as taxas de sindicalização, devido à redução do volume de trabalhadores empregados, e porque “pode tornar os trabalhadores mais temerosos de aderir a sindicatos e participar de greves”; contudo, o autor conclui que seria equivocado “exagerar as conseqüências do fator desemprego no recuo do sindicalismo” e cita os exemplos da Alemanha, onde há altas taxas de desemprego e de sindicalização, e dos EUA, onde há baixas taxas de desemprego e de sindicalização. Fatores mais importantes para a dessindicalização seriam uma série de eventos que resultam no fim da velha classe operária sobre a qual se apoiava o sindicalismo como fenômeno de massa: 1) o declínio absoluto e relativo dos trabalhadores industriais e o correspondente aumento das novas camadas de trabalhadores intelectuais; 2) a acentuação da diversificação interna das camadas operárias quanto aos níveis salariais, ao tipo de reivindicações, ao gênero, à qualificação; 3) a dispersão geográfica da produção, a redução da dimensão das unidades de fabricação.

Esta argumentação segue a linha de Offe (1994:177) que afirma que estes elementos constituem sintomas da heterogeneidade crescente no trabalho, o que faria com que “o fato social do trabalho assalariado ou da dependência com relação ao salário não (fossem) mais o foco da intenção coletiva e de divisão social e política.” Para este autor, o desemprego interfere somente no seguinte sentido: o aumento do número de pessoas marginalizadas do trabalho assalariado apareceria como uma tendência (inevitável) para o futuro; assim, o trabalho e o poder de compra perderiam seu papel central como fator que integra e dirige a

existência pessoal; isto chegaria a tal ponto em que se formariam “grupos sub-proletários” nos lugares onde o “desemprego estrutural” fosse mais concentrado; estes grupos estariam marcados por uma “cultura do desemprego” e seus membros poderiam vir a ser hostis aos valores e regras da sociedade do trabalho.

Esta é uma longa discussão, mas me limitarei a alguns comentários: a relação entre a taxa de desemprego e de sindicalização na Alemanha e nos EUA não parece um indicador muito convincente, já que não está problematizada com a evolução destes números ao longo dos anos, nem com as especificidades do movimento sindical em cada um destes países.

Quanto ao argumento central destes autores de que a classe trabalhadora estaria agora sofrendo um processo de heterogeneização, Boito Jr. (2001:16) nos ajuda a contra argumentar com a afirmação de que esta tese comete dois erros: um histórico e outro teórico. O primeiro porque a classe trabalhadora sempre foi heterogênea, marcada por diferenças de remuneração, qualificação, setor econômico, sexo, idade, etnia e/ou capacidade de organização. Hoje existem novas/diferentes fragmentações vinculadas à precarização do trabalho e ao desemprego, mas não é um processo linear e depende da conjuntura política para produzir efeitos sobre a organização da classe trabalhadora. O segundo erro, o teórico, é ignorar a conjuntura política nacional e internacional ao analisar a classe operária. Significa ignorar a conjuntura política de ofensiva neoliberal, verdadeira causa da dificuldade de organização da classe trabalhadora.

Quanto à tese de que o aumento do número de desempregados pode levar à formação de grupos hostis aos valores e regras da sociedade do trabalho, não vejo como isto seria possível. O que o desempregado precisa é se inserir no mercado de trabalho para

sobreviver, esta é sua única preocupação, principalmente nos países onde o sistema de seguridade social não está estruturado. Como afirma Singer (1999: 43): “o que o desempregado quer é trabalho”.

Por mais que existam outros determinantes para a atual caracterização defensiva do movimento sindical, é importante enfatizar o medo do desemprego como um fator fundamental que submete o trabalhador, uma vez que sua própria subsistência depende essencialmente da possibilidade de vender sua força de trabalho.

d) Desqualificação do trabalho bancário

Aparentemente, este processo de reestruturação dos bancos requer um novo e mais elevado patamar de qualificação dos bancários. Esta idéia é divulgada pelos bancos e apoiada pela própria imprensa sindical, com base na constatação de que efetivamente, na atual conjuntura, cresce o número de bancários com terceiro grau e decresce a porcentagem de bancários com primeiro e segundo grau, assim como há um aumento do percentual de bancários em cargos de gerência (em torno de 22%, em 1997, segundo o DIEESE, 1997b:5) e uma diminuição do número de escriturários na categoria (em cerca de 53%, em catorze anos). Estudo do DIEESE afirma que:

“A exigência das instituições financeiras de que seus empregados sejam cada vez mais polivalentes, flexíveis, parece estar entre os motivos da busca por empregados com maior escolaridade, supostamente uma condição necessária para a absorção das inovações no processo de trabalho bancário. Tal exigência também transparece nos processos de seleção e admissão de novos empregados. Desta forma, associada à forte redução do número de postos de trabalho na categoria, os bancos perseguiram uma mudança no perfil dos bancários, inclusive no que diz respeito ao quesito escolaridade” (DIEESE, 1997a: 8).

Neste sentido, a imprensa sindical divulga a necessidade de um aprimoramento contínuo do trabalhador, na tentativa de acompanhar as mudanças no setor:

“Maior qualificação, maior poder de decisão, polivalência e iniciativa são algumas das características exigidas do bancário nos dias de hoje. O processo de ajuste nos bancos tem sido extremamente doloroso para a categoria. Demissão em massa de trabalhadores, intensificação do processo de trabalho, flexibilização da jornada e do salário marcam essas mudanças. A perspectiva é que esse processo se intensifique nos próximos anos, exigindo o aprimoramento constante do bancário” (DIEESE, 1997b:7) .

Parte dos estudos acadêmicos partilha esta idéia, como Pereira e Crivellari (1991:110-113) que afirmam que as novas “estratégias de qualidade” dos bancos exigem uma maior qualificação do trabalhador bancário, e uma política coerente por parte das empresas de treinamento e salário, contribuindo para fortalecer o poder de barganha dos empregados. A implementação das “estratégias de modernização” exigiria dos trabalhadores uma maior “habilidade operacional, compreensão global da atividade e conhecimento em contabilidade bancária”; as novas práticas estimulariam a iniciativa e a criatividade dos empregados e estes passariam a ter uma “visão mais sistêmica do conjunto de relações com o ambiente inter e extra-banco”, além de aumentarem a “capacidade para a abstração e a adaptabilidade a novas situações”; dessa forma, o curso superior passaria a ser uma forma extensiva de treinamento bancário. Em suma, os autores concluem que, por uma questão de coerência, os bancos devem investir em recursos humanos – maior qualificação do trabalhador contratado – se pretendem oferecer aos clientes um serviço de qualidade; isto daria aos empregados maior poder de pressão por melhores salários e estabilidade no emprego, condições que os incentivariam a atender bem os clientes.

Silva (1991) afirma que a automação nos bancos levada a cabo nos anos 80 provocou a intensificação do trabalho e um controle maior sobre ele, assim como o aumento dos problemas de saúde dos funcionários. Contudo, isto seria amenizado por alguns fatores: 1) o próprio trabalhador expressaria satisfação por operar uma tecnologia mais moderna, embora em um primeiro momento também expresse medo de não conseguir dominá-la e conseqüentemente medo de perder o emprego; 2) os bancários ganhariam maior liberdade individual devido ao fato de que a imagem de confiabilidade do banco seria transferida para os computadores; 3) os conhecimentos de contabilidade anteriormente exigidos seriam substituídos pelos de informática; 4) constituiriam-se uma série de novas funções, responsáveis pela elaboração de relatórios e de outros serviços de

apoio às decisões das gerências, mudando profundamente as características da cúpula que comanda o processo de trabalho bancário; 5) a massa de digitadores que se mantém até a introdução do sistema *on-line* conquistou em alguns bancos, como é o caso do Banespa, a regulamentação de suas condições de trabalho e uma estabilidade relativa no emprego.

Como já colocamos antes, embora as novas tecnologias e as novas formas de organização do trabalho possam exigir diferentes tipos de conhecimentos, introduzindo novas necessidades de qualificação, como noções de informática, isto não significa um incremento no conteúdo intelectual das funções. Além disto, concomitantemente a estas novas funções que aparentemente exigem maior qualificação do trabalhador, também há uma multiplicação das atividades meramente repetitivas. Segnini (1999: 34) apresenta uma interpretação diferente da questão da qualificação profissional; de acordo com a autora:

“Os índices de escolaridade mais elevados registrados nos bancos, referem-se não a uma exigência do conteúdo do posto de trabalho, mas a um longo processo de desemprego que possibilita privilegiar, para permanecer empregado, os bancários mais escolarizados, entre os outros que vão sendo excluídos deste segmento do mercado de trabalho”.

Ou seja, o aumento do número de bancários com formação superior em cargos de gerência, por exemplo, não significa que as funções que desempenham sejam mais complexas que antes e que exijam, portanto, uma maior qualificação; ao contrário, observa-se que os procedimentos de trabalho, inclusive destes que estabelecem uma relação direta com o cliente e teriam funções menos normatizadas, estão submetidos a controles cada vez mais rígidos e se tornam cada vez mais simplificados e seguros, com a difusão das tecnologias da informação.

O significado de “trabalhador qualificado” para os bancos está longe de privilegiar a formação profissional ou conhecimento específico, mas sim atributos pessoais como capacidade e disposição para a competição. Como coloca Segnini (1999:35): “A importância do diploma, em termos de conteúdo (qualidade) é relativizada, adquirindo muito mais um caráter legitimador do posto de trabalho ocupado do que mobilizador de conhecimento”.

II. A resistência do trabalho: Sindicalismo bancário

1) A organização do movimento

Retomarei rapidamente o momento de constituição do movimento sindical bancário nacional e seu desenvolvimento posterior para destacar alguns pontos: 1) a significativa atuação deste movimento e as conquistas alcançadas mediante intensa luta; 2) a constante tentativa de conciliação entre a ação enquadrada na legalidade estatal e a busca de autonomia organizativa; 3) suas tendências ideológicas.

A ampliação do sistema bancário nacional, desde 1930, e o aumento crescente do número de bancos, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, proporcionaram também o crescimento e a concentração dos trabalhadores bancários, que constituíram sindicatos estáveis desde então.³⁴ A organização do movimento e a mobilização em greves, como a de 1932, em Santos, e a greve nacional de 1934, levaram a algumas conquistas significativas: 1) o Decreto Lei 23.322 de 03/11/1933, através do qual a categoria conquistou a jornada de trabalho de 6 horas. Embora, na prática, o cumprimento desta jornada não tenha sido efetivado, porque não havia nenhuma garantia legal para tal ou para o pagamento das horas extras, é significativo como indicador da combatividade do sindicalismo bancário; 2) a regulamentação do direito à aposentadoria aos 30 anos de serviço ou 50 anos de idade e a estabilidade aos 2 anos de serviço, através da Lei 54 de 12/09/1934.

Os sindicatos bancários mantinham uma resistência em relação ao controle do Ministério do Trabalho, procurando integrar sindicatos não reconhecidos por ele e formando Coligações e Federações que visavam centralizar nacionalmente o movimento. Houve uma primeira tentativa de formação de uma Federação Regional dos Bancários em São Paulo, com os sindicatos da capital, Campinas, Ribeirão Preto e Piracicaba, que foi neutralizada pelo Ministério do Trabalho. Em 1935, formou-se a Federação Nacional dos Bancários, que intensificou suas articulações com os demais sindicatos e passou a privilegiar uma participação política mais ampla, filiando-se à ANL (Aliança Nacional Libertadora). A vitalidade crescente do movimento provocou a reação da ordem dominante,

³⁴ O primeiro grêmio bancário a se organizar foi a Associação dos Funcionários de Bancos de São Paulo, em 1923 (Cf. Canêdo, 1986).

através da Lei de Segurança Nacional: a Federação foi reprimida e desapareceu e houve intervenção nos sindicatos de Rio de Janeiro e Santos (o de São Paulo conseguiu evitá-la).

Ao longo das décadas de 50 e 60, houve diversas greves e a fundação de Confederações e Federações,³⁵ indicando um crescimento do movimento. Nesta fase, destacam-se: a conquista do 13º e da extinção do trabalho aos sábados, após Greve Nacional em 1963.

Em 1964, com o golpe de Getúlio Vargas, o movimento sindical sofreu novo choque repressivo do Estado: a CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito), as Federações e os Sindicatos sofreram intervenções estatais e a construção da organização do movimento bancário ruiu; a articulação nacional que vinha sendo alcançada foi fragilizada. Com a regulamentação estatal dos reajustes salariais, o papel de negociador dos sindicatos foi retirado e, com ele, a capacidade de mobilização da base, uma vez que sua adesão às greves se dava fundamentalmente em função de reivindicações relacionadas a benefícios salariais ou por melhores condições de trabalho.

Com a criação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), o governo eliminou a estabilidade no emprego garantida aos bancários e criou mais uma dificuldade para a formação de lideranças sindicais e para a participação dos trabalhadores nas atividades do sindicato: o medo das demissões. Passou a haver uma estagnação dos quadros sindicais, constituindo uma oligarquia, formada fundamentalmente por funcionários de bancos estatais, que ainda estavam protegidos por uma relativa estabilidade garantida pelo quadro de carreira, e onde a intervenção estatal era menor, justamente porque eram bancos oficiais mais comprometidos com o sindicalismo de Estado. Durante este período, até o final da década de 70, a repressão intensificou-se e o movimento esteve completamente desarticulado; surgiram alguns grupos opositores que se dissolveram depois de pouco tempo.³⁶ O movimento sindical bancário, portanto, como afirma Jinkings (1994: 35), foi atacado indiretamente através de mecanismos legais de intervenção estatal e diretamente

³⁵ 1951: greve dos bancários do Estado de SP; 1957: fundação das Federações dos Bancários de São Paulo e Paraná, do Norte e Nordeste e do Rio de Janeiro e Espírito Santo; 1958: fundação da CONTEC; 1961: greve nacional dos bancos públicos; 1962: várias greves foram realizadas durante o ano; 1963: início do movimento denominado “greve de guerrilha” ou “grevilha” – paralisação parcial de trabalhadores, em um estabelecimento bancário de cada vez, com o objetivo de pressionar os banqueiros a um acordo mais favorável ao que o julgado na Justiça do Trabalho.

³⁶ Como a PA (Participação Ativa) – grupo formado por funcionários de bancos oficiais (Banespa e Banco do Brasil), aliados ao MMB (Movimento de Mobilização Bancária) e ao MMM (Movimento de Mobilização Metalúrgica), que surgiu em 1966 e se dissolveu após a campanha salarial de 1968.

por medidas repressivas, favorecendo a intensa expansão do capital financeiro neste período, sob condições monopolistas.

2) A tendência ideológica: Sindicalismo “meritocrático”?

Na avaliação de Canêdo (1986: 35), durante o Estado Novo configura-se o que irá constituir o núcleo da história do movimento sindical bancário: por um lado, a subordinação ao Estado, como forma de desenvolver sua ação reivindicativa; por outro lado, a busca de uma autonomia organizatória frente ao Ministério do Trabalho. Ao longo das décadas de 50 e 60, esta é a tônica destaca pela autora:

(...) “Conciliar dispositivos corporativos favoráveis à organização sindical (monopólio da representação através do Estado e a unidade sindical), com a eliminação de outros dispositivos tutelares, considerados desvantajosos (regulamentação da vida interna dos sindicatos, direito de intervenção, canalização dos conflitos para a Justiça do Trabalho, etc.) sempre foi a luta do movimento sindical bancário” (Canêdo, 1986: 160).

A autora observa que a grande maioria dos associados (mais especificamente ao Sindicato dos Bancários de São Paulo) tinha uma visão do Estado como protetor e acreditava que era através de seu amparo à ação dos sindicatos que conseguiriam preservar os privilégios alcançados pela categoria e ampliá-los. Neste período, a reivindicação do salário profissional e do quadro de carreira se constituiu como o instrumento mais importante para assegurar a unidade nacional da categoria e seu fortalecimento (Cf. Canêdo, 1986: 48).

Há três características importantes salientadas por Canêdo (1986) e Jinkings (1994): 1) a identificação entre a opção política das lideranças sindicais bancárias de manter uma relação de não enfrentamento com o Estado e de privilegiar as reivindicações dirigidas em favor da garantia de uma ordem jurídica de controle das relações de trabalho e as aspirações e valores da base bancária que, ao formular suas exigências, não tinha por objetivo ameaçar a ordem institucional vigente, mas garantir a segurança da categoria dentro do sistema. 2) A adesão dos bancários a um componente ideológico do trabalho de escritório: a crença de fazer parte de uma elite destacada social e culturalmente dos trabalhadores manuais, operários e artesãos; 3) a luta do sindicalismo bancário pelo salário profissional, que se constitui como um dos aspectos desta segunda característica.

Segundo Saes (s/d:36), setores da “baixa classe média” no Brasil (comerciários, bancários e o “baixo funcionalismo público”) viram o sindicalismo de Estado “menos como

um instrumento de controle do movimento popular, e mais como o anteparo do Estado contra uma burguesia pouco disposta a reconhecer a legitimidade da própria atividade sindical.” Estes setores se voltaram à ação sindical somente com a legalização desta nos anos 30, vendo no sindicato um veículo de reconhecimento dos seus direitos, pelo Estado, entendidos basicamente como o acesso ao consumo e à melhoria do nível de vida e bem estar.

Girardi Jr. (1995:49) também afirma que “a lei de sindicalização (veio) ao encontro das aspirações dos bancários de ter sua organização reconhecida, de ter o amparo da justiça para suas reivindicações, de poder contar com o Estado protetor intercedendo a seu favor e estimulando a organização”. Antes disto, a organização dos bancários se autodenominava “Associação de Funcionários”, e já estava presente ali a idéia da necessidade de práticas conciliatórias, obedientes aos princípios da justiça; as tarefas da Associação eram a conciliação com o patronato e a assistência material aos bancários (Cf. Girardi Jr., 1995: 41-42).

De acordo com Saes (s/d e 1977), Boito Jr. (1994 e 2004) e Girardi Jr. (1995), a adesão dos bancários ao movimento sindical insere-se em um tipo específico de sindicalismo, denominado “meritocrático”, ou seja, “subordinado à ideologia dominante que reduz a divisão capitalista do trabalho a uma hierarquia do trabalho, justificada por diferenças de dons e méritos pessoais” (Saes, 1977: 99). Esta ideologia fundamenta a distinção aceita pelos bancários entre trabalho manual e não-manual; esta distinção se expressa, por exemplo, no fato de que estes trabalhadores assumem como inerentes ao exercício de sua profissão algumas características de personalidade, comportamento, aparência, e exigem que se reconheça um nível salarial correspondente a esse diferencial (Cf. Girardi Jr., 1995: 88).

Segundo Boito Jr. (1994:210), há uma contradição entre a ideologia meritocrática e o sindicalismo que consiste em que “este último apresenta o nível salarial, as condições de trabalho e as condições de vida como resultado da organização e da luta coletiva dos trabalhadores”, e o primeiro o apresenta como “fruto e sinal distintivo dos seus dons e méritos pessoais”. A articulação entre os dois ocorre pelo deslocamento da ênfase no mérito individual para a ênfase no mérito profissional, surgindo o chamado “sindicalismo meritocrático”, caracterizado pelo corporativismo profissional no plano da organização, ou

seja, pela identificação coletiva restrita ao universo da profissão e pela resistência à politização da luta sindical; e pela defesa do salário relacional no plano das reivindicações, isto é, a defesa de um salário diferenciado entre as profissões, segundo uma escala social definida pelo critério meritocrático (Boito Jr., 2004).

A tese destes autores é que a adesão de um coletivo de trabalhadores à ideologia meritocrática é o que define sua situação de classe, de modo que a subordinação dos bancários a ela caracteriza o sindicato por eles organizado como “de classe média”. Aceitar esta especificidade, contudo, não significa pactuar com as teses que substituem a análise do conflito de classes na sociedade capitalista pela da estratificação social (Mills e Lockwood *Apud* Boito Jr., 2004), nem tampouco afirmar que o conjunto da classe média permanece sempre ao lado da classe dominante nos momentos de ascensão política da classe operária, ou que o crescimento dos “setores médios” no capitalismo atual provoca o isolamento cada vez maior do operariado no processo revolucionário de transformação social (Mayer *Apud* Saes, 1977). É somente a análise da conjuntura e das práticas políticas dos diferentes setores da classe média que pode definir sua tendência ideológica e sua situação de classe em determinado momento histórico; não há um limite fixo no plano econômico (da situação de trabalho) que separe a situação da classe média da situação operária; este limite é também definido no plano político prático e depende da conjuntura específica da luta de classes.³⁷

O sindicalismo bancário, embora definido como “sindicalismo de classe média”, desempenhou, segundo Saes (s/d: 40) entre as décadas de 1930 e 1960, um papel de “verdadeira vanguarda, tanto no plano reivindicativo como no plano político”, demonstrando “elevada capacidade de reivindicação, politização da ação reivindicativa, ausência de governismo sistemático, engajamento na luta por reformas sociais”. Alguns indicativos disto apontados pelo autor são: a realização de greves, as altas taxas de sindicalização, a adesão do Sindicato de São Paulo à ANL em 1935, a participação na campanha contra o fascismo e pela democracia (entre 1942 e 1945), o engajamento na luta pelas reformas de base (entre 1961 e 1964). Segundo Saes (s.d.: 41), o mais importante não

³⁷ Sobre esta discussão ver também: Boito Jr. (1994); Braverman (1976); Lockwood (1962); Mandel (s.d.); Mills (1969); Poulantzas (1978); Rumiantsev (1963); Saes (1977); Thompson (1998); Wright (1981), citados na *Bibliografia de Referência*.

é o conteúdo das reivindicações, mas o reconhecimento de que a reivindicação profissional não tem um fim em si mesma, mas é um instrumento importante da luta pela unificação do movimento sindical; reconhecimento que se expressa, por exemplo, no aproveitamento das aglutinações de greves para estabelecer a conexão entre diferentes sindicatos de trabalhadores ou na organização de entidades sindicais paralelas, não reconhecidas pelo Estado, especialmente na década de 1930.

Girardi Jr. (1995: 58-63) fala também sobre a radicalização do movimento sindical bancário entre 1933 e 1935, marcada por estratégias de ruptura com a tutela estatal (ao mesmo tempo em que se mantinha a luta corporativa que visava consolidar uma legislação específica de proteção à categoria) e por um processo crescente de politização. O autor mostra que a partir do final de 1933, passam a ser referências constantes no jornal “Vida Bancária”: “críticas à *Imprensa Burguesa*, ao Estado, a ênfase na experiência proletária internacional”; e afirma que “este período foi dominado por forte apelo doutrinário. Era preciso convencer o bancário da sua condição proletária e das vantagens que a união com os demais trabalhadores representaria, não só para os bancários, mas para o proletariado como um todo”.

Em que pese esta referência ao movimento operário, Girardi Jr. (1995: 91-93) conclui que o sindicalismo bancário mantém a diferenciação com os trabalhadores manuais no plano da defesa dos interesses corporativos, reproduzindo a idéia da superioridade na escala de posições sociais e defendendo o salário relacional: “a luta coletiva visava garantir a dignidade da categoria na hierarquia das profissões e a determinação de critérios objetivos de ascensão individual na própria profissão – com os respectivos aumentos salariais”.

Esta análise coincide com a de Saes (1977) e Boito Jr. (2004), que afirmam que a possibilidade histórica de que classe média e classe operária se alinhem em uma luta pela transformação da sociedade, não implica a fusão destas classes, pois os objetivos políticos da primeira se acomodam ao limite ideológico de rejeição da igualização sócio-econômica do trabalho manual e não-manual.

“A consciência meritocrática não pode aceitar a igualização social dos trabalhadores – seja no processo de produção (superação da divisão entre trabalho de direção e trabalho de execução), seja no plano do consumo (superação da hierarquia salarial), seja na política (superação da divisão entre vanguarda e massa)” (Boito Jr., 2004:30)

É preciso considerar a contradição entre as classes médias e a classe operária, esta não deve ser ignorada para não cair no discurso genérico da defesa dos interesses da classe trabalhadora como um todo homogêneo; contudo, tampouco se pode pactuar com as teses que pregam a impossibilidade de reunião destas classes em determinadas conjunturas históricas.

A luta sindical dos trabalhadores bancários assume diferentes características em cada conjuntura política, adotando medidas mais conciliatórias ou mais ofensivas, segundo a correlação de forças na luta de classes e dentro dos limites de sua situação de classe (definida no plano econômico, político e ideológico), que determina seus interesses sócio-econômicos. Durante a vigência do sindicalismo de Estado no Brasil, os bancários adotaram uma postura conciliatória para garantir a existência de suas organizações e a conquista de benefícios para a categoria, mas, ao mesmo tempo em que esta postura correspondia às expectativas de parte da base e dos dirigentes, não era única e encarou em alguns momentos medidas de maior enfrentamento e consistência político-partidária, sempre que o controle repressivo estatal pôde ser burlado.

No final da década de 1970, em um contexto político nacional diferente, em clima de abertura democrática, o sindicalismo bancário se renovou enquanto agente ativo do processo de transição e transformação política vivida no país. A partir de 1978, teve papel importante, juntamente com os metalúrgicos, na ascensão do chamado “novo sindicalismo”, que se caracterizou por assumir uma posição política, pautada pela solidariedade e por uma preocupação classista; que deu origem a uma central sindical (CUT) e a um partido político (PT – Partido dos Trabalhadores); que realizou greves expressivas a despeito da proibição legal; e que procurou estimular a organização e representação de interesses; embora tenha mantido os três pilares da estrutura corporativa: monopólio da representação (unicidade sindical); função de arbitragem da Justiça do Trabalho; imposto sindical (Cf. Galvão, 2003: 64).

Em 1979, uma chapa de oposição passou a conduzir o Sindicato dos Bancários de São Paulo, principal pólo de onde emana o movimento bancário nacional. Durante a mobilização nacional pelas “Diretas-Já” desempenhou um papel de destaque, e realizou greves marcantes para o movimento sindical brasileiro em 1985, 1986 e 1987. Em 1989 foi

criada a FETEC (Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Crédito do Estado de São Paulo) e em 1992 a CNB/CUT (Confederação Nacional dos Bancários da CUT), duas entidades que congregam os sindicatos bancários, fortalecendo sua organização nacional (Cf. Antunes, 2001:200).³⁸

O sindicalismo bancário possui uma inserção expressiva na CUT (Central Única dos Trabalhadores) desde sua fundação e foi um dos setores mais ativos nas greves que marcaram a luta organizada pela central na década de 1980; luta esta na qual se verificou uma politização crescente e a consolidação de uma plataforma de transformações econômicas e sociais antagônicas à política de desenvolvimento do Estado brasileiro. Como coloca Boito Jr. (1999: 133):

“Ademais, nas greves gerais nacionais de protesto que organizou ao longo da década de 1980, contra a política econômica do governo, a CUT propagandeou e agitou sua plataforma de transformações econômicas e sociais. Essa plataforma e essa linha de ação apontavam para a unificação da luta sindical das classes trabalhadoras, unificação que teve nas greves gerais de protesto contra a política econômica do Estado sua forma de ação mais expressiva.”

Esta postura indicava uma visão geral segundo a qual a sociedade estava dividida por um conflito básico entre trabalhadores e empregadores (banqueiros, latifundiários e grandes empresários); conflito este onde o movimento sindical deveria intervir além do plano corporativo de cada categoria e da reivindicação estritamente salarial, e posicionar-se frente ao conjunto da política de Estado; nesse sentido, a central interveio de modo significativo na elaboração da Constituição de 1988 (Cf. Boito Jr., 1999: 134 e 137). Vale lembrar, contudo, que segundo Boito Jr. seria excessivo caracterizar a CUT como socialista ou orientada por uma visão marxista da luta sindical, pois esta não organizava as massas nos locais de trabalho e manteve sua ação limitada pela estrutura sindical corporativa de Estado: “A ação de protesto unificada no topo conviveu, ao longo do período, com a luta salarial segmentada e enquadrada na estrutura sindical na base do movimento” (Boito Jr., 1999: 141).

³⁸ “A maioria dos sindicatos de bancários é filiada à CUT, muito embora outros grupos com certa expressividade não possam ser desconsiderados. A Confederação Nacional dos Bancários da CUT – CNB – representa atualmente 97 sindicatos e 08 federações de trabalhadores” (Antunes, 2001: 204).

Sintetizando, é preciso destacar as especificidades do movimento sindical bancário, caracterizando seu posicionamento ideológico e a definição de sua situação de classe, e relacionar estas especificidades com a configuração da luta reivindicativa e política da categoria. Nestes termos, os trabalhadores bancários e o sindicalismo que os representa não podem ser definidos por seu comprometimento *a priori* com o movimento operário, mas isto não elimina a possibilidade histórica de que ambos venham a se alinhar em determinadas conjunturas, como o mostra a própria história do sindicalismo bancário, marcada por períodos de recrudescimento de sua postura de enfrentamento com as classes dominantes e de vinculação aos sindicatos operários.

3) O impacto da reestruturação sobre o movimento sindical: adesão ao Sindicalismo “propositivo”?

Na década de 1990, o sindicalismo bancário sofre um novo processo de mudanças, que se insere na reconfiguração do sindicalismo nacional e internacional, definida, por sua vez, pelo contexto político mundial de reestruturação do capitalismo. A ideologia e as políticas neoliberais disseminaram-se, permitindo a retomada do controle do mercado na tomada de decisões (desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho) e minando a capacidade de resistência das classes trabalhadoras, retirando aparentemente o Estado de cena e substituindo-o pela idéia mistificadora da necessidade de constituição de um corpo técnico, apolítico, capaz de conduzir o processo de “modernização” de forma isenta. As idéias neoliberais assumem o caráter de inevitáveis, inexoráveis, impossíveis de combater e o sindicalismo se vê imobilizado, incapaz de resistir, e apela para soluções conciliatórias. Alguns autores afirmam, inclusive, a interiorização da ideologia neoliberal por parte das classes trabalhadoras, ao admitirem alguns de seus postulados, como a necessidade de crescimento através da “produtividade” e da “competitividade”, como a inexorabilidade da “modernização”, como a conversão dos direitos sociais em “privilégios” e “custos” que devem ser reduzidos.³⁹

Neste quadro, o sindicalismo encontra-se, em âmbito internacional, embora com suas especificidades nacionais, na defensiva. No caso brasileiro, algumas análises da nova configuração do movimento sindical a avaliam como uma estratégia de conciliação com a política neoliberal. É o que afirma Boito Jr. (1999: 143) ao dizer que o “sindicalismo propositivo” adotado pela CUT nos anos 1990 abandona a perspectiva de confronto com o modelo econômico e com o conjunto da política neoliberal e firma a proposta de participação do sindicalismo cutista na definição da política governamental; segundo os próprios dirigentes da central, trata-se de abandonar a postura de oposição e passar para uma postura de proposição de alternativas concretas para os problemas da política nacional.

Segundo Galvão (2003: 127 e 135), o “sindicalismo propositivo” se caracteriza por priorizar a ação institucional, em detrimento do trabalho organizado e mobilização das

³⁹ Ver sobre este tema: Bourdieu, Mouriaux, e Saes *Apud* Galvão, 2003; Boito Jr., 1999.

bases, e por negociar de forma “realista”, ou seja, apresentando propostas “viáveis”, que interessem também ao patronato e ao governo, caso contrário não há negociação possível. Encontra-se aí o limite da estratégia propositiva: “o sindicalismo cutista passa a fazer concessões crescentes ao capital, integrando-se à lógica do mercado e assumindo valores capitalistas reativados pelo neoliberalismo, como lucratividade, produtividade, qualidade e eficiência. Tal prática pressupõe a idéia de que é possível conciliar os diferentes interesses de classes.” Abandona-se a visão do conflito social e substitui-se pela idéia de que seria possível fazer “parcerias” entre trabalhadores, patronato e governo.

Alves (1996: 155-156) denomina esta nova configuração do movimento cutista de “sindicalismo de resultados” e afirma que este é uma estratégia política de sobrevivência diante da ofensiva do capital, onde há uma disposição maior para o diálogo do que para o confronto com este. O autor coloca que,

“Na verdade, por trás do ‘defensivismo de novo tipo’ oculta-se a incapacidade estratégica do sindicalismo brasileiro em adotar posturas de confronto diante da nova ofensiva do capital, que se caracteriza pelo debilitamento do coletivo do trabalho organizado, principalmente através do desemprego e da terceirização, num cenário de ajuste neoliberal e inovações organizacionais e tecnológicas nas grandes empresas” Alves (1996: 109).

De maneira geral, o que se observa é uma grande dificuldade do sindicalismo de resistir às imposições do neoliberalismo, uma desestruturação do movimento que se manifesta fundamentalmente no sentido da incapacidade de “bater de frente” com o capital e na adoção de uma postura conciliatória, de negociação. Não somente no caso do sindicalismo bancário, mas também em outros setores historicamente combativos, como os metalúrgicos. Nesta fragilização do movimento sindical, as demissões em massa que ocorreram em diversos setores da economia no processo de reestruturação produtiva são um elemento fundamental.

Mattos (1998) discute o tema analisando as negociações dos sindicatos do setor automotivo brasileiro no final da década de 90, que ocorreram frente ao anúncio de demissões em massa; o autor faz uma diferenciação e uma aproximação na atuação e nos acordos fechados pela CUT e pela Força Sindical: por um lado, a CUT desenvolveu uma estratégia mais combativa, mobilizando os trabalhadores em assembleias e manifestações públicas, enquanto a Força Sindical apressou-se em negociar com o patronato a redução

salarial em troca da estabilidade no emprego. Por outro lado, ambos acordos fechados pelas Centrais Sindicais com as empresas possuem uma mesma lógica, que se enquadra nos interesses do capital de aumentar a produtividade e diminuir os custos do trabalho: foram negociados Planos de Demissão Voluntária, a redução dos subsídios de alimentação e transporte e dos adicionais pagos por trabalho noturno, e o Banco de Horas.⁴⁰ Mattos (1998:10) conclui que:

“É visível, [portanto], que no campo das negociações diretas entre empresários e sindicatos, a situação tem sido extremamente desfavorável para os trabalhadores e as estratégias sindicais não têm conseguido formular respostas que fujam à lógica desta fase do processo de expansão capitalista”.

No caso do sindicalismo bancário, diversos autores (Silva, 2000; Jinkings, 1994; Antunes, 2001) discutem as dificuldades de resistir à força da reestruturação capitalista no setor. Jinkings (1994) fala sobre as tentativas de resistência frente à automatização do trabalho que vem sendo imposta. Na análise do jornal “Folha Bancária”, do Sindicato dos Bancários de São Paulo, a autora constata que uma questão sempre presente na discussão sindical é a reivindicação da participação dos trabalhadores nas decisões relacionadas à introdução de novas tecnologias nos bancos; mas constata também que isto nunca foi conquistado integralmente.⁴¹

“Os movimentos que emergem, em geral nos locais de trabalho e com o apoio do Sindicato dos Bancários, na forma de protesto dos trabalhadores bancários contra as medidas impostas, dificilmente têm conseguido reverter a situação. O desenvolvimento tecnológico a serviço do capital, transforma grande parte da força de trabalho bancária em coisa descartável, tornada desnecessária ao processo avassalador de autovalorização do capital” (Jinkings, 1994: 95).

Como afirma a autora, qualquer concordância por parte do capital no sentido da participação dos trabalhadores neste processo decisório implicaria na perda de seu controle absoluto sobre o trabalho.

⁴⁰ “Mecanismo pelo qual os trabalhadores trabalham menos nas épocas de queda da produção, sem redução salarial, e repõe as horas não-trabalhadas nos momentos de aquecimento das vendas, sem adicionais de horas-extras” (Mattos, 1998: 7).

⁴¹ Podem ser citadas pequenas conquistas como a formação de comissões paritárias, constituídas por representantes sindicais e patronais, para a discussão dos impactos das inovações sobre o trabalho ou acordos que obrigam as empresas a informar com determinada antecedência seus planos de informatização.

Siqueira Neto e Oliveira (*Apud* Antunes, 2001:2007) analisam as Convenções Coletivas de Trabalho⁴² negociadas pelos sindicatos bancários entre 1993 e 1998, e destacam, quanto à questão da resistência sindical à imposição de novas tecnologias, que não há “cláusulas de proteção face à inovação tecnológica” e que esta ausência “aponta a fragilidade do movimento sindical em relação à realização de eventuais Acordos Coletivos em torno da introdução tecnológica, estreitamente relacionada ao problema do desemprego”.

A introdução de novas tecnologias e o esvaziamento dos postos de trabalho que esta permite, a terceirização de grande parte das atividades bancárias e as novas formas de contratação e remuneração do trabalho, pautadas no rendimento individual, constituem-se como fortes estratégias de enfraquecimento da organização sindical bancária nos anos 1990. Como afirma Antunes (2001: 244):

“Destacadamente, o desemprego e a terceirização foram os grandes algozes do movimento sindical bancário, ao instituírem poderosas barreiras à mobilização sindical. O desemprego apresentou-se como elemento chave da desintegração do movimento unitário da classe trabalhadora, associado ao grau de competitividade e individualismo a que foram levados os trabalhadores bancários na década de 90 – só comparável ao processo idêntico ocorrido nos anos 80 nos países centrais do capitalismo”.

Embora a temática do emprego ganhe destaque no movimento sindical brasileiro da década de 90, como o afirmam alguns autores (Cardoso *Apud* Antunes, 2001: 186-7; Rodrigues e Arbix, 1996:78⁴³), este não tem conseguido conquistas capazes de reverter a situação em favor dos trabalhadores. O controle do emprego constitui-se como determinante na relação de poder entre capital e trabalho e a ameaça do desemprego favorece ao primeiro.

⁴² Instrumento normativo decorrente da Negociação Coletiva, juntamente com o Acordo Coletivo de Trabalho e a Sentença Normativa; esta última, decorrente de processo judicial.

⁴³ “A questão salarial ocupou e ainda vai ocupar um lugar de destaque na agenda dos trabalhadores. No entanto, as estratégias contra o desemprego vêm crescendo em importância desde o início da reconversão industrial em meados dos anos 80, até ocupar a cena principal na década de 90. A luta pela manutenção dos postos de trabalho tem se mostrado uma questão-chave para o movimento sindical” (Rodrigues e Arbix, 1996:78). Os autores são favoráveis à postura sindical que busca a construção negociada de novas relações de trabalho e de políticas industriais, que procura evitar que as mudanças (inevitáveis) não se tornem mais negativas para os trabalhadores.

“[Mas], a mobilização sindical em relação à questão do emprego obteve resultado muito pequeno e as taxas de desemprego continuaram a crescer durante os anos 90. Muitas vezes, a ameaça de desemprego potencial foi a arma utilizada pelas empresas no processo de negociação. O desemprego e as transformações na organização da produção e o Estado modificaram a relação capital-trabalho em favor do capital” (Antunes, 2001: 187).

Como afirma Saes (2003: 35), a detenção da propriedade (“o controle efetivo dos meios de produção, garantido pela capacidade coercitiva do Estado”) “resulta em *controle do emprego*, que é o elemento decisivo na relação de força que se trava entre capitalistas e trabalhadores no terreno da empresa”. A única maneira de arrebatar dos capitalistas o controle do emprego e com isso abrir a possibilidade para uma participação efetiva dos trabalhadores na definição da política da empresa, no sistema capitalista (ou seja, excluindo a hipótese de uma situação revolucionária), seria a instauração de uma situação de pleno emprego absoluto e durável. Assim,

“Uma vez instaurada uma inflexibilidade total e permanente na alocação da força de trabalho, os capitalistas se tornariam praticamente reféns dos seus trabalhadores, cedendo-lhes decisões sobre a distribuição de rendimentos, o montante da produção ou a organização do processo de trabalho a fim de preservar o essencial: a extração de um lucro” (Saes, 2003: 36).

Contudo, o autor afirma que esta possibilidade tem poucas chances de se concretizar na sociedade capitalista e que “o pleno emprego absoluto e duradouro, capaz de instaurar uma inflexibilidade total na alocação da força de trabalho, jamais existiu nas sociedades capitalistas, mesmo nos períodos dominados por políticas estatais de inspiração keynesiana”, onde se considera como situação de pleno emprego aquela em que o número de desempregados não ultrapassa os 5% da população economicamente ativa. O pleno emprego provocaria o reforço da capacidade sindical de pressionar por melhores salários e levaria à instauração do contra-poder dos trabalhadores dentro das empresas. De modo que se trata de algo:

“Encarado pelas classes dominantes e pelos segmentos burocráticos que as representam como um perigo econômico e político, a ser suprimido por meio de estratégias como a implementação de uma política recessiva, de uma política de

inovação tecnológica ou de uma política de reengenharia organizacional (que difunda a terceirização em todos os níveis, que faça aumentar o contingente de trabalhadores formalmente autônomos e sujeitos de fato a empresas determinadas, que incentive o apelo ao trabalho precário etc.)” (Saes, 2003: 37).

Veremos, no próximo capítulo, como se posiciona o Sindicato dos Bancários de Campinas e Região neste contexto de ofensiva capitalista e defensivismo sindical, destacando sua atuação no que se refere às demissões no setor bancário.

“Todo se refiere, pues, al *contenido de la ideología* del movimiento obrero”
(Althusser, 1986:63)

III. Desemprego e Desmobilização Sindical

1.O Sindicato dos Bancários de Campinas e Região

O Sindicato dos Bancários de Campinas e Região foi fundado em 27 de fevereiro de 1954. Antes de sua fundação, os bancários de Campinas eram representados pelo Sindicato de São Paulo. Hoje, a entidade congrega 36 cidades da região de Campinas, onde está situada sua sede, e tem 4 subsedes em Americana, Amparo, Mogi Mirim e São João da Boa Vista. Estima-se que, em 2000, a base do sindicato estivesse próxima aos 8.000 trabalhadores, dos quais 5.472 tinham cadastro como associados (o que representa um 68%). O Sindicato é filiado à CNB/CUT (Confederação Nacional dos Bancários da CUT) e à FEEB SP-MS (Federação dos Bancários dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul).

Desde 1983, o Sindicato de Campinas é uma referência dentro do movimento sindical bancário, participando ativamente das lutas da categoria em âmbito nacional e nas lutas políticas que marcaram a década no Brasil. Em 1985, por exemplo, Campinas sediou o Encontro Nacional da categoria, que reuniu 10 mil bancários e aprovou a deflagração da greve nacional que se tornou a maior greve da história dos bancários, em setembro do mesmo ano.

Devido à importância deste sindicato, ao caráter nacional das transformações ocorridas no setor bancário e à unidade própria da organização do movimento sindical bancário brasileiro, que discute nas Federações e Confederações os encaminhamentos de sua atuação e que define nacionalmente suas propostas de negociação e mobilização, acreditamos que esta entidade é representativa e significativa como objeto de análise e como referência para discutir a (re)ação do movimento sindical bancário frente à ofensiva da reestruturação dos bancos, especificamente frente a um de seus aspectos mais devastadores: as demissões em massa.

Para analisar a atuação do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região frente às ondas de demissão em massa que se sucederam a partir de 1986 foi consultado o jornal da entidade, intitulado “O Bancário”. A leitura desta publicação permitiu um acompanhamento do processo de reestruturação do sistema bancário, do ponto de vista sindical, mostrando quais foram as ações de resistência desenvolvidas ao longo dos anos 1986-2002. Foram feitas também entrevistas com dirigentes sindicais, nas quais foram levantadas as concepções presentes na entidade sobre o desemprego e sobre as formas de luta contra o fenômeno.

2. Resistência Sindical X Ofensiva Capitalista

a) 1º *Round* – a reação vigorosa: greves e paralisações

Em Abril de 1986, 312 bancários haviam sido demitidos em Campinas e Região e 15.000 em todo o país, iniciando o que viria a resultar, até Dezembro deste mesmo ano, em uma redução nacional de 109.000 postos de trabalho nos bancos. A primeira reação do movimento sindical bancário foi convocar os trabalhadores para a organização da luta através de paralisações e greves.⁴⁴ No dia 03 de Abril de 1986 foi deflagrada a primeira greve, na cidade de Campinas, contra as demissões, em uma agência do Banco Real.

“Logo pela manhã os companheiros que não entraram na agência, fizeram uma assembléia na sede (em construção) do Sindicato e decidiram que a única forma de barrar as demissões seria a realização de paralisações. (...) Companheiro (a) bancário (a)! A posição do sindicato é a de manter nossa mobilização para impedir as demissões, bem como a readmissão dos demitidos (...) Só com a luta e participação vamos dar um basta nessa situação (...) A nossa luta continua, vamos brigar com todas as armas. E a greve nacional não está descartada. Bancário! Engrosse essa luta, a greve no Real foi o primeiro passo”.⁴⁵

Nesta assembléia, foram aprovados os seguintes encaminhamentos: a intensificação do combate à jornada extra de trabalho e a realização de paralisações por agências, principalmente naqueles bancos onde as demissões fossem uma constante. E ficaram definidos como pontos de luta da categoria: a estabilidade para todos, a estatização do sistema financeiro e a readmissão dos demitidos.⁴⁶

Como resultado desta mobilização, o Sindicato preparou um documento que foi entregue ao Ministro do Trabalho da época, Pazzianotto, onde se reivindicava a readmissão dos bancários demitidos, a estabilidade para todos e a rigorosa fiscalização da jornada de trabalho. O Sindicato também reivindicou, junto à Delegacia Regional de Trabalho (DRT), a fiscalização do cumprimento da jornada de 6 horas em diversos bancos, e todos foram multados por descumprimento. Neste mesmo ano, em Junho, foi lançada uma “Campanha

⁴⁴ No dia 12/04/86 foi realizada uma reunião de dirigentes sindicais bancários, em Brasília, onde se definiu que as ações a serem tomadas seriam: a paralisação total das agências onde ocorresse demissões, a distribuição de carta aberta à população, a realização de atos públicos e comícios, dentro ou fora dos bancos (Cf. “O Bancário”. Edição Extra de 17/04/1986).

⁴⁵ “O Bancário”. Edição Extra de 03/04/1986.

⁴⁶ Cf. “O Bancário”. Edição 119 de 09/04/1986.

Nacional contra a demissão injusta”; uma das ações envolvidas foi o apoio ao projeto de Lei do deputado Pimenta da Veiga (PMDB), que proibia demissões imotivadas.⁴⁷

Embora as publicações do mês de Abril levantem o problema das demissões como fundamental e demonstrem um grande entusiasmo do movimento sindical em resistir e mobilizar, ameaçando com a realização de uma greve nacional para barrar as demissões, em Setembro, quando a greve foi decretada, a ênfase das reivindicações foi dada à questão salarial e à estabilidade no emprego daqueles que se mantinham empregados, mas os demitidos não são mencionados:

“15.000 bancários já foram demitidos. Nossa resposta será a greve nacional”. (“O Bancário”; 09/04/1986)

“Contra as demissões. Greve nacional”. (“O Bancário”; 22/04/86)

“A permanecer a atual ‘disposição’ dos banqueiros, nossa resposta é a greve nacional, única arma para arrancar nossa fatia no bolo dos lucros”. (“O Bancário”; 03/09/86)

“A nossa [arma] será um amplo movimento nacional que jogue por terra todas as armadilhas até aqui montadas. Afinal, a nossa luta é legítima. Representa o anseio unânime de 800 mil bancários por melhores condições de vida. No dia 11 de Setembro, vamos neutralizar os conchavos e arrancar IPC integral, 26,5% de reposição, 10% de produtividade e estabilidade no emprego”. (“O Bancário”; 10/09/86)

Há três questões que devem ser destacadas: a primeira refere-se ao que já foi citado no item 2 do Capítulo II deste trabalho, sobre o tipo de reivindicação que mobiliza (historicamente) o trabalhador bancário: a luta por melhores salários; 45% dos bancários de Campinas e Região afirmam que esta é sua principal expectativa para a ação sindical (Cf. DIEESE, 2000).

A segunda questão foi destacada por vários dirigentes sindicais entrevistados: o predomínio do discurso individual em detrimento da identidade coletiva. “*O discurso individual dificulta a atividade sindical. O sindicato não tem respaldo na base da*

⁴⁷ O chamado projeto de estabilidade no emprego tinha como principais pontos: “a dispensa só pode ser feita por justa causa ou motivo técnico ou econômico relevante, em empresas com mais de dez empregados; se a razão invocada não for provada, o empregado demitido será reintegrado, com todas as vantagens legais ou contratuais, inclusive o recebimento de salários do período de afastamento; em caso de dispensa por motivo técnico ou econômico, deve ser preservado no emprego o funcionário mais antigo. A vaga deve ser oferecida ao empregado anteriormente demitido; excluem-se da lei as microempresas, os contratos por tempo determinado, os de experiência e os de obra certa. Aqui, uma verdadeira brecha do projeto, permitindo rotatividade” (“O Bancário”. Edição 123 de 25/06/1986).

categoria. Cada vez mais as pessoas acham que o sindicato existe para resolver problemas pessoais e momentâneos".⁴⁸ Mobilizar os trabalhadores que permaneceram empregados para protestar contra as demissões que ocorreram, para pressionar pela readmissão destes trabalhadores demitidos, revela-se inviável. Esta dificuldade também está relacionada com o medo de perder o emprego, evidentemente: *"Como é que você mobiliza uma categoria, sendo que tem um exército de gente querendo entrar dentro do banco?"*.⁴⁹

A terceira questão diz respeito à própria falta de confiança do movimento sindical de conseguir reverter o processo. O sindicato dispõe-se a resistir quando os bancos ameaçam demitir, quando surge uma situação que provavelmente levará a um grande número de demissões; mas, uma vez realizadas, o que se poderia fazer? Esta é a questão que paira. O movimento torna-se impotente. Em geral, "O Bancário" noticia amplamente as mobilizações e convoca os trabalhadores para a luta nos momentos de iminência de demissões: nos anúncios dos Planos Econômicos, das fusões e incorporações de bancos ou das privatizações. Algumas vezes, com a resistência consegue-se prorrogar as demissões ou negociar maiores indenizações. Mas, terminadas as negociações e dada a última palavra pelos bancos, o sindicato termina até retirando de suas publicações o assunto. É o caso da ausência de artigos relacionados ao problema das demissões entre 1988 e 1989, com exceção da denúncia de alguns casos particulares de demissões injustas e arbitrárias.⁵⁰ Quando questionada sobre o por que deste vazio, uma das entrevistadas responde:

*"Porque daí já foi (...) porque você resiste, em alguns casos você tem sucesso, poucos casos; em alguns casos você consegue que a demissão tenha uma indenização maior. A luta também é pra isso, né? Porque já que é inevitável, vamos ver o que que a gente tira disso. Então em alguns casos você resistiu, um exemplo é o banco Santander (...) que demitiu todo mundo; aí teve greve e ele voltou atrás nas demissões, só que teve um PDV, saiu todo mundo com dinheiro no bolso. Aí, terminou esse processo; não adianta também você ficar falando o tempo todo, se não está ocorrendo. Você tem algumas tréguas; se ficar falando isso o tempo todo também cria um clima de terror muito ruim dentro dos bancos, e não é isso que mobiliza; o que mobiliza é o fato concreto, a iminência de um fato concreto; então você tem períodos em que você tem uma trégua, que o sindicato deixa de falar um pouco daquilo e vai correr atrás de outras coisas".*⁵¹

⁴⁸ Dirigente VI.

⁴⁹ Dirigente VIII.

⁵⁰ Cf. "O Bancário". Edições 200, 214 e 216.

⁵¹ Dirigente IX.

b) 2º Round – o apaziguamento dos ânimos: o recuo à legalidade

Em 1987, a mobilização do Sindicato contra as demissões parece mudar de tom: perde-se o entusiasmo inicial de resistir com paralisações e greves; embora tenha acontecido uma greve de 9 dias em Março e tenha havido uma forte ameaça de greve em Setembro, a exemplo do ano anterior, o objetivo era pressionar para a obtenção do reajuste salarial desejado e a questão das demissões não chega a ser mencionada nos artigos.

Neste ano, o que se observam são ações voltadas para a negociação de instrumentos legais que permitam reduzir o número de demissões, como a coleta de assinaturas, juntamente com outras entidades sindicais, em defesa de uma Emenda Constitucional que defenda a estabilidade do emprego, definida em “O Bancário” como “*uma das bandeiras prioritárias*”, principalmente para a categoria, que enfrenta no dia a dia o fantasma da rotatividade.⁵²

Outra estratégia foi colocar em pauta, nas negociações com os banqueiros, a luta pela extensão do horário de atendimento bancário, que passaria a ser realizado em dois turnos de trabalho que não ultrapassassem a jornada de 6 horas, o que exigiria a contratação de funcionários.⁵³ No caso de Campinas, em 1999, entrou em vigor a Lei Municipal (10.079) que determina tempo máximo para o atendimento dos clientes nas agências: 30 minutos em dias normais e 45 minutos em dias de pico. Esta Lei supostamente obrigaria à contratação de bancários porque seria impossível respeitá-la com o número de funcionários existente.⁵⁴ Contudo, não se pode dizer que a Lei é realmente cumprida pelos bancos ou que ela provocou uma quantidade de contratações significativa.

A questão da jornada de trabalho é uma constante na luta do sindicalismo bancário e está estreitamente relacionada com as tentativas de manutenção ou geração de empregos no setor.⁵⁵ Em 1996, a Executiva propôs à FENABAN a redução da jornada para 5 horas, com um regime paritário de verificação de seu cumprimento nos locais de trabalho.⁵⁶ Mas, como mostram os artigos, esta não apresenta disposição para negociar estes pontos, pelo

⁵² “O Bancário”. Edição 170 de 18/06/1987.

⁵³ Cf. “O Bancário”. Edição 178 de 11/08/1987.

⁵⁴ Cf. “O Bancário”. Edição 753 de 01/06/1999.

⁵⁵ Cf. “O Bancário”. Edição 179 de 17/08/1987; Edição 706 de 12/05/1998.

⁵⁶ Cf. “O Bancário”. Edição 608 de 30/04/1996. Esta proposta resultou em projeto de Lei de autoria do deputado Paulo Rocha, que ficou pronto em 2002 para ser votado nas Comissões de Seguridade Social e Família; e de Trabalho, Administração e Serviço Público (Cf. “O Bancário”. Edição 896 de 12/08/2002).

contrário, luta pelo aumento da jornada de trabalho bancária para oito horas, pela proliferação das formas “flexíveis” de contratação, que fragmentam os direitos garantidos na CLT, impõem a automação e as demissões sem consulta prévia.⁵⁷ A correlação de forças é totalmente favorável aos banqueiros e o Sindicato dos Bancários termina por negociar o cumprimento da jornada de 6 horas, garantida desde 1933 à categoria.⁵⁸ Em 2003, uma entrevistada coloca: “Qual é o embate? O embate é o seguinte: não é nem reduzir a jornada, é segurar a que tem. Por que? Porque eu tendo uma Lei que é 6 horas, se o cara fizer 8, ele entra na Justiça, ele ganha, entendeu? Você tem ainda a Lei do teu lado”.⁵⁹

c) 3º Round – breve retomada do fôlego: novas greves e manifestações

Com o Plano Collor, em 1990, uma nova onda de demissões ameaça o setor bancário. Em Março deste ano, depois de algumas demissões ainda esporádicas, mas com a certeza de que os bancos promoveriam um “enxugamento”, o Sindicato propõe o lançamento imediato de uma campanha em defesa do emprego.⁶⁰ Em Abril, a Assembléia dos Bancários de Campinas definiu a garantia do emprego como principal bandeira de luta;⁶¹ em entrevista ao jornal, David Zaia, que assumia então o cargo de Presidente da Federação dos Bancários de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, afirma que naquela “(...) conjuntura, frente às medidas do governo Collor, a principal bandeira deve(ria) ser a defesa do emprego”.⁶²

Neste momento, colocava-se em pauta a discussão sobre a suposta impossibilidade de realizar um plano econômico com o objetivo de estabilizar a inflação e de manter, ao mesmo tempo, os níveis de emprego existentes até então no sistema bancário nacional. A grande justificativa dos banqueiros para os cortes de pessoal foi, naquele primeiro momento e repetiu-se nos anos subseqüentes em que foram lançados outros planos econômicos, de que era necessário reduzir os gastos com a contratação de funcionários, para manter os níveis de lucratividade perdidos pelos bancos com o fim da inflação. Neste contexto, “O

⁵⁷ “O Bancário”. Edição 707 de 20/05/1998.

⁵⁸ “O Bancário”. Edição 708 de 27/05/1998; Edição 710 de 09/06/1998.

⁵⁹ Dirigente VIII.

⁶⁰ Cf. “O Bancário”. Edição 290 de 28/03/1990 e Edição 293 de 24/04/1990.

⁶¹ Cf. “O Bancário”. Edição Extra de 21/04/1990.

⁶² “O Bancário”. Edição 291 de 03/04/1990.

Bancário” publica diversos artigos defendendo o fim da inflação sem perda de empregos, explicitando a contraposição entre os altos lucros dos bancos e as demissões.

“Ao mesmo tempo em que anuncia o seu fabuloso lucro no primeiro semestre do ano – Cr\$ 5,7 bilhões – os investimentos da ordem de US\$ 25 milhões em transmissão de dados via satélite, o Bradesco promove demissões generalizadas em Campinas e Região, atingindo agências e Fazenda (subcentro e Marcenaria). Em nenhuma delas houve discussão prévia ou mesmo justificativa”. (“O Bancário”. Edição 304 de 31/07/1990)

⁶³

As ações concretas do Sindicato neste período foram: a realização do “Dia do Preto”, forma de protesto contra as demissões que ocorreu em agências de diversos bancos e se repetiu entre 1990 e 1991.⁶⁴ A convocação para atos públicos contra a recessão, o desemprego e o arrocho salarial, provocados pela política do Governo Collor.⁶⁵ Assembléias e discussões com os funcionários de bancos que estavam anunciando as demissões, para organizar a luta e estimular a participação e mobilização para tentar reverter o quadro.⁶⁶

Em 1992, as paralisações, greves e manifestações em agências específicas onde as demissões estavam sendo anunciadas, voltaram a aparecer como forma de resistência.⁶⁷ O objetivo era pressionar os bancos para abrir as negociações e discutir as demissões; o Sindicato dos Bancários de Campinas e Região, em conformidade com as indicações nacionais da categoria, propunha negociar uma política de remanejamento de pessoal,⁶⁸ uma política de indenização para os demitidos e a ampliação do prazo para a utilização do plano médico/odontológico pelos demitidos.⁶⁹ Entre 1999 e 2002, esta forma de luta também foi predominante, mas conseguiu-se iniciar as negociações apenas em alguns casos:

“Santander pára contra demissões. Paralisação consegue abertura de negociação. O Sindicato pede a reintegração de 370 demitidos e a garantia de emprego por 120 dias”.

⁶³ Ver também Edições 319, de 13/11/1990; 332, de 04/12/1990; 348, de 17/06/1991; 435, de 16/03/1993; 605, de 08/04/1996; 637, de 26/11/1996.

⁶⁴ Cf. “O Bancário”. Edição 292 de 11/04/1990 e Edição Extra de 27/02/1991.

⁶⁵ Cf. “O Bancário”. Edição 294 de 03/05/1990; Edição Extra de 12/06/1990; Edição 341 de 29/04/1991.

⁶⁶ Cf. “O Bancário”. Edição Extra de 19/06/1990; Edição 315 de 17/10/1990; Edição 374 de 05/11/1991; Edição 411 de 02/09/1992.

⁶⁷ Cf. “O Bancário”. Edição 408 de 10/08/1992; Edição 419 de 03/11/1992; Edição 421 de 17/11/1992.

⁶⁸ “O Bancário”. Edição 384 de 21/01/1992.

⁶⁹ Cf. “O Bancário”. Edição 418 de 26/10/1992 e Edição 419 de 03/11/1992.

“Santander pára contra demissões. Greve e manifestação em três agências da cidade conseguiram que o banco aceitasse discutir as demissões e condições de trabalho”.

“ABN-Real pára contra demissões (...) O banco respondeu com segurança privada armada para forçar a entrada de funcionários”.

“Bandeirantes de Vinhedo pára contra demissões (...) O banco rompeu o compromisso de não demitir nas transferências e nega-se a conversar”.

”Protesto contra demissões e terceirização no Bradesco”.

“Ato de protesto em 12 agências do Itaú em Campinas contra as demissões”.⁷⁰

Entra em pauta também, neste período, a questão que se repetirá nos próximos anos no discurso empresarial e sindical: a da suposta contradição entre o desenvolvimento tecnológico e a manutenção do emprego. A introdução de novas tecnologias é um forte argumento para justificar a “necessidade das demissões”, pois com a realização de muitas tarefas por máquinas, não haveria lugar para muitos dos funcionários contratados. Esta é uma questão cara ao movimento sindical, pois se observa uma dificuldade em admitir a falsidade desta justificativa e em contrapor-se à idéia do movimento inexorável do progresso tecnológico. O Sindicato apenas reivindica a “transparência” no processo de aplicação de novas tecnologias e a possibilidade de negociar como esta será feita; o que não foi atendido pelos bancos, como se pode deduzir pelo desenrolar dos acontecimentos.

(...)“Dia de luta no Real. A manifestação é um protesto contra as anunciadas demissões (em alguns Estados) em função do processo de inovação tecnológica. Em recente reunião com os sindicatos, o Real negou a criação de uma comissão paritária para acompanhar o processo de automação”.⁷¹

Em diversas entrevistas com dirigentes do sindicato, o avanço tecnológico aparece como a principal (ou uma das principais) causa(s) da redução dos postos de trabalho no setor bancário. 94% dos bancários de Campinas e Região apontam as mudanças tecnológicas como a primeira razão para explicar o desemprego na categoria, e 75% deles têm a expectativa de que a categoria se reduzirá ainda mais no futuro em função deste mesmo fator (Cf. DIEESE, 2000). Evidentemente que esta afirmação é verdadeira na

⁷⁰ Cf. “O Bancário”. Edições 770 de 13/10/1999; 791 de 18/04/2000; 816 de 23/10/2000; 843 de 22/05/2001; 845 de 05/06/2001; 849 de 02/07/2001; 871 de 19/12/2002; 879 de 19/03/2002; 882 de 08/04/2002; 904 de 15/10/2002.

⁷¹ “O Bancário”. Edição 421, de 17/11/1992. Ver também Edições 418 de 26/10/1992; 419 de 03/11/1992.

aparência: a introdução de máquinas que desempenham funções antes realizadas por trabalhadores elimina a necessidade destes últimos. A questão é atribuir a este avanço tecnológico a característica de inexorabilidade, é assumir o discurso de que estas inovações representam o inevitável progresso humano, por mais que apresente conseqüências negativas em um primeiro momento.

*“Essa questão do avanço tecnológico, científico, é uma questão assim, eu diria, não sei qual é o termo, mas ela é um processo inexorável no desenvolvimento do ser humano. Isso afeta todos os setores. No caso do trabalho, ele tem uma ação bastante perversa, do ponto de vista dos postos de trabalho, mas assim...não tem jeito. Você vai achar que vai enfrentar isso propondo aos bancos que não assumam o padrão tecnológico ou, numa figura assim mais antiga, quebrando máquinas? Como na revolução industrial. Isso não...Então não tem...você tem que tentar discutir com o banco como minimizar os efeitos disso”.*⁷²

Contudo, quando aprofundamos a discussão com os entrevistados, desmistifica-se esta idéia, reconhecendo nas inovações tecnológicas os interesses de classe que representam: *“A tecnologia é usada para justificar a quantidade de bancário que foi demitido, mas no fundo não foi isso, foi quando os planos econômicos afetaram os ganhos do banqueiro, ele usava isso aí pra demitir”.*⁷³ Além dos postos de trabalho diretamente eliminados, está a questão do aumento do ritmo de trabalho que acompanha estas novas tecnologias; o aumento da produtividade dos que ficam empregados permite que não se contratem mais funcionários. Isto está diretamente relacionado com a luta pelo cumprimento da jornada de trabalho e com a questão de que o trabalhador empregado se submete a qualquer condição de trabalho por medo de perder o seu posto.

De qualquer forma, a impotência do Sindicato é bastante grande; conformado com a idéia de que não conseguirá evitar as transformações, procura negociar as maneiras de como fazê-lo: *“a implementação de novas tecnologias não pode ser do ponto de vista do capital; o processo deve ser acompanhado pelos trabalhadores; temos que negociar o que a gente sabe que não vai ter jeito, mas ver uma forma de fazer essas mudanças com um acompanhamento da sociedade”.*⁷⁴

⁷² Dirigente I.

⁷³ Dirigente VIII.

⁷⁴ Dirigente VII.

Mattos (1998:13) fala justamente sobre este aspecto como uma das determinações para a fase defensiva que atravessa o movimento sindical brasileiro. Além do próprio desemprego como um obstáculo real à mobilização sindical, há uma dificuldade que se refere à compreensão de seus determinantes. Ao assumir o desemprego como resultado do inevitável avanço tecnológico, o sindicato dispõe-se justamente a minimizar seus efeitos negativos e não a combater suas premissas.

“É inegável que a situação de desemprego crescente é um obstáculo real a uma retomada das mobilizações sindicais. (...)”

Há, entretanto, múltiplas determinações para a fase nitidamente defensiva atravessada pelo movimento sindical brasileiro. Uma delas pode ser encontrada no impacto do processo de reestruturação sobre os próprios trabalhadores. Para não falar dos setores da classe trabalhadora engajados nas técnicas gerenciais “participativas”, há os que enxergam nas máquinas a culpa pela perda de postos, endossando, mesmo que inconscientemente, a tese empresarial da inevitabilidade do desemprego face os avanços da tecnologia e frente ao aumento da ‘competitividade’.

(...) Se uma categoria altamente atingida pelo processo considera que os responsáveis pelo desemprego são máquinas ou abstrações como a globalização ou, ainda pior, os próprios trabalhadores em situação mais precária (terceirizados), não se pode esperar, realmente, uma reação mais consistente, pois sequer a responsabilidade pela situação parece clara”.⁷⁵

Esta dificuldade para a adoção de uma ação ofensiva pelo movimento sindical, relacionada à sua compreensão sobre as causas das mudanças sofridas com o processo de reestruturação, refere-se à relação entre a plataforma política do sindicato e sua plataforma reivindicativa. Situado no plano reformista, o movimento aceita as premissas da lógica capitalista, como as noções de “progresso”, “modernização” ou “competitividade”, e o conjunto de suas reivindicações apresenta um conteúdo transitório, que visa extrair os supostos benefícios destes processos “inevitáveis” também para os trabalhadores, até que uma nova reestruturação capitalista modifique uma vez mais toda a organização do trabalho e o sindicato tenha que procurar novas maneiras de contornar as imposições, de modo a minimizar os impactos sobre a classe que representa, assumindo uma posição subordinada e reproduzindo o ciclo dominado pelo capital.

⁷⁵ A atribuição do desemprego aos trabalhadores terceirizados não foi identificada na análise do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região.

d) 4º Round - o recuo defensivo: a negociação a frio

Em 1994, com o Plano Real, os trabalhadores bancários enfrentaram novamente ondas de demissão em massa, decorrentes dos “ajustes” dos bancos para manter seus níveis de lucratividade. Neste ano, o sindicalismo bancário lançou as campanhas: “Xô, demissões!” e “Demissão: a nova fonte de lucro dos banqueiros”, novamente criticando os banqueiros por não reduzirem um milímetro seus lucros e justificarem as demissões pela ameaça de diminuição da lucratividade trazida pela estabilização promovida pelo novo Plano econômico; e explicitando a falsidade da idéia divulgada pelos banqueiros de que as demissões são causadas por uma necessidade de “enxugar para enfrentar os novos tempos”, destacando as filas nas agências como uma prova de que a categoria já estava mais do que enxuta.⁷⁶

Neste ano, os bancários negociaram uma indenização adicional para os demitidos no período de 24/10/1994 a 28/02/1995.⁷⁷ E esta cláusula que garante a indenização adicional foi mantida, com algumas alterações, nas Convenções Coletivas de Trabalho⁷⁸ que se sucederam até 2002/2003. Esta indenização é a única conquista referente às demissões que os bancários conseguiram alcançar nas negociações com os banqueiros, além da garantia de emprego em situações específicas (gestante, alistado em serviço militar, afastado por doença ou por acidente, empregado em situação de pré-aposentadoria e pai). A indenização adicional é encarada pelos dirigentes sindicais como uma solução paliativa ou como uma vitória pontual, sem maiores conseqüências para a solução do problema; mas, está dentro daquilo que foi possível, na linha de extrair do inevitável qualquer vantagem, por pequena que seja.

Em 1995, a operação “Salva Bancos”, promovida pelo Governo Federal, ofereceu, através de uma Medida Provisória, facilidades⁷⁹ aos bancos para realizar fusões, incorporações e aquisição de instituições, sem dar nenhuma garantia de emprego aos

⁷⁶ Cf. “O Bancário”. Edição 487 de 25/-4/1994; Edição 498 de 11/07/1994.

⁷⁷ Cf. “O Bancário”. Edição 515 de 01/11/1994 e Edição 517 de 14/11/1994.

⁷⁸ Negociada pela FEEB dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul e pelas SEEBs de Andradina, Araçatuba, Campinas, Franca, Guaratinguetá, Jaú, Lins, Marília, Piracicaba, Presidente Venceslau, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santos, São Carlos, São José dos Campos, São José do Rio Preto, Sorocaba, Tupã e Votuporanga.

⁷⁹ Tais como crédito para financiar, comprar, ou a possibilidade de debitar do Imposto de Renda as dívidas dos bancos adquiridos.

bancários. Frente a mais esta dificuldade imposta pela reestruturação do Sistema Bancário, o Sindicato luta por acompanhar os processos e tentar negociar com a FENABAN (Federação Nacional dos Bancos) garantias de emprego para os funcionários dos bancos envolvidos.⁸⁰

Nestes casos, as negociações são feitas com cada banco, de modo que os resultados variam segundo a tradição de mobilização dos bancários destes locais e de acordo com a disposição dos banqueiros de discutir suas políticas. Os resultados das negociações demonstram, na maioria das vezes, que o poder do sindicato de impor condições é reduzido e que suas escolhas estão limitadas por opções fechadas e ditadas pelos bancos; por exemplo, a opção entre a garantia de emprego ou o reajuste salarial. E a postura do sindicato diante destas opções é escolher o menos prejudicial, mesmo reconhecendo que não é um ganho, apenas uma tentativa de reduzir o impacto:

*(...) “Então é uma luta que, se por um lado, deixa a gente meio frustrado, por não ter o reajuste salarial, por outro lado, entende-se que essa medida, o sacrifício de alguns, resultou em benefício de outros tantos (...) São novos tempos que exigem também do movimento sindical uma postura não tão...exige uma postura, na maioria das vezes, diferente de uma postura só de negação e só de denúncia do capitalismo. Então você ajuda a construir essa manutenção do nível de emprego, às vezes até fazendo concessão, ou você simplesmente vai ficar só fazendo denúncias de que não é...enfim...de que não é...hoje há mais espaço para se construir do que tínhamos antes. Então essa é uma questão que a gente sempre corre atrás, é aquela briga do pessoal subindo pelo elevador e você subindo pela escada, pra ver quem sobe mais rápido, então, a gente sempre tá correndo atrás, às vezes mais, às vezes menos”.*⁸¹

Este tipo de negociação entre o Sindicato e os banqueiros destaca-se, a partir 1996, nos artigos do jornal.⁸² Na maioria dos casos, no entanto, os artigos notificam que o Sindicato está reivindicando a abertura das negociações, que, muitas vezes, não

⁸⁰ Cf. “O Bancário”. Edições 535 de 02/02/1995; 541 de 22/02/1995; 587 de 20/11/1995; 588 de 23/11/1995

⁸¹ Dirigente V.

⁸² Ver o caso das negociações com o Excel, em 1996, onde este dá garantia de emprego por 60 dias; e, em 1998, quando garante que vai manter o nível de emprego no período de 20 de Fevereiro a 31 de Maio e que concederá o tiquete e a assistência média aos demitidos por 150 dias (Cf. “O Bancário”. Edições 609, de 06/05/1996 e 698, de 03/03/1998); outros exemplos em: “O Bancário”. Edições 714, de 15/07/1998; 901, de 25/09/2002; 906, de 04/11/2002.

acontecem.⁸³ Frequentemente, diante de fusões, aquisições, medidas de centralização das atividades ou alterações promovidas pelos bancos nas políticas de trabalho, o Sindicato afirma estar atento às demissões daí decorrentes e mostra-se disposto a negociá-las, mas estas negociações nem sempre trazem resultados concretos; por exemplo, em 2002, quando o banco Itaú comunicou sua nova política de redução de custos, o Sindicato afirmou que não aceitaria mais demissões e que estava aberto a negociações para a manutenção dos níveis de emprego⁸⁴; naquele ano, o Itaú foi o banco que mais demitiu em Campinas, 79 funcionários.⁸⁵ Em outros casos, como a negociação nacional com o Santander/Banespa, o Sindicato conseguiu a manutenção de 6 mil empregos por um período de dois anos, em troca de um índice zero de reajuste salarial.

A partir de 1995, destacam-se também as discussões e negociações sobre o avanço da terceirização de atividades tipicamente bancárias. Neste ano, foi criada uma Comissão Paritária de Terceirização, composta por Sindicatos bancários e pela FENABAN; o principal interesse do Sindicato é que os trabalhadores das empresas terceirizadas tenham os mesmos direitos da categoria bancária, o que foi conquistado apenas pelos terceirizados que trabalham na compensação de cheques.⁸⁶

Pouco foi conquistado pelo Sindicato dos Bancários no que se refere às fusões e terceirizações, que foram levadas a cabo mesmo com as tentativas de negociação e permitiram uma redução violenta de postos de trabalho nos bancos. As negociações com os banqueiros mostraram-se infrutíferas e marcadas pela intransigência quanto à manutenção do emprego e garantias de direitos sociais conquistados pela categoria. A única conquista foi através de uma ação civil, iniciada em 1995 pelo Ministério Público do Trabalho, com base em denúncias apresentadas pelo Sindicato, que resultou, em 2002, em sentença

⁸³ O Sindicato procura abrir canais de negociação e estuda a possibilidade de entrar na Justiça com base na Convenção 158 da OIT que impede dispensa imotivada, frente à demissão em massa que ocorreu com a compra do Martinelli pelo Pontual. (Cf. Edição 617 de 01/07/1996). O Banco Central transferiu o controle acionário do HSBC – Bamerindus a um banco japonês (Hong Kong and Shanghai Bank) e este não ofereceu nenhuma garantia de emprego; o Sindicato afirma que vai acompanhar o processo de fusão e exige que se abram as negociações (Cf. Edição 651 de 01/04/1997). O Câmbio do Unibanco de Campinas será transferido para São Paulo e o Sindicato exige negociação para garantir o emprego dos funcionários de Campinas (Cf. Edição 797, de 29/05/2000). Bradesco compra Mercantil de SP e descarta as demissões pelo momento, mas Sindicato afirma estar atento a possíveis negociações (Cf. Edição 874, de 22/01/2002).

⁸⁴ Cf. “O Bancário”. Edição 876 de 05/02/2002.

⁸⁵ Este número pode não ser exato, pois foi retirado de uma Tabela de Homologações realizadas no Sindicato dos Bancários de Campinas e Região, no ano de 2002, e nem todos os demitidos homologam no sindicato.

⁸⁶ Cf. “O Bancário”. Edições 589 de 27/11/1995; 590 de 04/12/1995; 600 de 27/02/1996; 603 de 19/03/1996; 621 de 30/07/1996; 642 de 20/01/1997.

favorável aos bancários, impedindo as terceirizações na Caixa Econômica Federal e obrigando-a a contratar empregados concursados. A sentença também garantiu a proibição do fechamento de qualquer setor ou a transferência de funcionários em decorrência da proibição.⁸⁷

Neste ponto da terceirização, insere-se também uma discussão bastante levantada nas entrevistas com os dirigentes sobre a necessidade de ampliar a representação sindical a estes trabalhadores contratados para desempenhar funções bancárias, mas sem os direitos conquistados pela categoria. Este é um ponto central porque permitiria ampliar a base do Sindicato e controlar a precarização do trabalho a que os terceirizados são submetidos. A regulamentação da contratação destes trabalhadores como bancários elevaria o nível de emprego no setor.⁸⁸

Em 1998, foi lançada a campanha nacional dos bancários pelo emprego: “Chega de Cortes!”, com a mensagem “Desemprego dói, destrói, desespera”. Segundo “O Bancário”, “a campanha visa discutir e levantar propostas sobre esse grave problema que atinge todos os trabalhadores: em particular, os bancários (...) A campanha será levada às ruas através de adesivo, cartilha, carta aos clientes e cartazes”. O desemprego, segundo o artigo “é, hoje, o principal problema dos brasileiros (...) A causa é a política neoliberal de FHC, que não aposta no crescimento econômico. E no nosso setor, a ganância dos banqueiros que, mesmo com altas taxas de lucratividade, continuam a fazer cortes”.⁸⁹ A campanha envolveu manifestações em diversos bancos e debates com setores organizados da sociedade, mas não há registro sobre estes últimos.

Em suma, procuramos destacar que há diversos exemplos de luta reivindicativa promovida pelo Sindicato dos Bancários de Campinas e Região em relação ao emprego. A bandeira da necessidade de geração e garantia de empregos formais é fundamental, como mostra a fala do entrevistado:

⁸⁷ Cf. “O Bancário”. Edições 891 de 17/06/2002; 905 de 29/10/2002; 915 de 19/02/2002. Neste episódio, é interessante o relato de uma entrevistada que fala sobre a dificuldade que o sindicato teve para conseguir o apoio dos próprios bancários para levar a diante esta luta. A proibição das terceirizações na CEF provocou a demissão dos terceirizados para a contratação dos concursados; isto gerou grande antipatia por parte dos trabalhadores que culpavam o sindicato pelas demissões.

⁸⁸ Voltaremos a esta questão no Item 5 do Capítulo III.

⁸⁹ “O Bancário”. Edição 709 de 02/06/1998. Ver também edições 710 de 09/06/1998; 712 de 23/06/1998; 714 de 15/07/1998; 715 de 21/07/1998; 733 de 09/12/1998.

*“Em todas as campanhas salariais (...) está a luta contra o desemprego como uma bandeira permanente e sempre renovada por parte do sindicato (...) é uma batalha que é a motivação de existência do sindicato na maioria das vezes. Eu repito, é uma das coisas mais importantes que o sindicato tem hoje é pra lutar pela sobrevivência do emprego”.*⁹⁰

E, como já foi dito, sempre que há a eminência de grandes demissões a entidade mostra-se ativa; também participa de atividades de outras organizações: sindicatos de outras categorias, centrais sindicais, movimentos sociais. É o caso da participação em manifestações, debates, greves gerais e campanhas nacionais por emprego promovidas pela CUT (Central Única dos Trabalhadores);⁹¹ assim como o apoio à campanha desta central pela redução da jornada semanal de 44 para 40 horas, sem prejuízo do salário.⁹² O Sindicato participa de diversas marchas, vigílias, acampamentos de protesto, em conjunto com petroleiros, metalúrgicos, químicos, eletricitários, trabalhadores da construção civil, borracheiros, condutores, de Campinas e cidades da região.⁹³

Mas, a questão é que, diante da intensidade da ofensiva capitalista, este tipo de atuação tem se revelado extremamente limitada e insuficiente. As transformações terminam sendo impostas, as demissões realizadas, as formas de contratação precárias passam a predominar e o sindicalismo se vê envolvido em uma luta inglória. Diante disto, cabe questionar as estratégias reivindicativas do Sindicato, partindo da análise de sua plataforma política e de sua tendência ideológica, aquela que orienta justamente sua luta.

⁹⁰ Dirigente V.

⁹¹ Cf. “O Bancário”. Edição 379 de 10/12/1991; 609 de 06/05/1996; 656 de 05/05/1999; 704 de 28/04/1998; 707 de 20/05/1998; 738 de 02/02/1999; 739 de 09/02/1999; 739 de 09/02/1999; 740 de 23/02/1999.

⁹² Cf. “O Bancário”. Edições 637 de 26/11/1996 e 639 de 10/12/1996.

⁹³ Cf. “O Bancário”. Edição 490 de 17/05/1994; 504 de 22/08/1994; 505 de 29/08/1994; 737 de 26/01/1999; 775 de 16/11/1999.

3. Luta Reivindicativa X Luta Política?

Primeiramente, vale mencionar a discussão sobre os atributos do movimento sindical, ou seja, a discussão sobre aquilo que lhe é próprio: seria apenas a luta reivindicativa, restrita à luta pela melhora da situação econômica dos trabalhadores, procurando remediar a situação de exploração a que estão submetidos? Ou poderia chegar a ser uma luta política, que vise acabar com essa situação, orientada por um projeto de crítica e superação do capitalismo, conjugada com as organizações partidárias e munida de uma consciência de classe?

Lênin já discutia o tema no final do século XIX, analisando as concepções “trade-unionista” e “social-democrata” da política, presentes no movimento operário russo de então. Segundo o autor, os sindicatos operários caracterizaram-se por assumir a estratégia “trade-unionista”, ou seja, submeter a luta política à econômica, dar a esta última um caráter político procurando a satisfação das reivindicações de trabalho por intermédio de medidas legislativas e administrativas. O objetivo neste caso é conseguir condições vantajosas na venda da força de trabalho, melhorar as condições de trabalho e de existência, o que seria algo necessariamente restrito ao âmbito de cada profissão, já que as condições de trabalho variam extremamente segundo os vários ofícios.

A crítica do autor dirige-se à limitação da luta operária a esta luta pelas reformas, que não deve se constituir como essencial, mas deve estar subordinada à “luta revolucionária pela liberdade e o socialismo” (Lênin, 1973: 69). Segundo o autor, as denúncias econômicas nos locais de trabalho podem se tornar uma alavanca para a luta reivindicativa e esta se converter em um ponto de partida para despertar a consciência de classe e dar início à luta sindical e à difusão do socialismo; contudo, se estas denúncias têm apenas o objetivo de “ensinar” aqueles que vendem sua força de trabalho a vendê-la de forma mais vantajosa, então passam a conduzir a uma luta exclusivamente sindical e a um movimento operário “não social-democrata”. Nesse sentido, Lênin (1973: 64) afirma que:

“A social-democracia dirige a luta da classe operária, não só para obter condições vantajosas na venda da força de trabalho, mas para que seja destruído o regime social que obriga os não possuidores a venderem-se aos ricos. A social-democracia representa a classe operária, não só nas suas relações com um dado grupo de patrões, mas também com todas as classes da sociedade contemporânea, com o Estado como força política organizada”.

O que procuramos salientar é que luta reivindicativa e luta política podem estar conjugadas no movimento operário (ou das classes trabalhadoras como um todo). As reivindicações econômicas isoladas são limitadas a atenuar os malefícios da relação de exploração travada entre capitalistas e trabalhadores, conduzindo-a a níveis mais ou menos aceitáveis, dependendo da correlação de forças e da capacidade de pressão dos dominados, mas sem alterar as condições básicas de sua reprodução. Lênin (1973: 70) diria que podem, inclusive, ter o efeito contraproducente de reprimir a disposição de luta dos trabalhadores, na medida em que amenizam transitoriamente as desigualdades de classe: “as concessões (ou pseudoconcessões) ‘econômicas’ são, evidentemente, os meios mais baratos e mais vantajosos para o governo, porque espera ganhar com elas a confiança das massas operárias”.

Isto não significa que as aspirações imediatas devam ser deixadas de lado na luta do movimento sindical, mas sim que podem estar combinadas com a perspectiva de um projeto de transformação social. Como coloca Husson (1996), por exemplo, falando sobre a luta sindical pela redução da jornada de trabalho como forma de combate ao desemprego: a redução do tempo de trabalho passa a ser a expressão de uma aspiração massiva de outro funcionamento da economia e da sociedade; é a expressão de aspirações imediatas que abre caminho para um projeto que não se define por um modelo existente.

Mouriaux (2002:161) também justifica a luta por reformas, afirmando que esta deve ter um “caráter pedagógico”, ou seja, “é preciso mostrar, pedagogicamente, que o que for conquistado nesse âmbito não responde a tudo”; segundo o autor, “a idéia de defender propostas reformistas – (...) – tem limites, mas permite que aqueles que estão isolados saiam do gueto e que uma massa maior de assalariados que querem uma mudança se envolvam na luta.” É preciso criticar os limites da luta por reformas, mas tampouco se pode abandoná-las *a priori* por sua “insuficiência”, pois isto poderia significar uma incapacidade de ação, um imobilismo ainda maior:

“Se entrarmos num movimento de reforma, poderemos criticar os resultados dessas reformas e dizer que elas são insuficientes, que é preciso ir além delas. Se não tomamos esse caminho, nós suprimimos uma possibilidade. É arriscado, mas deve-se apostar no risco senão permaneceremos defendendo posições teóricas justas, mas sem partir para a ação” (Mouriaux, 2002:160).

Nesta linha, Boito Jr. (1991: 229) afirma que “é possível unificar estes dois tipos de luta num todo indivisível”; contra boa parte de estudiosos que não admitem esta possibilidade e que afirmam o caráter necessariamente conservador do sindicalismo, Boito Jr. (1991: 234) coloca que “não há nenhuma lei sociológica que imponha ao sindicalismo apenas a luta por reformas (...) O sindicalismo pode assumir, e a história mostra que ele de fato assumiu, a luta pela revolução” e que “a luta por reformas pode fortalecer a luta pela revolução – seja unificando os operários num coletivo de classe, seja contribuindo para a criação de crises revolucionárias”. O autor coloca três exemplos históricos que ilustram, respectivamente, três maneiras de integração da luta sindical à luta revolucionária: 1) a experiência do movimento operário europeu no período da Primeira Internacional, que mostra que o sindicalismo pode “funcionar como um meio de acumulação de forças, preparando o fator subjetivo da revolução – a organização independente da classe operária; 2) a Revolução russa de 1905, que ilustra a contribuição do movimento sindical para o desencadeamento de crises revolucionárias; 3) a Revolução Sandinista que culminou com a insurreição de junho de 1979, que demonstra a possibilidade de “integrar as massas à luta pelo poder de Estado, utilizando os métodos típicos de luta sindical – como a greve – como instrumento de apoio de uma insurreição ou de um Exército popular” (Boito Jr., 1991: 230).

Canêdo (1988), por exemplo, afirma que este tipo de ação sindical não existe mais; segundo a autora, o que caracterizou o surgimento e desenvolvimento do movimento sindical europeu no final do século XIX foi justamente sua associação com o movimento político de massa e seus partidos, a adoção de ideologias socialistas e o caráter classista de sua organização, mas isto não existiria mais:

“Este estilo de ação sindical revolucionária está morto e enterrado. E provavelmente são poucos os trabalhadores – se é que existem – que ainda consideram os sindicatos como instituições destinadas a derrubar o capitalismo. As próprias direções sindicais, sempre que desenvolvem lutas por melhores condições de salário, trabalho e diminuição do desemprego procuram contê-las em limites aceitáveis pelo patronato. É imposição para que as negociações prossigam” (Canêdo, 1988: 23).

Parece-nos por demais fatalista afirmar isto, para não dizer conveniente para a reprodução das condições sociais de produção capitalistas; se todas as organizações de trabalhadores admitissem, de forma unânime, o capitalismo como uma fatalidade e

considerassem sua superação algo impossível, aí sim estariam dadas as condições ideais para a reprodução desimpedida das relações de exploração, já que não haveria contraposição, apenas sujeição. Mas as classes estão em constante luta, e os trabalhadores resistem de variadas formas; uma conjuntura histórica desfavorável certamente dificulta a organização da resistência, a ofensiva ideológica do capitalismo desorienta as tendências ideológicas das classes trabalhadoras, o combate às experiências históricas de constituição de sociedades organizadas “à margem do modo de produção capitalista” (URSS, Cuba, China) e os mais recentes acontecimentos nestas, também dificultam o estabelecimento de parâmetros, de referências para o projeto político operário. Contudo, isto não significa necessariamente o abandono deste e a submissão total ao capitalismo, não significa que as organizações tradicionais representativas das classes trabalhadoras, tais como os sindicatos, tenham abandonado a possibilidade histórica de reestruturar sua luta com um plano ofensivo de combate às relações de exploração, nem que novas organizações não possam surgir ou se destacar neste sentido.

A nosso ver, a integração da luta sindical com a luta revolucionária está diretamente relacionada com a tendência ideológica do movimento em questão. No caso do sindicalismo de Estado, Boito Jr. (1991: 229) afirma que esta não ocorre devido à hegemonia burguesa sobre o movimento. No caso do sindicalismo bancário, já caracterizado por nós como um movimento ainda bastante apegado ao amparo estatal, veremos como se caracteriza sua relação com a ideologia dominante.

4. Sindicato e Ideologia Dominante: crítica ou apego?

São pontos consensuais entre os dirigentes sindicais entrevistados: 1) uma crítica à política neoliberal, direcionada basicamente ao fato de que esta não privilegia a adoção de medidas que promovam o crescimento econômico; e à retirada de conquistas sociais dos trabalhadores. 2) A idéia de que o Estado deve ser o propulsor do desenvolvimento econômico e que deve regular os sistemas de proteção social e trabalhista.⁹⁴

Estes pontos são apresentados como uma forma de minimizar a questão do desemprego, embora se reconheça que não sejam capazes de resolver definitivamente a questão. Os entrevistados têm claro que sempre haverá desemprego no capitalismo, que neste modo de produção não há como eliminar a existência do fenômeno; mas sua compreensão do quadro que limita a ação e as aspirações da luta sindical restringe-se à superação da fase neoliberal do capitalismo e à construção de um modelo menos selvagem deste modo de produção. Neste sentido, a regulação estatal do mercado e a construção de sistemas de proteção ao trabalhador são as bandeiras reais e imediatas do movimento sindical bancário. A luta é por níveis toleráveis de desemprego e por garantias da qualidade do emprego:

“Se não resolver a questão da Reforma Trabalhista, de um novo tipo de contratação, combinado com um projeto de desenvolvimento, de inserção do Estado mais forte na economia, aí se não tiver isso, fatalmente o desemprego vai continuar crescendo (...) Do neoliberalismo nós nunca esperamos nada no sentido de proteção social (...) Mas é possível sim, que a gente, dentro do sistema capitalista, se comporte com um nível de emprego, com políticas públicas compatíveis, para que se gerem mais empregos; e isso é um grande desafio. Evidentemente que não é o modelo dos meus sonhos, ele é possível sim, aprofundar e melhorar a geração de empregos, para isto, eu entendo que basta, não que basta, não é tão simples, mas são medidas...do Estado intervindo; quando eu digo intervenção não significa intervenção necessariamente direta, contratação necessariamente direta. É o Estado gerando, procurando parceiros para gerar novos empregos.”⁹⁵

A perspectiva de um projeto político que ultrapasse os moldes do capitalismo não está presente. *“Hoje, o sindicalismo discute como melhorar as relações nos marcos do*

⁹⁴ Ver também “O Bancário”. Edição 692 de 19/01/1998; 709 de 02/06/1988 e 710 de 09/06/1998.

⁹⁵ Dirigente V.

capitalismo; não há referência, elementos para demarcar posições fora do capitalismo".⁹⁶ Questionados sobre estas características, os entrevistados levantaram alguns pontos, dentre os quais o fundamental é a inação do movimento sindical diante da esmagadora supremacia do capitalismo; a atitude que prevalece é a de capitular, concertar-se, conciliar-se sob determinadas condições, em uma conjuntura onde não seria possível fazer outra coisa, tamanho o desalento do movimento sindical diante da ofensiva capitalista.

Em um plano mais geral, os dirigentes apontam como justificativa para esta posição, a ausência de um modelo político concreto que se oponha ao capitalismo: "*O modelo socialista não é mais modelo no mundo. A questão ideológica não é mais o eixo de atuação do movimento sindical*".⁹⁷ Além disto, diante da investida neoliberal do capitalismo sobre as classes trabalhadoras, a preocupação mais imediata é a de manter o que se tem, de resistir para não perder o que já foi conquistado:

"Eu acho que a gente tá com um número de pendências e coisas acumuladas, que você acaba não dando conta, porque você fica o tempo todo correndo atrás de prejuízo, fica tentando segurar o que você tem (...) porque a gente tá numa forma, hoje ainda, de resistência, eu acho que tá fragilizado o negócio, que você tá resistindo só; você não tá conseguindo avançar pra novos direitos. Você tá tentando segurar o que você tem, ponto".⁹⁸

Apresenta-se também o problema da dificuldade de conscientização da categoria: a despolitização, a naturalização da ideologia neoliberal, o individualismo. Obstáculos que se colocam à organização da resistência às imposições do capitalismo e que afastam do horizonte sindical a organização de uma luta política e ideológica. Os dirigentes apontam a dificuldade de conscientizar o trabalhador, que foi convencido pela lógica do neoliberalismo, que o compreendem como característica da modernidade: "*modelo que as pessoas encaram como sendo até natural, por incompetência talvez nossa ou mesmo da sociedade em reagir, ou de não ter correlação de forças suficiente*".⁹⁹ O trabalhador que entra nos bancos atualmente já incorporou a lógica da produtividade: "*Esse povo que tá entrando, que a gente pega, pessoal novo de banco, que tá saindo das universidades, quer*

⁹⁶ Dirigente I.

⁹⁷ Dirigente I.

⁹⁸ Dirigente VIII.

⁹⁹ Dirigente VIII.

crescer, quer carreira, entrou numa lógica de mercado, entendeu".¹⁰⁰ A idéia do mérito individual para fazer carreira dificulta a organização sindical, inibe a identidade coletiva e o sentimento de pertencimento a uma classe social. Estes aspectos exacerbam as dificuldades de mobilizar os bancários para uma luta política mais ampla; o que mobiliza, cada vez mais exclusivamente, são as questões pontuais (salário, previdência, gratificações): "*O movimento sindical é muito despolitizado, em geral*".¹⁰¹ Finalmente, foi levantada também a questão de que o sindicato representa uma categoria muito heterogênea, com posturas políticas, ideológicas, religiosas muito variadas, o que o impede de assumir uma "*postura política mais radical*".¹⁰²

Um aspecto que contribui para exacerbar estes componentes ideológicos é a mudança no perfil do trabalhador bancário: tendem a sobreviver no emprego os funcionários com maior qualificação que "melhor se encaixam na estratégia do banco"; há um aumento do número de funcionários nas camadas superiores da categoria, em cargos de direção e gerência; e há uma concentração maior de trabalhadores em bancos privados. Notadamente, revela-se que os bancários que propugnam alternativas mais radicais de luta para conquistar e/ou manter seus direitos são os escriturários e os que trabalham em bancos públicos. O trabalhador que se encaixa ao perfil exigido pelos bancos privilegia como forma de atuação das lideranças sindicais a "negociação com limites": 93% dos bancários de Campinas e Região, entrevistados pelo DIEESE, acreditam que a negociação é o melhor caminho para conquistar e/ou garantir direitos, contra 3% que votaram na greve como forma de atuação (Cf. DIEESE, 2000).

O impacto de todas estas questões sobre o movimento sindical é resumido por um dos entrevistados: "*O sindicato adota o mesmo padrão de convencimento do capitalista*" para associar os bancários.¹⁰³ É o caso da campanha de sindicalização de 2003 que promove o sorteio de um carro entre os associados; a convocação para a atividade sindical não é feita pela consciência política de classe, mas por uma promoção pautada em uma estratégia de mercado.

¹⁰⁰ Dirigente VIII.

¹⁰¹ Dirigente I.

¹⁰² Dirigente VI.

¹⁰³ Dirigente IV.

Como mencionamos, está presente na fala dos dirigentes sindicais uma crítica ao modelo neoliberal, contudo cabe questionar os limites e as contradições desta crítica que se revelam na atuação do Sindicato. Acima de tudo, é preciso considerar que a correlação de forças na atual conjuntura não é nada favorável à resistência sindical frente às reformas neoliberais, que se impõem com uma força constrangedora e se apresentam como única alternativa possível para a “modernidade”.

O neoliberalismo se constitui como ideologia dominante na sociedade capitalista contemporânea. Como coloca Althusser (1986: 53), a ideologia tem a função de manter a coesão social sob as condições determinadas pela estrutura da sociedade, o que a torna necessariamente “mistificadora”; nas sociedades de classe, esta função soma-se à necessidade de falsear a realidade para ocultar o antagonismo entre as classes sociais e manter os indivíduos em seu lugar no sistema de exploração.

“En este sentido, la ideología hace una *alusión* a lo real, pero, al mismo tiempo, ofrece de él una *ilusión*; permite a los hombres un cierto conocimiento de su mundo, al permitirles reconocerse en él, pero, al mismo tiempo, los introduce a su desconocimiento”.

A ideologia divide-se em tendências que expressam as representações das diferentes classes sociais; em uma sociedade de classes, há ideologias dominantes e dominadas. A ideologia burguesa é dominante no capitalismo e se introduz em toda a estrutura social, constituindo o “cimento” que garante o ajuste e a coesão dos homens em seus papéis, funções e relações sociais; isto significa que a luta das classes dominadas ocorre no interior desta mesma estrutura e é, conseqüentemente, muitas vezes, orientada pelas representações e noções desta ideologia burguesa dominante. Althusser (1986:55) afirma que:

“La presión de la ideología burguesa es tal, y es ella en tal medida la única que proporciona la materia prima ideológica, los cuadros de pensamiento, los sistemas de referencia, *que la clase obrera misma no puede, por sus propios recursos, liberarse radicalmente de la ideología burguesa*”.

O estudo de Paranhos (1999) sobre as origens do trabalhismo no Brasil discute a questão do domínio da ideologia burguesa sobre as classes trabalhadoras. Em uma análise diferenciada, Paranhos (1999:211) procura ir além da caracterização unilateral deste domínio, demonstrando que este tem um caráter dialético, onde coexistem assimilações,

rejeições e/ou redefinições de conteúdo. O autor analisa a ideologia do trabalhismo no Brasil como um conjunto de idéias que também incorpora elementos das classes dominadas, não unicamente como expressão da ideologia das classes dominantes e/ou do Estado, mas como o resultado de um movimento circular, de troca de ideologias das classes dominantes e dominadas. Esta análise fundamenta-se na concepção gramsciana de ideologia, que, segundo Paranhos (1999:24), não privilegia sua “negatividade”, o “escamoteamento”, a “ocultação”, o “engodo” que engendraria, mas a define como uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na economia, enfim, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas. Nesta linha, a ideologia dominante é apresentada como um conjunto de idéias que se aproximam daquelas das classes dominadas, mas que são “roubadas” pelas classes dominantes, redefinidas, reformuladas, e “devolvidas” a elas.

“A ideologia do trabalhismo é a resultante da confluência de distintas influências e perspectivas de classe. E não o produto do mero cálculo interesseiro, plenamente intencional, dos agentes do Estado ou da burguesia brasileira. É possível identificar nela as impressões congênitas deixadas pelas lutas das classes trabalhadoras. Nem por isso podemos desconsiderar que, em última análise, ela é uma fala roubada aos trabalhadores, reformulada e a eles devolvida como mito” (Paranhos, 1999:23).

Neste sentido, Saes (*Apud* Galvão, 2003:88) afirma que o apoio popular ao neoliberalismo está relacionado a que este incorpora elementos do ideário popular, ou seja, a ideologia neoliberal se aproveita de algumas demandas dos movimentos populares, que reivindicam autonomia frente ao Estado, e explora a insatisfação popular diante do caráter cartorial e clientelista do Estado brasileiro; e é esta incorporação que permite ao neoliberalismo converter-se em ideologia dominante.

Segundo Boito Jr. (1999:218-230), a ideologia política neoliberal está se constituindo como hegemônica no Brasil, convertendo-se em instrumento de unificação do bloco no poder e, ao mesmo tempo, em instrumento de legitimação dos interesses particulares das classes e frações que integram esse bloco junto às classes populares. Embora existam setores minoritários das classes trabalhadoras (alta classe média) que podem ganhar, ou considerar que estão ganhando, com a abertura comercial, a redução de

direitos sociais e a privatização, para a grande maioria dos trabalhadores, o neoliberalismo se constitui como uma política regressiva, ou seja, que não oferece vantagens econômicas e que, ao contrário, retira direitos sociais e serviços públicos. Como explicar, então, o impacto popular do neoliberalismo? Porque este se aproveita da visão “negativa” que as classes dominadas tem do Estado; as políticas de privatização e abertura ao capital estrangeiro apresentam-se como políticas de combate aos inimigos das classes populares, de “caça aos marajás”, de combate aos “privilégios” e às desigualdades. Este discurso, contudo, oculta os próprios pressupostos do neoliberalismo, que defendem a desigualdade socioeconômica sem limitações, como algo próprio da natureza e da sociedade e sem a qual nem uma nem outra funcionariam.

Analisando a relação do movimento sindical bancário com a ideologia hegemônica, observamos que o poder do discurso neoliberal influencia a ação sindical, o que se revela no fato de que, embora sejam tecidas algumas críticas a ele na fala de dirigentes, as estratégias adotadas terminam por reproduzi-lo. É o caso das já mencionadas tentativas (não bem sucedidas) de negociar a forma de introdução de novas tecnologias, de modo a minimizar os impactos sobre os níveis e a qualidade do emprego; assim como a ênfase dada às negociações com o patronato em relação às terceirizações ou às demissões oriundas de privatizações e fusões. A confiança depositada na possibilidade de negociação e conciliação com os interesses do patronato, demonstrada no entusiasmo de constituir comissões paritárias e tripartites (incluindo o governo), implica na aceitação da idéia de que não há alternativa e de que diante da inevitabilidade dos fatos, o melhor é tentar formar “parcerias” e tirar o máximo de proveito possível da situação.

Além da já citada “Comissão Paritária de Terceirização”, o sindicato destaca sua participação na “Comissão de Emprego”, órgão regulamentado pelo Ministério do Trabalho, formado por representantes dos empresários, da Prefeitura e de trabalhadores, e que tem o papel de discutir políticas municipais de geração de emprego, assim como programas de “reciclagem” do trabalhador.¹⁰⁴

Os cursos de qualificação profissional são outro exemplo de contradição entre o discurso e a prática sindical de crítica ao neoliberalismo; a polêmica que estes cursos

¹⁰⁴ Cf. “O Bancário”. Edições 666 de 15/07/1997; 758 de 13/07/1999; 791 de 18/04/2000.

envolvem está relacionada com a culpabilização do trabalhador por sua situação de desemprego e com a assimilação do discurso neoliberal da “empregabilidade”. Os dirigentes entrevistados apontaram como um fato inegável que as novas tecnologias exigem novos conhecimentos, mas que é falsa a idéia de que a perda do emprego decorre desta necessidade; contraditoriamente, contudo, ao mesmo tempo em que reconhecem a falsidade deste discurso, apresentam os cursos de qualificação profissional como uma atividade importante, inclusive como um dos exemplos da preocupação do sindicato com os desempregados. Embora se reconheça que a qualificação não é o problema, nem a solução para o desemprego, e, inclusive, se questione se é ou não papel do Sindicato oferecer o que o Estado deveria oferecer aos trabalhadores, os chamados cursos de requalificação ou reciclagem do trabalhador foram realizados pela entidade enquanto o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) disponibilizou verba para tal. Com isto, o Sindicato corrobora com a idéia de que é preciso aumentar a “empregabilidade” do trabalhador, ou seja, adequar seus conhecimentos às supostas novas necessidades impostas pela atual configuração do mercado de trabalho.

A pergunta é até que ponto a defesa da bandeira do crescimento econômico constitui uma forma eficiente de crítica ao neoliberalismo, principalmente se estes temas não são questionados e, mais do que isso, se são reproduzidos pela ação sindical tal qual os apresentam o discurso dominante. Até que ponto o Sindicato apresenta uma plataforma política para a superação da fase neoliberal do capitalismo? Para responder a esta questão, a análise do chamado “sindicato cidadão”, adotado por esta entidade, é elucidativa. Elaborando sua estratégia de atuação, a Diretoria do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região redigiu este documento, no qual afirma:

“Dentro dessa nova realidade, a atuação do sindicato não pode ser resumir a seu papel clássico. Ou seja, à representação, organização e defesa dos interesses de uma categoria; no nosso caso, dos bancários. O enfrentamento e a superação dos problemas dos trabalhadores só é possível com ações políticas. E o exercício da política é a construção da cidadania. É o reconhecimento dos direitos políticos e sociais dos indivíduos. É a garantia de sua participação nos órgãos de poder e definição de políticas públicas, em defesa da ética e do respeito aos interesses coletivos. (...)

Para construção da cidadania, o papel do sindicato não pode se limitar à defesa do salário, das condições de trabalho. Deve-se pautar com ações além da relação patrão/empregado; tais como, luta em

defesa da educação, saúde, transporte, moradia, lazer. Isso não significa mudar o eixo de atuação do sindicato, mas sim, ampliá-lo. Atuar em duas frentes: em defesa dos interesses dos bancários, enquanto categoria; em defesa de seus direitos, enquanto cidadãos. O sindicato deve, portanto, defender e representar os bancários nas mais distintas frentes, da sociedade civil às estruturas institucionais de poder público. O sindicato deve contribuir na discussão e elaboração da política educacional, cultural, de segurança, saúde, criação de emprego e renda, etc. Deve participar dos espaços institucionais criados a partir da Constituição Federal de 1988, dentre os quais, conselhos municipais de saúde e emprego.

Mais ainda. O sindicato tem infraestrutura e capacidade de articulação política e social que possibilita construir projetos sociais que possam inserir parcela excluída da população na ordem social democrática, mesmo que não faça parte de nossa categoria. Pode ser, por exemplo, projeto cultural, esportivo, atendimento ao menor abandonado ou à população carente. O sindicato tem responsabilidade social e não pode se isolar”. (Sindicato dos Bancários, 2001: 7-8)

O texto oferece a seguinte alternativa: restringir a luta sindical às reivindicações econômicas específicas da categoria bancária ou intervir no exercício da política, contribuindo para a “construção da cidadania”. A primeira questão que se coloca é: qual é a concepção de cidadania que está sendo utilizada?; a segunda é: o exercício da política é só e necessariamente a construção da cidadania?

Embora isto não seja explicitamente esclarecido no documento sindical, pode-se deduzir que a “cidadania” está sendo associada principalmente ao acesso, por parte dos trabalhadores, a determinadas condições sociais de vida, compatíveis com o estágio de desenvolvimento capitalista alcançado; ou seja, ao reconhecimento da “dignidade” do trabalhador através da garantia de condições básicas como educação e saúde, e também do acesso ao consumo e ao lazer. Isto seria alcançado pela participação no poder político, contribuindo para a discussão e elaboração de projetos no plano institucional. Esta formulação oculta as dificuldades e as tensões inerentes a este processo de disputa no poder político pela ampliação dos direitos sociais; esta última aparece como uma simples questão de iniciativa, comprometimento, “vontade política” de ambos os lados (governo e “sociedade civil”). Através do entusiasmo com a idéia de “parceria” ou “conciliação”, oculta-se o fato de que há um conflito de interesses aí envolvido e de que enquanto os

trabalhadores lutam pela ampliação dos direitos sociais, as classes dominantes e os setores da burocracia que as representam resistem fortemente a isto. Como afirma Saes (2003:17):

“Na realidade histórica, só a postura das classes trabalhadoras diante da cidadania tende, de modo geral, a ser dinâmica e progressiva, enquanto a postura das classes dominantes (bem como do topo burocrático) tende no mínimo a ser *estagnacionista*, podendo no máximo ser *regressiva*”.

A luta política no sentido da ampliação do poder dos trabalhadores enquanto classe social no conflito com o capital não é mencionada. O conflito de classes é ignorado e se aponta a possibilidade de participar em uma aparente parceria com o governo da discussão e elaboração de políticas de educação, saúde, esporte e lazer e da construção de projetos sociais de inclusão de parcelas excluídas da ordem social democrática. Isto contribui mais uma vez para a concretização da alternativa neoliberal como única possível, endossando a idéia de que todos têm responsabilidade social para superar as dificuldades momentâneas do capitalismo e reduzir as desigualdades e injustiças sociais, através de iniciativas criativas, empreendedoras ou, ainda, filantrópicas.

Como afirma Galvão (2003: 271): “A ênfase na concepção de cidadania conduz ao abandono da noção de classe social”. O conceito de cidadão obscurece as diferenças de classe e unifica a todos em uma entidade abstrata; aceita-se a idéia dominante de que todos são iguais e têm os mesmos direitos e oculta-se o fato de que esta afirmação possui um aspecto formal “verdadeiro”, que se expressa no direito civil (liberdade individual de ir e vir, liberdade de expressão, direito à propriedade e à celebração de contratos, direito à justiça), mas encobre diferenças fundamentais no que diz respeito aos recursos políticos e, portanto, à capacidade de intervenção nos processos de tomada de decisão, e às condições sócio-econômicas, nas quais observa-se necessariamente no capitalismo uma defasagem entre aqueles que possuem propriedade e aqueles que devem vender sua força de trabalho para sobreviver.

5. “O que fazer?”

Procuramos demonstrar que a reestruturação capitalista pressupõe a retirada de certos “obstáculos”, ou seja, pressupõe a anulação, ou redução ao mínimo possível, da capacidade de resistência dos trabalhadores às modificações na organização do trabalho; capacidade esta que se expressa na ação sindical. Vimos que diversas estratégias do capital combinaram o debilitamento do movimento sindical com a imposição de novas formas de gestão e controle do trabalho, atendendo à necessidade de “destravar” o processo de sua expansão.

Em primeiro plano aparece a introdução de novas tecnologias, a informatização dos sistemas de atendimento bancário, de modo a “prescindir” da força de trabalho humana. Concomitantemente, temos um conjunto de medidas, como as fusões e privatizações de bancos, as terceirizações e as novas formas de contratação, que resultam, por um lado, na expansão e concentração de capital e, por outro, em demissões em massa e precarização do trabalho. Esta última traduzida na intensificação do ritmo do trabalho, no descumprimento da jornada de trabalho regulamentada, na redução salarial, no esvaziamento do conteúdo intelectual do trabalho, no aumento dos problemas de saúde entre os trabalhadores, na retirada de conquistas sociais históricas da categoria.

Estratégias estas que têm como substrato ideológico os postulados neoliberais que destacam: a ineficiência do setor público e a eficiência do setor privado; os direitos sociais dos trabalhadores como custos excessivos; as noções de “empreendedorismo”, “meritocracia” e “empregabilidade”.

Analisaremos no próximo item as dificuldades e necessidades que este quadro impõem sobre o movimento sindical e, em seguida, apresentaremos uma experiência de organização de trabalhadores desempregados, realizada na cidade de Campinas, em 1997.

a) O Sindicalismo e a luta contra o desemprego

O poder de imposição destas estratégias dificulta imensamente a resistência do movimento sindical, que é ainda mais debilitada por sua incapacidade de se desvincular da

estrutura corporativa, por seu apego à ideologia meritocrática e pela adesão (ainda que não declarada) a aspectos da ideologia neoliberal.

Como já colocamos, o amparo no Estado protetor supõe a possibilidade de que este seja um “parceiro” dos trabalhadores contra o capital e oculta que esta instituição se constitui como representante dos interesses deste último; o imposto sindical provoca a filiação compulsória dos bancários, eliminando a conscientização político-ideológica que estaria relacionada à participação no movimento; a unicidade sindical contribui para a constituição de uma “burocracia dirigente” e restringe a possibilidade de atuação de vertentes críticas dentro da própria organização.

O apego à ideologia meritocrática, isto é, o distanciamento estabelecido com o coletivo de trabalhadores “não-manuais” e a localização da categoria em um patamar elevado na hierarquia social das profissões, inibe a identificação enquanto classe de trabalhadores assalariados e dificulta a unificação de uma luta em oposição às classes dominantes; ao contrário, ameniza o antagonismo entre capital e trabalho e tende a promover uma aproximação “idealizada” com as classes superiores.

A aceitação de alguns pressupostos neoliberais impossibilita, evidentemente, a contraposição a eles, e corrobora com sua concretização como discurso único. Por fim, a estratégia conciliatória mais recentemente adotada por correntes majoritárias do sindicalismo nacional, nas quais se inclui o bancário aqui em questão, termina por sucumbir à ideologia hegemônica e a submeter o trabalho às imposições do capital, aniquilando a capacidade de resistência sindical.

Isto se traduz, atualmente, na inação do movimento sindical diante dos dois aspectos mais nocivos da reestruturação capitalista: o desemprego e a precarização do trabalho. O desemprego, por sua vez, soma-se a estas dificuldades e constitui-se na atual conjuntura como o principal fator de desmobilização da base, somado aos componentes ideológicos já mencionados, como a valorização do individualismo e a substituição da ética da solidariedade pela ética da eficiência.

A ameaça de perder o emprego inibe a participação da categoria nas atividades sindicais e faz com que esta se submeta às condições de exploração do trabalho impostas.¹⁰⁵ Nesse sentido, desemprego e precarização do trabalho estão imbricados neste processo. A fala dos entrevistados é significativa:

*“Você tem que ter motivos muito claros para mobilizar quando você tem esse nível de desemprego e principalmente quando você tem uma ameaça iminente. As pessoas têm medo, muito medo. Mas às vezes acontece: às vezes a crise é tão grande que a pessoa pensa que não tem nada a perder, vai pra luta”.*¹⁰⁶

(Falando sobre a atitude do trabalhador empregado nos bancos hoje em dia): *“Eu vou ficar aqui e trabalhar direitinho, vou fazer hora extra e não vou receber, vou ser explorado e vou ficar quieto, porque eu preciso do emprego”.*¹⁰⁷

*“O desemprego predomina...a ação do sindicato ela fica reduzida em função do desemprego. Com a ameaça de que vai ter mais demitido, fazer greve, nem pensar! O que que é isso?”.*¹⁰⁸

*“Isto gera um problema muito grande, do ponto de vista de quem tá empregado porque é uma pressão muito grande desse exército de desempregado, então você tem dificuldade nas lutas sindicais, você tem dificuldade de manter o padrão salarial; quer dizer, então o empregado perde também, mesmo que ele possa não na iminência de perder o emprego, ele vai perder porque aí os patrões ficam a cavaleiro pra reduzir o seu custo, inclusive encima da mão de obra, com salários mais achatados, reduz os benefícios, coisa que quando o mercado tá aquecido eles até mantêm, até concedem mais porque têm interesse em manter os melhores profissionais. Então isso é uma coisa muito difícil, o sindicato tem dificuldade porque é uma época em que o Sindicato não tem tanta força de brigar pelos direitos (...) O trabalhador tá lá trabalhando, na família dele só tá ele trabalhando, ninguém mais trabalha, os amigos dele desempregados, ele fala: ‘não, melhor ficar por aqui mesmo, esse negócio de fazer greve...quer dizer, então, dificulta muito’.*¹⁰⁹

¹⁰⁵ Ver também “O Bancário”. Edição 336 de 25/03/1991; 358 de 19/08/1991; 378 de 03/12/1991; 380 de 16/12/1991; 385 de 27/01/1992; 589 de 27/11/1995. É interessante notar a maior ocorrência, em 1991, de artigos onde se explicitam as demissões como forma de intimidar a mobilização dos trabalhadores e a ausência dos mesmos em anos subsequentes.

¹⁰⁶ Dirigente IX.

¹⁰⁷ Dirigente V.

¹⁰⁸ Dirigente IV.

¹⁰⁹ Dirigente I.

A ação do Sindicato frente ao desemprego e à precarização do trabalho revela-se extremamente difícil. O movimento se vê de mãos atadas e mostra uma apatia diante desta complexidade. Embora a questão da manutenção do emprego seja central no Sindicato, este não tem tido poder de fogo para reverter a situação em favor dos trabalhadores. O impacto tem sido devastador sobre o trabalho e o sindicalismo bancário e o movimento se vê amplamente desestruturado. Não se apresentam perspectivas, alternativas de resistência capazes de enfrentar o poder do capital, que se revela “vencedor” nas falas de muitos entrevistados. A categoria vem sendo reduzida e suas conquistas históricas colocadas em xeque, e a questão que permanece é “o que fazer”?

Para reverter este quadro, uma questão central é estender a base de representação do Sindicato, tanto com os trabalhadores terceirizados como com os demitidos, em uma tentativa de ampliar a força do movimento. Esta questão não é simples, envolve diversas dificuldades: desde a estrutura sindical brasileira, passando pela identidade de classe dos trabalhadores bancários e pelo projeto político proposto pelo Sindicato, até os obstáculos práticos, concretos, de conciliação das lutas dos bancários com as dos terceirizados e de mobilização dos trabalhadores demitidos.

Os entrevistados apontaram como uma grande dificuldade para esta ampliação, a questão do “corporativismo” característico do sindicalismo brasileiro, mas esta crítica aponta somente para a restrição das reivindicações a questões específicas da categoria. Segundo Galvão (2003: 57), “o termo corporativismo é utilizado tanto para se referir ao egoísmo de fração quanto a uma doutrina ou pensamento político e a um modo de organização e representação de interesses (que, para os marxistas, possui um conteúdo de classe)”. Pois bem, como vemos nos trechos citados abaixo e com base nas conversas realizadas com dirigentes do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região, é possível aproximar sua compreensão de “corporativismo” da idéia de “egoísmo de fração”, ou seja, como uma característica do movimento sindical de circunscrever-se às especificidades de cada categoria profissional. Sem minimizar a importância desta crítica, vale mencionar que a estrutura sindical corporativa brasileira apóia-se em três pilares: a unicidade sindical, o imposto obrigatório e o poder normativo da Justiça do Trabalho. Uma crítica realmente abrangente deste conceito não pode ignorar estes pontos; e, como já vimos, o Sindicato dos Bancários mantém-se bastante apegado a eles.

*“A discussão do modelo sindical é fundamental para acabar com a estrutura vertical, corporativa que existe hoje, por ramo e por categoria profissional. Nós temos que tentar alargar essa base de representação (...) pra termos legitimidade, não é legalidade, legitimidade. O modelo sindical que existe hoje, há um consenso de que ele precisa passar por uma profunda reforma. Se a reforma ela vai ter unanimidade, não vai ter unanimidade, se é do meu gosto, se não é do meu gosto, eu não sei; agora, nós não podemos também ter uma rede sindical hoje por este ramo profissional, isso é uma coisa que te limita, te amarra, e também rediscutir a questão se o sindicato é só pra quem está na economia formal, foi isso que o Vicentinho colocou, que hoje a informalidade é maior do que a formalidade (...) Nós também precisamos inserir no movimento sindical toda essa sorte de desempregados que existe por aí. Que movimento sindical? Aí é que vai ser essa discussão. Até porque criar sindicato de desempregados, evidentemente, não faz sentido. Então, eu imagino que de fato nós devemos representar os desempregados, mas também tem que ter uma discussão mais ampla de que tipo de movimento sindical, de que modelo sindical nós vamos ter; aí, sim, acabar com esse modelo, vamos dizer assim corporativo, estritamente corporativo e só para os formalizados. Essa é uma outra discussão que não é fácil, que não é simples, mas é um objetivo a ser conseguido”.*¹¹⁰

*“Tem esse problema no movimento sindical, né? É o corporativismo...por mais que você discuta...na teoria é tudo lindo e maravilhoso, mas quando você vai passar pra prática, sei lá...por n motivos, você acaba entrando mesmo nessa discussão: não, mas a gente é bancário, por que que a gente vai tá conversando com os metalúrgicos, com os químicos, servidores? É um desafio. Eu acho que é um desafio do movimento sindical, acabar com esse corporativismo (...) entre os próprios dirigentes e quando a gente vai pra categoria também, pra base, pode ser até inconscientemente, você acaba não fugindo daquela questão de categoria mesmo, corporativa”.*¹¹¹

Um dos entrevistados avança na crítica ao “corporativismo”, entendido ainda como “egoísmo de fração”, introduzindo a questão da necessidade de conscientização da categoria quanto à sua situação de classe, identificando no desemprego um problema comum dos bancários e toda a classe trabalhadora:

“Temos que pensar da ótica da classe trabalhadora, o que que é melhor? Como é melhor resistir? Como que é melhor unificar as lutas? Quais são as bandeiras que a classe trabalhadora poderia levantar que poderiam unificar? E não ficar pensando só enquanto

¹¹⁰ Dirigente V.

¹¹¹ Dirigente VI.

categoria. Esse é um... a gente sempre almeja, mas pouco faz, entendeu? Pelas dificuldades corporativas de cada categoria, infelizmente; mas o correto é isso. Tem que entender que só vai mudar a hora que você tiver realmente uma consciência da classe trabalhadora e você puder unificar a luta, são bandeiras comuns, entendeu? Então olha, qual que é o nosso problema? Emprego. Então nós vamos ter ações conjuntas, vamos ter que brigar pra ter mudança de legislação, vamos ter que brigar pra conseguir empurrar o patronato, entendeu? Mas tem que ter uma unidade da classe trabalhadora, não pode ser...cada um cuidando do seu mundinho, sendo que o desemprego é uma coisa geral".¹¹²

Embora a fala dos entrevistados indique que o desemprego é compreendido como um problema que deve unificar a luta dos trabalhadores, observa-se que na prática cotidiana há dificuldade de realizá-lo. Por um lado temos a questão levantada pelos dirigentes da dificuldade de conscientização do bancário, mas caberia perguntar: qual é a ação prática do Sindicato quanto à luta ideológica e a formação teórica da base? Qual é o peso da crítica da falta de conscientização política de classe da categoria no interior da entidade, entre os próprios dirigentes?

A aceitação da ideologia neoliberal como natural foi apontada por alguns dirigentes como uma dificuldade de conscientização da categoria, mas em que medida as próprias estratégias sindicais não corroboram com a reprodução disto? Procuramos demonstrar, justamente, que a prática mais recente do sindicalismo no Brasil, ao contrário de promover a conscientização política e de unificar a luta das classes trabalhadoras, tem contribuído para o abandono da problemática do antagonismo de classes e tem direcionado a luta cada vez mais para os aspectos reivindicativos transitórios, situando-se em um terreno supostamente não contaminado por nenhuma tendência ideológica ou partidária.

Nesse sentido, a unificação da luta pelo emprego defendida pelo Sindicato ocorre fundamentalmente no âmbito da reivindicação conjunta de todas as categorias profissionais, representadas pelas Centrais Sindicais, junto ao Estado, por políticas econômicas de geração de emprego e por medidas legais que garantam a manutenção deste; a luta pelo emprego é entendida somente como luta pelo crescimento e desenvolvimento nacional, supostamente de interesse de todos, trabalhadores, empresários e governo.

¹¹² Dirigente VIII.

Para além destas questões imediatas que podem minimizar até certo ponto a situação de desemprego vivida por parcelas crescentes da população, o movimento sindical pode também questionar a própria existência do fenómeno e sua função na lógica de reprodução do modo de produção capitalista; ao fazê-lo, poderá explicitar que o desemprego não é necessariamente um problema para o capitalismo, ou um sintoma de sua crise; é, sim, para os trabalhadores neste modo de produção, mas é funcional para o capital e, enquanto tal, pode ser forjado, através de diferentes estratégias, para atender a seus interesses, dentre os quais se destaca justamente o efeito desmobilizador que tem sobre as classes trabalhadoras e suas organizações representativas. Esta desmobilização é necessária para que o capital possa reestruturar constantemente as condições de sua valorização. Este questionamento implica a crítica ao modo de produção capitalista. Em última instância, estamos afirmando que a luta efetiva pela superação do desemprego só pode ocorrer no plano da superação do capitalismo, o que implica a constituição de uma plataforma política revolucionária.

Nesse sentido, o desafio do sindicalismo neste momento é construir formas de organização que garantam a unidade dos trabalhadores, empregados e desempregados, como um coletivo de classe, de modo a recrudescer seu poder fogo e possibilitar uma ação ofensiva contra o capital, procurando minimizar ou neutralizar seu controle despótico sobre o emprego.

Embora a questão não esteja colocada nestes termos na atual configuração do movimento sindical, os entrevistados admitem a necessidade de pensar o tema da mobilização dos trabalhadores desempregados, ainda que reconheçam que este não está realmente colocado em pauta e que a discussão é muito pequena ou inexistente:

*“O movimento sindical nunca sentou realmente para pensar isso. A gente pensa sempre em evitar o desemprego, mas quando acontece, o que que vai se fazer com esses desempregados? Até por não se discutir, você acaba não achando...não discutindo alternativas para você estar pegando esse pessoal, de alguma forma pra estar, vamos dizer assim, representando. Realmente falta uma discussão”.*¹¹³

“É, realmente a atuação é tímida. (...) Nós não podemos ficar restritos a atender as demandas específicas da categoria. Mas, como se faz isso? O que você oferece para uma pessoa que está

¹¹³ Dirigente VI.

*desempregada? Não tem alternativa. Demanda estudos de como fazer isso”.*¹¹⁴

Quando se coloca a questão da representação dos trabalhadores desempregados, há imediatamente uma associação com a representação dos trabalhadores terceirizados; estes últimos seriam de responsabilidade mais imediata do Sindicato, pois representam diretamente a precarização das formas de contratação e uso da força de trabalho bancária, retirando as conquistas históricas da categoria.

Já os desempregados parecem situar-se fora do campo de atuação da luta sindical. Não há consenso ou clareza sobre a necessidade de encontrar formas de organizá-los. Em algumas falas se reconhece que seria função da entidade fazê-lo, embora não se saiba como. Outros afirmam que não, que a solução para a questão não passa pela organização dos desempregados, mas pela reivindicação de políticas econômicas de geração de emprego.

*“O sindicato tem condições de buscar organizar, mas não foi feito. Poderia ser criada uma associação de bancários desempregados, sei lá. Verba tem (...) Precisa é colocar na agenda e na mídia a questão dos desempregados (...) um movimento que incomode, como o MST”.*¹¹⁵

*“A discussão dos desempregados deve ser feita nas Centrais Sindicais; o Sindicato é representante do trabalhador formal empregado, com carteira assinada. A política do sindicato é direcionada para uma questão maior, para a discussão sobre o que vai gerar emprego”.*¹¹⁶

*“Há uma dificuldade do movimento sindical em incorporar estes trabalhadores (...) O Sindicato procura desenvolver ações conjuntas que proponham um questionamento sobre a política econômica”.*¹¹⁷

Os dirigentes apontaram algumas atividades desenvolvidas pelo Sindicato junto aos demitidos: 1) oferecer a possibilidade de continuar sócio do sindicato por determinado período depois da demissão; 2) prestar assistência social aos demitidos; 3) procurar manter contato com os demitidos e procurar divulgar vagas de emprego disponíveis;¹¹⁸ 4) oferecer

¹¹⁴ Dirigente IX.

¹¹⁵ Dirigente IV.

¹¹⁶ Dirigente VII.

¹¹⁷ Dirigente I.

¹¹⁸ O entrevistado afirmou existir um cadastro dos demitidos, ao qual não se teve acesso, através do qual seria possível ao Sindicato localizar estes trabalhadores.

o atendimento jurídico; 5) permitir o uso do clube dos bancários por determinado período depois da demissão; 6) realizar cursos de requalificação profissional com as verbas do FAT. Medidas estas que eles mesmos consideram paliativas e assistenciais, sem maiores conseqüências para a organização política dos trabalhadores desempregados ou para o incremento da mobilização sindical bancária.

Foram apontadas também nas entrevistas algumas dificuldades implicadas na organização de desempregados, que poderiam ser agrupadas em três conjuntos, relativas a questões: 1) subjetivo-ideológicas - a) o sentimento de humilhação que vive o trabalhador em situação de desemprego, que inibe sua disposição para procurar o Sindicato; b) a idéia inculcada no trabalhador de que o problema do desemprego é pessoal, que cada um deve resolvê-lo individualmente; c) a questão da identidade do bancário que, quando sai do banco, muitas vezes, não se vê como bancário; 2) político-organizacionais - a) falta de tradição do movimento sindical em organizar estes trabalhadores; b) a dificuldade de manter contato com os ex-bancários; c) a questão do pagamento da associação: como o desempregado contribuiria financeiramente com a entidade? Ou, como se financiariam as atividades junto a estes trabalhadores e a estrutura que isto exige?; d) a dificuldade de organizar o trabalhador empregado já indica a grande dificuldade de organizar o desempregado; e) a falta de demanda dos próprios trabalhadores desempregados para esta organização; e 3) econômicas: a) a questão de que o objetivo do desempregado é conseguir um emprego; quando ele vê que o movimento não vai conseguir lhe arranjar um emprego, deixa de participar e, igualmente quando consegue um trabalho.

No que se refere à identidade do bancário, Segnini (1999:62) afirma que o trabalho nos bancos tem perdido seu caráter provisório:

“O trabalho bancário significou durante décadas, para muitos jovens, a possibilidade de ter um emprego ‘provisório’ de 6 horas e continuar seus estudos universitários; com as boas condições de trabalho e carreira apresentadas no setor, em comparação com outros setores profissionais, o emprego bancário terminava por adquirir um caráter ‘definitivo’”.

Segundo a pesquisa do DIEESE (2000), em Campinas e Região, a maior parte dos empregados dos bancos tem entre 11 e 15 anos de tempo na categoria (35%); enquanto 29% tem até 10 anos; 19% tem mais de 21 e 17% tem entre 16 a 20 anos como bancário.

As outras duas questões (subjetivo-ideológicas) levantadas indicam a necessidade de um trabalho de conscientização da base, um exercício integrado às atividades sindicais de compreensão da conjuntura política e econômica atual e de como as situações individuais se inserem nela. Quanto ao que nos interessa especificamente, é importante enfatizar nesta conscientização o desemprego como fator inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e não como uma situação individual, sobre a qual o próprio trabalhador seria responsável.

As questões político-organizacionais referem-se à necessidade de um trabalho de conscientização e convencimento junto aos trabalhadores empregados e desempregados sobre a importância de uma luta conjunta, procurando motivar os primeiros para um maior ativismo sindical e os segundos para manter o vínculo com o movimento. Indicando que há interesse de trabalhadores demitidos em manter contato com o Sindicato, um dos dirigentes entrevistados afirma: *“Eu mesmo já ouvi pessoas que foram bancárias e perderam o emprego falarem: ‘ah, mas o sindicato só liga pra gente quando a gente tá no banco; quando a gente não tá mais...e aí, como é que fica? O Sindicato me representa, não representa?’”*.¹¹⁹

Quanto à questão do financiamento das atividades sindicais junto aos trabalhadores desempregados, é complicado limitar a representação àqueles que pagam o imposto sindical obrigatório; já questionamos o “efeito despolitizador” deste mecanismo entre os próprios trabalhadores empregados sindicalizados. Junto aos trabalhadores desempregados, urge mais do que nunca desvincular a participação sindical do pagamento compulsório deste imposto e encontrar novas maneiras de financiar as atividades sindicais, bem como novas formas de vincular os trabalhadores ao sindicato.

Isto está também relacionado com a última dificuldade econômica constatada na organização de desempregados: a necessidade de sobrevivência imediata destes trabalhadores e a prioridade que estes inevitavelmente dão à procura de emprego e não a organizações e manifestações políticas. A mobilização de trabalhadores desempregados pressupõe a busca de soluções coletivas para assegurar sua subsistência, como veremos a seguir na fala de um dos organizadores do Movimento Contra o Desemprego (MCD), que

¹¹⁹ Dirigente VI.

teve lugar na cidade de Campinas, no ano de 1997, e nas experiências argentinas de movimentos de desempregados no último capítulo.

A experiência do MCD é rica para questionar os interesses em conflito e a disposição do sindicalismo de superar estas dificuldades de organização dos trabalhadores desempregados.

b) O Movimento Contra o Desemprego (MCD)

Em 1997, organizou-se na cidade de Campinas um “Movimento Contra o Desemprego” (MCD), que teria sido uma oportunidade de engajamento do movimento sindical em uma luta mais ofensiva contra o fenômeno do desemprego. Contudo, embora o Sindicato dos Bancários da cidade tenha apoiado o movimento, o fez de forma restrita, a exemplo dos sindicatos locais de outras categorias profissionais.¹²⁰

Este movimento foi organizado por militantes sindicais que se haviam afastado há pouco tempo das entidades em que atuavam; surgiu diante da constatação do crescimento e agravamento do desemprego na cidade, com a idéia de realizar um trabalho político organizativo junto aos trabalhadores desempregados e de colocar a discussão sobre o desemprego em pauta no cenário político da esquerda local. Reuniam-se na Praça do Fórum da cidade, local de grande concentração de trabalhadores em busca dos anúncios de emprego ali colocados, e realizavam discussões com eles sobre as causas do desemprego, colocando em pauta a crítica da sociedade capitalista, rechaçando idéias como a da culpabilização do trabalhador pela situação de desemprego (expressa na atribuição do problema à desqualificação profissional); também promoveram debates públicos entre representantes sindicais e da Prefeitura; realizaram passeatas, que chegaram a reunir até 1.500 desempregados, para pressionar pela aprovação de um conjunto de reivindicações, como o passe-desemprego, a isenção de taxas e tarifas públicas (água, luz, IPTU). Procuravam submeter esta luta reivindicativa por questões imediatas à crítica mais ampla ao modo de produção capitalista, como mostra a fala do entrevistado:

“E a gente fazia essa discussão, em todo lugar que a gente ia, pedia pra falar do desemprego ou do movimento e explicitava isso: a gente tem essas diretrizes e, pra gente, isso, nessa sociedade, não se resolve. As medidas que a gente possa até tomar e as conquistas

¹²⁰ Sobre a manifestação do apoio ao movimento ver: “O Bancário”. Edição 675 de 16/09/1997.

que a gente possa atingir. Por exemplo, a redução da jornada de trabalho, ela vai dar resposta por um certo período de tempo, mas depois você vai ter inovação tecnológica e depois...40 horas semanais pode ser muito bom, mas sei lá, daqui a um tempo, 40 horas semanais não dá mais, vai ter que reduzir ainda mais a jornada, então enquanto não superar essa sociedade vai ser uma luta permanente, então era essa discussão que a gente fazia” (Militante II).

Os organizadores do MCD revelaram que convocaram todas as correntes sindicais e partidos políticos de esquerda da cidade para integrar o movimento e, embora estes (foram mencionados principalmente os sindicatos) tenham apoiado a iniciativa, declarando-se solidários a ela e oferecendo contribuições materiais, não se comprometeram suficientemente com a organização política, disponibilizando, por exemplo, dirigentes para a atuação junto aos desempregados. Isto se constituiu como uma das grandes dificuldades de manutenção do movimento, já que seus integrantes também estavam desempregados e não tinham como se manter disponíveis para dar continuidade à organização:

“O apoio que a gente esperava dos sindicatos não era o apoio material que eles deram, então davam ticket, imprimiam os boletins que a gente fazia, bancavam alguma viagem que a gente tinha; por exemplo, teve uma manifestação dos desempregados em São Bernardo, fomos lá com o nosso povo, tal, participamos da manifestação deles...Então, assim, toda nossa perspectiva sempre foi de contar com a presença dos sindicatos, mas não apenas com a presença financeira, material, do sindicato emprestar o carro de som...sempre a perspectiva que a gente colocou pros sindicatos seria de que? De deslocar um dirigente da entidade com o carro, né? Uma vez por semana, aí a gente faz uma rotatividade com todos os sindicatos, a perspectiva era um pouco essa, sempre de trabalhar com os sindicatos apoiando politicamente mesmo, se incorporando, liberando dirigentes, e aí não foi o que aconteceu, né? E aí não teve jeito, né? Precisava comer, os companheiros também, precisava trabalhar, então assim, e aí se você tem um corpo de pessoas, de dirigentes, de militantes, que mantém o movimento, aí essa coisa poderia andar, e aí quem teria mais condições estruturais pra isso seriam os sindicatos porque têm a possibilidade de liberar dirigentes, têm uma série de possibilidades e de condições, de sustentar um dirigente da entidade liberado...então, a idéia nossa era essa, mas a gente não teve esse retorno dos sindicatos” (Militante II).

Os integrantes do MCD compreendiam que era papel do Sindicato comprometer-se com a organização dos trabalhadores desempregados, porque estes devem necessariamente passar pela entidade logo após a demissão, no momento da homologação. Esta idéia, contudo, não pareceu motivar os sindicatos a se envolverem mais com o movimento, restringindo-se a ceder a estrutura material e ausentando-se da prática político-organizativa.

“Os sindicatos, na época, a gente procurou estabelecer um debate com eles que é o seguinte: os sindicatos tinham que ter uma ação junto a esse setor mais concreta porque, assim, o desempregado quando ele fica desempregado, o primeiro e um dos poucos contatos políticos que ele têm é justamente com o sindicato na hora que ele faz a sua homologação. Então, é o seguinte, se ele tiver mais de um ano lá de firma, ele tem que passar pelo sindicato. Então o sindicato, ele burocraticamente, tem esse controle pelo menos da sua área específica, da sua categoria. E nós achávamos que os sindicatos se limitaram a fazer homologação e só agitação política, né? Através de seus jornais e tal sobre o desemprego. E o desempregado ele recebia a sua indenização, saía ali do sindicato e nunca mais voltava, e a gente como ex-sindicalista a gente considerava uma contradição isso. E tinha uma certa polêmica, hoje acho que bem mais reduzida, mas na época tinha, que era o seguinte: ‘os sindicatos não servem pra mais nada’. E eu falava: ‘não, serve sim, porque puxa vida, se com sindicato tá ruim, sem sindicato pior ainda’. E eu continuo achando isso, eu acho que o sindicato é uma das grandes conquistas revolucionárias, eu acho, que os trabalhadores conseguiram ao longo dos anos, né? Isso não elimina a crítica sobre o perfil de várias diretorias sindicais, de vários diretores sindicais, de várias concepções sindicais. Então, eu achava que é o seguinte: os sindicatos é que tinham que assumir a tarefa de tanto representar os empregados de carteira assinada, tendo o salário mensal, como aqueles que passaram a não ter, mas que eram representados por você quando estavam na produção. E aí, os sindicatos...é o seguinte, falavam assim pra gente: ‘olha, (...), quem tem que organizar os desempregados são os próprios desempregados, o que a gente pode fazer é ceder a nossa estrutura pra possibilitar um desenvolvimento da organização de vocês’. A gente retrucava o seguinte: ‘isso é um dever que o sindicato deve ter, mas não é só esse de ficar nos dando grana, rodando os nossos boletins, emprestar o carro de som quando a gente ia fazer as nossas movimentações, não é só isso, né? O sindicato precisa, por exemplo, deslocar diretores pra ficar atuando junto aos desempregados, mas era uma dificuldade danada’. Os sindicatos nunca...eles até sabem disso, mas eles não incorporaram isso,

então eu acho que muito disso também causa uma certa dificuldade de você organizar os desempregados” (Militante I).

Outra dificuldade que impediu a continuidade do Movimento foi própria da necessidade imediata de sobrevivência dos trabalhadores desempregados; estes não tinham condições de permanecer na luta e deixar de procurar emprego; além disto, aqueles que conseguiam um emprego, ou ao menos um “bico”, desapareciam e não voltavam mais, ou voltavam semanas depois, o que provocava uma grande rotatividade dos participantes. Um dos entrevistados aponta esta como uma *“dificuldade real de organizar pessoas que não estavam atuando coletivamente em nada”* (Militante I). A ausência de vida coletiva dos desempregados complica as possibilidades de organização conjunta.

Neste sentido, um dos organizadores do Movimento faz uma autocrítica dizendo que falharam também em não relacionar a luta reivindicativa e o debate político com a busca de formas de garantir a sobrevivência dos trabalhadores desempregados, constituindo espaços de trabalho coletivo, por exemplo; o que promoveria também a unidade deste grupo social. O entrevistado cita o exemplo de movimentos de desempregados na Argentina, onde se organizaram grupos de trabalho e comunidades “auto-sustentáveis” de trabalhadores desempregados.

“Mas eu digo assim, alguns movimentos lá que a gente conheceu, eles têm uma perspectiva coletiva, no sentido de oferecer pra quem vai se aproximando do movimento, um espaço por exemplo, sei lá, de montar uma padaria coletiva, uma padaria comunitária, uma pequena confecção, o camarada trabalha lá, mas ele milita no movimento também. Então eu acho que, assim, o grande erro nosso foi isso, né? De ficar muito nesse caráter econômico, a pesar de toda a perspectiva política, ideológica que a gente tinha, mas de ficar muito nesse caráter econômico, bater na Prefeitura, bater no Governo e tal, redução da jornada de trabalho, e não perceber que pra fazer essa luta você tem que ter gente, e aí você precisa ter esse espaço, digamos assim, de sustentação dessas pessoas, bem como o MST faz, né? Eu acho que esse foi o nosso, da nossa parte, o erro maior nosso, que a gente não se atentou, por falta de compreensão, por uma série de questões, foi essa visão de que a luta econômica por si só já iria despertar essa consciência coletiva, essa consciência mais política e tal, acho que foi um erro nosso” (Militante II).

Quanto à falta de envolvimento dos sindicatos, os entrevistados a atribuem a um certo “comodismo” de não enfrentar a grande dificuldade que representa o desespero provocado pela situação de desemprego. Segundo os organizadores do Movimento, os desempregados são um “setor complicado de lidar” porque se trata de pessoas em situações limite, trabalhadores que não têm dinheiro para o transporte de sua casa ao centro da cidade para procurar emprego, que optam entre pagar a condução ou tomar um café com pão com manteiga, que passam o dia fora de casa para não contar para a esposa que estão desempregados; e os sindicatos não teriam interesse em enfrentar este problema: “*Os sindicatos estavam muito confortáveis, os dirigentes sindicais na sua posição, não queriam arrumar problema de ficar trabalhando com desempregado e tal*” (Militante I).

Além disto, é levantada a questão dos interesses políticos: os organizadores do Movimento não estavam ligados a nenhuma das correntes políticas da cidade, o que poderia ter se constituído como um ponto de conflito:

“Quem se propunha a fazer isso não estava ligado a nenhuma das correntes sindicais ou políticas da cidade que poderiam transformar o Movimento em um Movimento dessa ou daquela corrente. Não diretamente, mas assim, indiretamente por quem estava dirigindo. Então acho que, talvez um dos fatores que fez com que inclusive os sindicatos não ajudassem, foi isso. Isso nunca ninguém disse, mas é uma coisa que a gente sempre achou que por trás disso tinha esse fator, né? Das direções sindicais, ou das correntes políticas da cidade, não quererem dar trela pra um movimento que poderia ganhar corpo e quem está dirigindo esse negócio aí são pessoas que, na época, não estavam ligadas a nenhuma corrente sindical, com exceção do (...), mas não estavam ligadas a nenhuma corrente sindical ou partido político. Isso assim nunca foi explicitado, mas eu sempre desconfiei que estava por trás da falta de apoio dos sindicatos” (Militante II).

Um terceiro fator destacado é o apego a uma das bases da estrutura corporativa sindical: o imposto obrigatório; como não é possível cobrá-lo do trabalhador desempregado, os sindicatos se isentam de representá-lo; e, ligado a isto, a limitação que significa representar somente os membros formais da categoria e seus interesses:

“Então eu acho que é possível os sindicatos terem esse papel; o problema é que os sindicatos voltaram-se hoje pra representação meramente institucional, que é o seguinte, que é aquele que me dá

o imposto sindical, que paga a mensalidade de associado do meu sindicato, esses eu represento, assim da categoria; se não tem mais nada a ver diretamente, a gente se solidariza e tal, mas não cria um mecanismo de representação. Eu não tenho muito bem claro quais seriam esses mecanismos, mas eu acho que os sindicatos eles não podem se limitar a essa representação muito reduzida hoje que é nível de salário, porque os sindicatos embora eles passem dificuldades reais hoje, ainda é uma das instituições de credibilidade na sociedade em geral que ainda goza de um nível razoável, de bom pra ótimo, porque existem muitos sindicatos que ainda fazem a luta e tal e isso faz com que a concepção sindical mais atuante ainda tenha uma certa visibilidade, isso faz com que tenha credibilidade. Mas o pessoal parece que está meio perdido, se burocratizaram, se despolitizaram, perderam um pouco...” (Militante I).

A despolitização do movimento sindical foi apontada como uma questão de fundo para a dificuldade de atuação junto aos trabalhadores desempregados, pois tem provocado o “abrandamento” da ação sindical, o apaziguamento da luta contra o capitalismo, a aceitação deste como realidade última. Segundo um dos entrevistados: *“Se não há convicção política, ideológica, o camarada cede mesmo, e acontecem essas coisas”* (Militante II). Segundo o outro, os sindicatos não souberam ainda dar uma resposta às dificuldades reais impostas pela avalanche neoliberal, e, *“quando tentou dar, tentou acho que pela direita, eu acho, se adaptando à situação e procurando, cada vez mais, cuidar só do seu mundinho, aí não tem como lidar com os desempregados, com os movimentos sociais”* (Militante I). A idéia de que o Socialismo não seria mais uma possibilidade histórica tem tido penetração no movimento sindical e isto repercute na elaboração de sua plataforma reivindicativa e na extensão dos limites de sua atuação:

“Essa relação da prática sindical hoje com essa questão teórica, eu acho que se você for discutir com um sindicalista que seja minimamente formado, eles vão falar: ‘não, nosso objetivo é uma outra sociedade, uma sociedade socialista’. Mas, na verdade, a prática ela não tem correspondido muito, né? Porque muitos deles, né, correntes inteiras sindicais acham que o socialismo sofreu uma derrota e que não é viável hoje mais você lutar pelo novo regime social, que acabe com a exploração e que dê o controle da produção social para os trabalhadores, ou seja, outro regime social; ‘nosso negócio aqui é salário’, entendeu? É cidadania, é o sindicato-cidadão, é o que a gente pode construir

hoje e ponto final'. Ai eles usam uma máxima que é o seguinte: 'sindicato não é partido político, então o sindicato não tem que estar reivindicando o socialismo' e tal. Quando, na verdade, o sindicato é uma instituição de frente única dos trabalhadores e os socialistas que atuam nessa área têm a obrigação de estar levando esse debate justamente aonde se reúnem milhares de trabalhadores. Então, o que a gente precisava ver é como conjugar uma atuação que unifique sindicatos, movimento sem terra, porque a gente sempre fala disso, anos e anos, precisa fazer isso, precisa fazer aquilo, mas eu acho que na verdade a gente não tem muito eixo” (Militante I).

A atuação do movimento sindical na atual conjuntura política do Governo Lula é apresentada como exemplo deste “apaziguamento” e da dificuldade de constituição de movimentos sociais autônomos, independentes da institucionalidade, inter-relacionados em torno de um eixo comum:

“Agora, está tendo uma rearticulação de vários movimentos sociais e partidos políticos e tal, mas se a gente for ver, as reivindicações que esse conjunto vai ter são reivindicações de estar pressionando o governo Lula para o governo dar uma caída à esquerda e que concretize reivindicações básicas dos trabalhadores; até aí tudo bem, o problema é que o movimento ele fala isso com todas as letras que é um movimento pra ajudar o governo Lula na luta contra o seu setor de direita, ou seja, a gente faz um grande esforço positivo de dar um pouco de organicidade pra esses movimentos sociais poderem ter um eixo comum e poderem atuar minimamente em conjunto, mas aí o eixo vem como uma coisa, entendeu, a reboque da instituição...tanto os sindicatos quanto qualquer movimento social ele tem que ser autônomo, independente de quem quer que seja, e essa experiência é difícil de ser feita, é difícil, porque a gente está carregado, de além de ser sindicalista, a gente é de partido A ou B, entendeu, então a gente embola tudo. Haja visto agora nessa votação sobre as reformas, teve sindicalista que defendeu o governo, contra si mesmo, então ...” (Militante I).

Os organizadores do MCD procuraram estruturar o Movimento a partir de uma plataforma política revolucionária, promovendo desde o princípio uma crítica ao modo capitalista de produção e destacando o desemprego como fenômeno inerente a ele, cuja superação exige a mudança das relações sociais de produção. Portanto, consideraram a necessidade de incluir um trabalho de conscientização política e formação teórica dos trabalhadores desempregados na organização de um Movimento Contra o Desemprego. O

que, inclusive, foi destacado por um dos organizadores como uma das conquistas do Movimento: a formação de pessoas que depois passaram a atuar nos movimentos sociais da cidade. As ações que se propuseram tinham a intenção de ir além das reivindicações imediatas como o passe-desemprego ou a isenção de taxas e impostos, mas as dificuldades citadas, como a falta de unidade e assiduidade dos trabalhadores desempregados no Movimento, a falha do Movimento de não procurar organizar formas de trabalhos coletivos que garantissem a unidade e a sobrevivência destes trabalhadores, e a falta de comprometimento das entidades sindicais com o trabalho político organizativo, impediram a continuidade do Movimento e a realização de outras atividades. A falta de comprometimento das entidades sindicais é atribuída a diversos fatores: “comodismo” dos dirigentes, apego ao imposto sindical, conflito de interesses políticos, a despolitização do movimento sindical, o abandono da perspectiva socialista e a conciliação com o capitalismo.

Os entrevistados destacaram que a perspectiva da luta de classes e de superação da sociedade capitalista não precisa ser abandonada, e de que os sindicatos e partidos políticos ainda têm um papel importante na luta das classes trabalhadoras; neste sentido, a organização de formas de resistência ofensiva contra o capital deve ser pensada e, para tal, deve ser considerada uma forma de superar a dificuldade imposta pelo desemprego à atuação de sindicatos e partidos.

“Tanto os sindicatos como os partidos políticos ainda têm um papel importante na luta social. E o que que é a luta social? É a luta de classes, eu acho. Eu ainda creio no seguinte, nessa tese de que o que move a sociedade e os seus desdobramentos é a luta de classes; e que os partidos e os sindicatos são essenciais, desde que eles se disponham a ter uma nova forma de como realizar com realidades um tanto diferentes, assim, de 20 30 anos atrás...e que o desemprego é uma das causas principais da dificuldade de atuação dos partidos políticos e dos sindicatos junto à classe que eles pretendem representar” (Militante I).

A organização de trabalhadores desempregados foi apresentada por estes entrevistados como uma questão central para a retomada do movimento sindical na atual conjuntura política; e a configuração que sugeriram desta organização é de enfrentamento com o capital.

“Esse papel teria que ser dos dirigentes sindicais, e eu acho que por exemplo uma das coisas que as organizações sindicais poderiam fazer, por exemplo, já que não dá pra você segurar, né? A empresa anuncia que é o seguinte: vou mudar do Brasil porque a mão de obra não sei aonde é mais barata, vou mandar minha fábrica pra lá. Tudo bem, não dá pra você evitar, então é o seguinte: a gente vai organizar esses trabalhadores, vamos cadastrar todos eles, e se esse prédio dessa empresa ficar abandonado, a gente ocupa esse prédio e vamos exigir do BNDES, de quem quer que seja, a liberação porque a gente quer montar aqui uma fábrica que vai ser, que vai funcionar segundo um sistema coletivo, tocada e administrada pelos trabalhadores, pra produzir artigos e bens de consumo...acessível à população. Então acho que há outras possibilidades que daria pra você organizar os desempregados, montar acampamento de desempregados dentro de fábricas desativadas, barracão de fábrica desativada, exigindo abertura de crédito, de financiamento pra montar uma fábrica...eu acho que têm, teria algumas possibilidades e perspectivas pra você trabalhar que não fossem talvez só essa como a gente tentou fazer, mas que daria pros sindicatos trabalhar isso, porque têm a estrutura pra isso. Falta mesmo essa maior agressividade das direções sindicais, de todas as correntes, não é só dessa ou daquela” (Militante II).

Em definitiva, o que esta experiência do MCD e a avaliação da atuação do Sindicato dos Bancários junto a ele revelam é que, para além das dificuldades objetivas, imediatas, organizacionais, práticas, de mobilização dos trabalhadores desempregados, há um problema de conflito de interesses, há uma definição estratégica da luta, há uma opção ideológica e um posicionamento político do sindicato em relação ao tema, do que se depreende que: **a dificuldade de mobilização dos trabalhadores desempregados no âmbito sindical refere-se também ao posicionamento político e ideológico da entidade, à definição de sua plataforma de luta reivindicativa e política.**

IV. O desemprego no capitalismo (contemporâneo)

O posicionamento político e ideológico da entidade refere-se aos temas discutidos ao longo deste trabalho, a saber, a identidade de classe do trabalhador bancário, o posicionamento do sindicalismo bancário em relação aos sindicatos operários, a adesão ou não a determinados postulados da ideologia dominante, a postura conciliatória ou combativa na relação com o patronato, a definição ou não de um projeto social alternativo como perspectiva política, que complemente a luta reivindicativa de curto prazo, a delimitação do papel e do alcance da atividade sindical na transformação da sociedade.

Todas estas questões informam a configuração da organização da luta sindical, inclusive naquilo que nos interessa especificamente: a atuação em relação às demissões em massa no setor bancário e a mobilização dos trabalhadores desempregados. Neste capítulo, vamos desenvolver uma última questão crucial para esta análise: a relação entre a compreensão presente no movimento sindical sobre os determinantes do desemprego e a caracterização da luta contra o fenômeno levada a cabo pela entidade. Por exemplo, se atribuímos o desemprego à falta de qualificação, ou seja, se partimos do pressuposto de que há vagas de emprego disponíveis, mas não há força de trabalho adequadamente qualificada para ocupá-las, a proposta para superar este impasse será simplesmente oferecer cursos de requalificação profissional. Se o desemprego se atribui à falta de compromisso governamental com a regulação do mercado, à falta de incentivos ao investimento ou à falta de regulamentação das demissões, estas serão as reivindicações trazidas pelo movimento sindical. A concepção dominante sobre o fenômeno do desemprego no capitalismo contemporâneo - onde se situa a questão específica das demissões no setor bancário - informa o conteúdo das reivindicações propostas pelos sindicatos.

Com o intuito de relacionar o conteúdo da ação sindical bancária frente às demissões no setor com determinadas concepções e análises sobre o fenômeno do desemprego no capitalismo contemporâneo em geral, apresentaremos a seguir uma breve retomada de algumas perspectivas sobre o tema, desenvolvidas no âmbito da sociologia do desemprego, da economia (liberal e progressista) e de uma perspectiva marxista.

Desde já, adiantamos uma conclusão: **a postura pouco combativa do sindicalismo bancário frente às demissões**, para além de todas as dificuldades anteriormente apontadas, **pode ser atribuída também à naturalização do desemprego como algo inevitável e à falta de problematização do fenómeno de uma perspectiva política de classe.**

1. Concepções dominantes

a. Sobre a “Sociologia do Desemprego”

Diante da dimensão crescente que o desemprego vem tomando nas relações de trabalho capitalistas, manifesta-se na sociologia a necessidade de realizar estudos que enfoquem o fenômeno e os trabalhadores afetados por ele. Motivados por esta necessidade, estudiosos têm retomado trabalho no domínio da chamada “sociologia do desemprego”; domínio que procura suprir uma falta na sociologia do trabalho decorrente de seu enfoque sobre os trabalhadores empregados, aqueles chamados de “sobreviventes” no mercado de trabalho na atual conjuntura. Segundo Maruani e Reynaud (1993:27), o desemprego é um objeto sociológico relativamente periférico, que está mais presente no domínio da economia, no debate social e na polêmica política; contudo, as autoras afirmam que a sociologia deve refletir sobre a produção do desemprego e seus efeitos, uma vez que as idéias de gênese e história social de uma categoria inscrevem a questão na problemática de sua construção social.

A “sociologia do desemprego” apresenta uma preocupação com a própria noção de desemprego, ou seja, com a evolução histórica da noção social que se tem do fenômeno, da compreensão e legitimação social das noções de emprego e desemprego; Maruani e Reynaud (1993:28) apresentam este domínio como reflexões sobre os contornos e fronteiras do conceito de desemprego na história, o que não se deve confundir com as interrogações sobre as medidas estatísticas do fenômeno; ou seja, a definição do que é ou não situação de desemprego decorre de lógicas institucionais e julgamentos sociais que precedem a medição do fenômeno.

A “sociologia do desemprego” formula perguntas sobre os trabalhadores em situação de desemprego e se compromete com dois objetivos: suas condições de “empregabilidade” e políticas de assistência aos mesmos. Segundo esta perspectiva de análise, o conceito moderno de desemprego precede o próprio desemprego moderno e foi forjado para conceber e legitimar políticas de reforma (Cf. Topalov, 1994:15).

Segundo Topalov (1994:15), a noção de desemprego é um produto do esforço de classificação de suas diferentes formas de manifestação; esta classificação e a definição

daquilo que importa ou convém que seja transformado em trabalho e emprego fundam a objetivação científica do desemprego. A classificação da população nestes termos, ao mesmo tempo, enuncia o problema, estabelece suas causalidades e prescreve as soluções (Cf. Topalov, 1994:192).

Entre as décadas de 1880 e 1890 surge na Inglaterra a noção de “desemprego” que conhecemos hoje, ou seja, um fato social não redutível a manifestações individuais. Surge como correlato necessário da generalização forçada da relação salarial estável, o trabalho moderno, no sentido de que, ao se definir o trabalhador que será incluído, define-se também aquele que será excluído. No caso, Topalov (1994:22) coloca que a norma social da relação salarial estável aplica-se fundamentalmente aos homens adultos, cidadãos de um país, e que esta norma está acompanhada de exclusões que constituem as categorias ‘naturalmente’ distintas dos trabalhadores: mulheres, jovens, estrangeiros e negros (o que varia em diferentes contextos históricos e sociais).

No final do século XIX, se iniciam na Inglaterra, nos EUA e na França, discussões sobre a questão dos “sem-emprego” e procura-se criar categorias concernentes aos “empregados” e aos “desempregados”, mas fundamentalmente a diferenciar entre estes últimos aqueles que estão involuntariamente nesta situação, aqueles que estão em situação de trabalho precário, aqueles que não teriam mesmo posição no mercado de trabalho (por exemplo, mulheres em determinadas sociedades), aqueles afastados por condições específicas (como doença ou invalidez), aqueles em situação de pobreza ou indigência, com vistas a formular medidas compensatórias, tais como seguro-desemprego ou assistência pública. Em última instância, a questão é definir quem pode se valer da qualidade de desempregado, pois assim se define quem terá acesso (ou será “merecedor”?) ao seguro, indenização ou socorro público (Cf. Topalov, 1994: 191).

O autor coloca que a dificuldade dos “classificadores” era fazer a distinção entre os “verdadeiros” e os “falsos” pobres, entre aqueles que era necessário e benéfico socorrer e aqueles que se aproveitavam para escapar dos deveres do trabalho e da previdência (“*prévoyance*”) (Cf. Topalov, 1994: 193). A categoria “desempregado” estará relacionada à categoria de “pobre válido e merecedor” (“*pauvre valide et méritant*”) (Cf. Topalov, 1994: 242), ou seja, não se considerará desempregado o “mendigo profissional”, acomodado a esta situação; o desempregado não é culpado, é vítima das circunstâncias, diferentemente

de outros pobres não merecedores. Esta é a mudança que se opera com a definição da categoria: exonera-se o desempregado do estigma moral e se define sua situação com base em princípios radicalmente novos. O problema passa a ser tratado como social e não pessoal, decorrente da existência de um grande número de pessoas inaptas ao trabalho, dentro do que se inclui o tema da qualificação profissional, e de questões de natureza industrial: como o declínio de uma indústria, a mecanização, mudanças de localidade, variações sazonais da produção, ciclo geral do comércio e a reserva de mão de obra necessária para enfrentar as variações de demanda.

O desemprego é admitido como inevitável: *“C’est pourquoi il faut admettre que le chômage lui-même est dans une certaine mesure inévitable”* (Topalov, 1994: 371) e a questão é amenizar suas conseqüências, através de medidas como a redução da jornada de trabalho, os seguros, o trabalho público. A questão é a necessidade de intervenção pública para regular as mudanças estruturais da indústria; o cerne do problema está na organização racional da mobilidade dos trabalhadores entre os diferentes empregos e na redução da reserva de mão de obra necessária para esta mobilidade (Cf. Topalov, 1994: 372).

A reinterpretação dos elementos, a redefinição do que se entende por desempregado e pobre, está diretamente relacionado com as políticas públicas adotadas (assistência social, seguro desemprego, políticas macro-econômicas de pleno emprego, direitos sociais ligados ao trabalho). A partir de 1900, o desemprego passa a ser interpretado como fato social ou problema industrial e a questão maior passa a ser explicar, medir e prevenir o desemprego, mais que classificar, nomear e tratar os desempregados. Esta mudança de perspectiva se apóia na ruptura com o diagnóstico moral do desemprego e na definição do “desempregado autêntico”. A distinção entre este e os outros “sem emprego” é fundamental para a questão das despesas públicas. Em um primeiro momento, em 1834, a reeducação do “résidu” é o centro da questão; na construção do Estado social passa a ser a construção de um estatuto de assalariado por um conjunto diversificado de direitos sociais e contratos coletivos. Paralelamente aos direitos ligados ao trabalho assalariado, nasce a figura do inválido, do doente, da mãe de família sem recursos e do desempregado; e a questão de sua definição, tratamento e contagem passa a ser resolvida por um “dispositivo institucional e impessoal, criador de direitos e deveres: o seguro obrigatório.” A preocupação é estabilizar a questão salarial, o trabalho regular, ao maior número possível de pessoas, e atender com o seguro,

temporariamente, aqueles que estiverem em situação de desemprego por diferentes causas (Cf. Topalov, 1994: 409-410).

Segundo Topalov, o resumo da história da “invenção do desempregado” é o seguinte (é importante lembrar que o autor privilegia a construção social das noções de “desemprego” e “desempregado” em relação ao fato objetivo, de determinação econômica): a questão é definir quem “merece” ou não o seguro obrigatório. Como mostra o exemplo do discurso de Churchill: “*L’éligibilité à l’assurance doit être actuarielle. Vous êtes éligible, nous payons. Si vous ne l’êtes pas, inutile de venir nous voir*”. E quando perguntado sobre a legitimidade de recusar o subsídio a um trabalhador que perde seu emprego por problemas pessoais (como o alcoolismo, por exemplo) e somente fornecê-lo àquele que o perde por questões industriais, por determinação do empregador, responde: “*Je n’aime pas mélanger la morale et les mathématiques*” (Apud Topalov, 1994: 412).

Nesta linha da sociologia do desemprego, Guimarães (2001:10) analisa a “re-significação” das noções de emprego e desemprego na atual conjuntura; sua tese é a de que se configura um rompimento do nexos entre estas duas situações: a subutilização do trabalho deixa de assumir a forma clássica e única do desemprego aberto e passa a se expressar em múltiplas formas – o trânsito à inatividade de indivíduos no auge de sua vida ativa, as formas precárias e/ou atípicas dos postos de “baixa” qualidade e o desemprego de longa duração.

O desemprego deixa de ser reconhecido e legitimado social e institucionalmente como algo transitório e involuntário e assume um caráter permanente, constituindo, inclusive, uma nova categoria social de “desempregado de longa duração” (isto fundamentalmente nos países centrais do capitalismo que têm maior tradição de regulação e proteção ao trabalho): “o desemprego deixa de ser codificado como a privação involuntária e ocasional do trabalho (e, como tal, juridicamente reconhecido e estatisticamente mensurado) e passa a adquirir um caráter de extraordinária permanência” (Guimarães, 2001:9).

Segundo a autora, essa nova configuração do emprego, que assume formas “atípicas”, e a redefinição moral, social e institucional da situação de desemprego precisam ser levantadas e classificadas com o objetivo de formular políticas (governamentais,

sindicais e empresarias) de regulação do emprego e gestão do desemprego, bem como medidas que incrementem as condições de empregabilidade dos trabalhadores excluídos dos ambientes de trabalho reestruturados.

A “sociologia do desemprego”, portanto, parte da existência do desemprego como algo dado, cuja construção social possui características específicas ao longo da história do trabalho, assumindo diferentes formas de compreensão e legitimação social, de julgamento moral e de normatização institucional. A existência do fenômeno não é problematizada, apenas suas variadas manifestações, cuja classificação visa a elaboração de políticas de gestão adequadas a cada tipo de ocorrência em cada contexto histórico e social. Esta classificação tem sua relevância para revelar a extensão e o alcance do problema entre as classes trabalhadoras e para propor medidas transitórias de apoio àqueles que se encontram em tal situação. Contudo, a historização das formas que assume o desemprego deve levar em conta o advento e a evolução do modo de produção capitalista, unificando todas estas formas como manifestações de um mesmo mecanismo fundamental do processo de acumulação de capital: a formação do Exército Industrial de Reserva ou, como proporemos, Exército Laboral de Reserva, com o intuito de atualizar o conceito.

b. Sobre as teorias econômicas do desemprego

Amadeo e Estevão (1994) apresentam a questão do desemprego do ponto de vista estritamente econômico, analisando a relação de causalidade entre as taxas de desemprego e os níveis salariais (nominal e real) segundo a teoria econômica neoclássica, keynesiana e kaleckiana.

Segundo os autores, no final da década de 1970, havia um consenso entre os macroeconomistas (keynesianos ou monetaristas) de que a rigidez dos salários nominais seria a causa do desemprego e de que “se os salários fossem flexíveis, a informação fosse perfeita e os agentes tivessem expectativas racionais¹²¹, o sistema estaria continuamente em

¹²¹ A expectativa racional refere-se ao modelo de Friedman, segundo o qual existe um nível de preços esperado pelos trabalhadores e um nível de preços efetivo; “se os trabalhadores prevêm com perfeição o nível de preços, a oferta de trabalho e o nível de emprego correspondem ao pleno emprego. No entanto, se os trabalhadores cometem erros expectacionais – que são a origem da ilusão monetária nesse modelo particular – o nível de emprego efetivo será diferente do pleno emprego.” (Amadeo e Estevão, 1994: 42) Os erros

equilíbrio com pleno emprego” (Amadeo e Estevão, 1994:31). A “recusa ou incapacidade do trabalhador em aceitar uma remuneração correspondente ao valor do produto atribuído à sua produtividade marginal” teria como conseqüência um tipo de desemprego voluntário (Keynes *Apud* Amadeo e Estevão, 1994:30).

Na teoria kaleckiana, o desemprego decorre de situações em que o salário real (o poder aquisitivo, medido pelo volume de mercadorias que permite adquirir) é muito baixo, e, portanto o nível de demanda agregado é incapaz de absorver a totalidade da força de trabalho. Ao contrário, para os neoclássicos, se o custo do trabalho for muito alto, as firmas tenderão a empregar menos, de modo que o pleno emprego depende da fixação do salário real em níveis baixos; se o mercado funcionar livremente, se não houver impedimentos à fixação do salário real, o pleno emprego será atingido. Ao contrário, se houver barreiras, ou sindicatos, que dificultem este funcionamento, então haverá desemprego.

“A ‘explicação padrão’ neoclássica para o fenômeno do desemprego centra-se na existência de instituições – na maior parte das vezes, sindicatos – que distorcem o funcionamento ‘natural’ do mercado, fazendo com que o salário real seja fixado em um nível maior do que aquele que promoveria a absorção do total de emprego ofertado” (Amadeo e Estevão, 1994: 53).

O que nos interessa fundamentalmente é justamente este conflito. A teoria econômica parece elaborar aqui um funcionamento mecânico e auto-regulado da economia em um plano abstrato, onde seria possível chegar ao pleno emprego. Observa, contudo, que há obstáculos que impedem o livre funcionamento e o sucesso deste mecanismo; o interessante é que estes obstáculos são os trabalhadores e suas instituições representativas que, em uma demonstração de seu egoísmo, relutam em reduzir o nível salarial para (supostamente) aumentar a quantidade de empregos oferecidos; os trabalhadores sindicalizados teriam um comportamento “maximizador de interesses”, procurando garantir não somente o maior nível salarial possível, como também o maior nível de emprego possível! Além disto, haveria um conflito egoísta entre “*insiders*” e “*outsiders*”, onde os

expectacionais dos trabalhadores e das firmas seriam a causa do desequilíbrio do sistema; se supuséssemos “expectativas racionais” de ambas as partes, o sistema nunca se afastaria do pleno emprego.

primeiros negociariam maiores salários para defender seus interesses e, com isto, perpetuariam a taxa de desemprego.

Quanto a estas teses liberais, Husson (1996:74) mostra que a austeridade salarial não teve estes “efeitos benéficos” esperados sobre o desemprego, como o exemplifica a baixa que houve entre 1982 e 1994 (na França) na parcela do lucro investido em salários, de 69% a 60%, enquanto a taxa de desemprego elevou-se de 8% para 12,4%.

Aparentemente, o que se quer fazer crer é que a economia possui um sistema de funcionamento autônomo e altamente eficiente, desde que livre de interferências. A resistência dos trabalhadores é apresentada como algo maléfico a eles mesmos, algo que desequilibra um mecanismo que, em perfeito estado, seria benéfico para todos. Sob esta roupagem, estas teorias não explicitam os interesses de classe que defendem, mas está claro que o conflito está presente, está claro que a resistência dos trabalhadores impõe dificuldades e que se pensa estrategicamente maneiras de debilitar esta resistência.

É o caso, por exemplo, do artigo publicado na *American Economic Review*, citado por Amadeo e Estevão (1994:132), de Shapiro e Stiglitz, sob o explicativo título de “*Equilibrium unemployment as a worker discipline device*”, onde afirmam que com um salário real elevado, as firmas empregam menos gente e “este nível de desemprego deve ser suficientemente grande para gerar o desincentivo à preguiça necessário à elevação da produtividade do trabalho, pois (agora) o trabalhador que for despedido não (mais) será readmitido instantaneamente.”

Este poder de controle do empregador sobre a relação entre níveis salariais, produtividade e mobilização sindical, através das demissões, precisa ser explicitado e, mais do que isso, é importante destacar a consciência que se tem disto e não ignorar o conflito de interesses que engendra.

“Nesta situação os dirigentes da firma teriam duas saídas: ou dispensam parte da força de trabalho empregada tentando desta forma enfraquecer o poder de mobilização dos trabalhadores, através do aumento do medo de dispensa, e, ao mesmo tempo, iguala a produtividade do trabalho ao nível do salário real; ou aumentam o nível de salário pago aos seus trabalhadores, visando à diminuição do descontentamento salarial e, com isso, do ativismo sindical, o que resulta na elevação da produtividade do trabalho.” (Amadeo e Estevão, 1994: 151)

Esta não é uma escolha isenta, evidentemente, está pautada em interesses de classe e sua definição depende da conjuntura da luta de classes, da capacidade de resistência dos trabalhadores em dado contexto histórico. Como demonstra Marx em “Salário, preço e lucro”, uma alta geral da taxa de salários significa uma baixa geral da taxa de lucro; o lucro total do capitalista é o montante total da mais-valia extraída na jornada de trabalho, e a taxa de lucro é a proporção entre este lucro total e o capital desembolsado em salários e em meios de produção, de modo que se aumenta a porcentagem do lucro total que vai para os salários, há uma diminuição da taxa de lucro. Na definição destas proporções, “a questão se reduz ao problema da relação de forças dos combatentes” (Marx, s.d.:375).

O valor da mercadoria força de trabalho se determina pelo valor dos artigos de primeira necessidade exigidos para sua produção, desenvolvimento e perpetuação; isto, por sua vez, varia de acordo com o padrão de vida tradicional em cada país. O máximo do lucro do capitalista está limitado ao mínimo físico dos salários, mas não há um máximo de salário possível de se fixar; somente a luta incessante entre capital e trabalho define, em cada situação histórica, as proporções entre lucro e salário, ou seja, a luta do capital será sempre no sentido de abaixar ao mínimo o salário, enquanto os trabalhadores devem lutar constantemente por seu aumento.

Avançando um pouco mais, Marx demonstra que com o desenvolvimento das forças produtivas ocorre uma aceleração da acumulação de capital e, simultaneamente, opera-se uma mudança progressiva na composição do capital: o capital fixo cresce com mais rapidez que o capital variável. Portanto, ao se desenvolver a indústria, a procura de trabalho pelo capital aumenta em proporção constantemente decrescente em relação ao ritmo da acumulação do capital. Com isto, Marx (s.d.:377-378) afirma:

“Estas breves indicações bastarão para demonstrar, precisamente, que o próprio desenvolvimento da indústria moderna contribui por força para inclinar cada vez mais a balança a favor do capitalista contra o operário e que, em consequência disto, **a tendência geral da produção capitalista não é para elevar o nível médio normal do salário, mas, ao contrário, para fazê-lo baixar, empurrando o valor do trabalho mais ou menos até seu limite mínimo.**”

Neste sentido, Marx coloca a seguir que a classe operária deve lutar pela elevação dos salários, mas não deve “exagerar a seus próprios olhos o resultado final destas lutas diárias. Não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos”; propõe que “em vez do lema conservador de: ‘Um salário justo por uma jornada de trabalho justa!’”, se inscreva na bandeira operária esta “divisa revolucionária: ‘Abolição do sistema de trabalho assalariado’.”

Entra aí a análise do autor sobre o limite da resistência sindical: afirma que esta é deficiente por limitar-se a uma “luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente”, em lugar de se esforçarem para mudá-lo, “em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária.”

A questão é que a avaliação do desemprego como resultante da rigidez salarial oculta o conflito de interesses que a luta pela redução e aumento salarial engendra. É preciso considerar que a luta salarial se desenvolve incessantemente entre capitalistas e trabalhadores, cada um exercendo pressão em sentido oposto, e que a baixa e o aumento salarial atendem a interesses de classe divergentes, de modo que a relação entre desemprego e salários não pode ser pensada apenas como algo mecânico. A baixa salarial é de interesse do lucro capitalista e a pressão do capital será neste sentido; as classes trabalhadoras organizadas constituem, evidentemente, um obstáculo a esta baixa, de modo que os empregadores procurarão removê-lo, fragilizando sindicatos e minando a capacidade de organização dos trabalhadores; neste intuito, o medo da demissão entre os empregados e a situação de desemprego de muitos trabalhadores é bastante funcional. As classes trabalhadoras e seus sindicatos representativos, por sua vez, procurarão sempre lutar pela elevação dos salários, reduzindo as taxas de lucro capitalistas e aumentando seu poder aquisitivo; esta luta não elimina, contudo, a necessidade de não pleitear somente melhores condições de venda da força de trabalho, mas também de questionar o próprio fundamento da relação de produção capitalista, onde há uma cisão entre os que possuem os meios de produção e os que dispõem apenas de sua força de trabalho para sobreviver.

Há análises de economistas que relacionam o funcionamento da economia com sua gestão política, ou seja, que não lhe atribuem autonomia e inexorabilidade. Neste sentido, segundo Pochmann (1999), o desemprego é um fenômeno intrínseco ao processo de acumulação de capital, mas há variações nas formas historicamente condicionadas de reação política ao fenômeno. A intensificação do desemprego no capitalismo do final do século XX é atribuída pelo autor ao rompimento com as políticas de integração social difundidas após a Segunda Guerra Mundial nos países centrais do sistema: a constituição do Estado de bem-estar social, a busca do pleno emprego, o fortalecimento de sindicatos e partidos comprometidos com os trabalhadores, configuraram um padrão de integração social que resultou em sinais de redução dos níveis de pobreza e melhora na distribuição de renda. Após os anos 1970, com o advento de uma nova crise econômica, com a eleição de governos de direita nestes países centrais, comprometidos com as políticas neoliberais, houve, ao contrário, uma exacerbação da exclusão social, cujas formas dominantes são o desemprego e o subemprego; a solução para esta questão seria a minimização dos níveis de desemprego, já que este se considera intrínseco ao capitalismo e sua superação não está em pauta, a partir de uma atuação do Estado que constitua um novo padrão (não excludente) de integração social.

Mattoso (1995) também atribui o que denomina de “desordem do trabalho” - ou seja, a crescente insegurança de pertencer ou não ao mercado de trabalho, a redução relativa ou absoluta de empregos estáveis ou permanentes, a fragmentação do trabalho, a precariedade das condições de contratação, o enfraquecimento das práticas reivindicativas de conflito e negociação, as organizações dos trabalhadores colocadas na defensiva, os níveis de sindicalização baixos e etc - à ruptura com o compromisso keynesiano e à conseqüente não priorização do pleno emprego como objetivo dos governos.

Na mesma linha de análise, ou seja, relacionando o desenvolvimento econômico e sua gestão política, Dedecca (1996:20) afirma que a questão do emprego deve ser pensada como “problema de organização e dinâmica do capitalismo na atualidade”; a dominância dos mecanismos de mercado deve ser substituída pela dominância do interesse público, o que exige mais que nada uma rearticulação dos interesses políticos que apontem esta direção.

Estas leituras avançam no sentido de desobscurecer o fato de que a economia não possui um mecanismo autônomo de desenvolvimento e que a intervenção política constitui uma forma de regulação de seu funcionamento. Contudo, parece pressupor a existência de uma “boa regulação” e de uma “má regulação”, ou inexistente – como prega o liberalismo. O modelo de regulação fordista corresponderia a um bom exemplo, onde o capitalismo controlado pelo Estado interventor garantiu “pleno emprego”, salários elevados, capacidade de consumo, direitos sociais ligados ao trabalho e ampliação da capacidade reivindicativa dos trabalhadores; ao contrário da atual forma de gestão política, que não prioriza estas questões e que configura um “capitalismo excludente”.

Mas falta questionar o contexto de constituição e desmantelamento do modo de regulação fordista, a necessidade que surge nos países centrais do capitalismo de “apaziguar” de alguma forma as classes trabalhadoras, que encontravam inspiração nas recentes experiências ditas socialistas, o desmantelamento destas últimas, a ideologia do “triunfo do capitalismo”, o esgotamento da capacidade de valorização do capital neste padrão de acumulação e a necessidade capitalista de reconstituir seus níveis de lucratividade, redefinindo as formas de exploração do trabalho.

Questionar este contexto implica situar a conjuntura da luta de classes, a correlação de forças entre capital e trabalho e a capacidade que cada combatente tinha de fazer valer seus interesses. A extensão dos direitos sociais e a “inclusão” de grandes massas de trabalhadores na sociedade de consumo foi algo muito restrito no tempo e no espaço, e não se constitui como algo permanente e a partir do qual se poderia chegar a uma generalização da “inclusão social”; na periferia do capitalismo mundial nunca existiu um modelo “inclusivo”, tal qual poder-se-ia definir o *Welfare State* europeu; e hoje, a constituição de um modelo semelhante parece cada vez mais distante, uma vez que a experiência dita socialista da União Soviética deixou de assombrar o centro do capitalismo. Os interesses capitalistas movem-se no sentido contrário à generalização dos direitos sociais e dos “benefícios” da sociedade de consumo e, sempre que a relação de forças lhe for favorável, procurará impor as melhores condições de exploração do trabalho e de obtenção de lucros.

Sob esta perspectiva, é preciso questionar a super valorização do padrão fordista-keynesiano como um modelo de capitalismo humanizado e explicitar os limites da capacidade de “regulação” do capitalismo; mantidas as relações de produção capitalistas, o

embate será sempre no sentido da acumulação de capital às custas da exploração do trabalho, e a melhora nas condições de venda da força de trabalho apenas ameniza transitoriamente a situação para as classes trabalhadoras, mas não elimina sua submissão ao poder despótico do capital de controle sobre o emprego.

2. Análise crítica

a. O “Exército Industrial de Reserva” (EIR)

“Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial (...) A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital.”

(Marx, 1988:200-201).

Segundo a “Lei geral da acumulação capitalista” formulada por Marx, o processo de expansão do capital conduz necessariamente à sua crescente centralização e à constituição no pólo oposto de uma massa de trabalhadores marginalizados da produção, em condições de trabalho precárias ou em situação de pauperismo, formando um exército industrial de reserva (EIR) que, em um primeiro momento, funciona como mecanismo de regulação salarial, mas cuja função fundamental é a pressão que exerce sobre os trabalhadores empregados, obrigando-os ao sobretrabalho e à submissão às metas impostas de produtividade, além de fragilizar sua capacidade organizativa, na medida em que mina a solidariedade tanto entre os empregados como entre estes e os desempregados.

Esta “lei absoluta”, contudo, deve ser entendida como uma “tendência geral” que sofre modificações em função da conjuntura da luta de classes; não se trata, portanto, de um movimento mecânico e independente da economia, mas sim de um mecanismo que é regulado pela intervenção política das classes em conflito.

No Capítulo XXIII de *O Capital*, Marx demonstra que, na primeira fase do processo de acumulação de capital, ocorre uma transformação da composição orgânica do capital e um incremento de sua parte variável; ou seja, o crescimento do capital implica em um

crescimento da parcela da mais-valia transformada em capital adicional (investimento em novos mercados ou novas esferas produtivas) e sua reconversão em capital variável, ou seja, em crescimento da força de trabalho necessária para empregar a massa dos meios de produção. Nesse processo, “as necessidades da acumulação do capital podem superar o crescimento da força de trabalho ou do número de trabalhadores, a demanda de trabalhadores pode se tornar maior à sua oferta e por isso os salários se elevam” (Marx, 1988:179).

O próprio sistema, contudo, tem um mecanismo que limita este aumento salarial: se a acumulação de capital afrouxa devido ao preço crescente do trabalho, o próprio mecanismo do processo de produção capitalista elimina os empecilhos que cria temporariamente - se há uma diminuição da acumulação, há uma diminuição no incremento de capital adicional e, portanto, na necessidade de força de trabalho, desaparecendo, assim, a desproporção entre capital e força de trabalho explorável: “o preço do trabalho cai novamente para um nível correspondente às necessidades de valorização do capital” (Marx, 1988:183).

Em uma segunda fase do processo de acumulação do capital, ao contrário de um incremento de sua parte variável, há uma diminuição desta em relação à sua parte constante. O decréscimo da massa de trabalhadores proporcionalmente à massa de meios de produção movimentados por ela ocorre devido ao acréscimo no grau de produtividade social do trabalho, ou seja, no aumento do “volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, durante um tempo dado, com o mesmo dispêndio de força de trabalho, transforma em produto” (Marx, 1988:185).

O aumento da produtividade ocorre devido às revoluções nas forças produtivas, aos incrementos técnicos na produção. Estes são motivados pela concorrência entre capitais individuais que se acentua com o processo de acumulação de capital; ou seja, a acumulação de capital leva a uma concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho em mãos de capitalistas individuais concorrentes entre si e esta concorrência os leva a incrementar a produtividade do trabalho, através do investimento em capital constante. Esta fase da concentração de capital é, ainda, seguida pela fase de centralização, que já não depende do crescimento da grandeza do capital social, que pode ocorrer por meio de mera mudança na distribuição de capitais já existentes, ou mediante mudanças

simples do agrupamento quantitativo dos componentes do capital social; o limite último da centralização é a fusão de todos os capitais investidos em dado ramo de negócios em um só capital individual; através de sociedade por ações, por exemplo, pode-se conseguir o monopólio sobre determinado ramo produtivo.

Neste processo, a centralização “reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho” (Marx, 1988:189). A proporção da parte variável do capital decresce continuamente e inversamente ao crescimento da grandeza do capital; o crescimento absoluto da população trabalhadora, por sua vez, é sempre mais rápido do que o do capital variável ou de seus meios de ocupação, isto é, capital variável maior ou menor não significa necessariamente acréscimo ou decréscimo do número de trabalhadores ocupados; o capital variável refere-se ao índice de extração de mais trabalho, o que não é proporcional ao número de trabalhadores empregados; o capital variável pode colocar em ação mais trabalho sem recrutar mais trabalhadores, mediante a exploração intensiva das forças de trabalho individuais, ou mediante o deslocamento progressivo de força de trabalho mais qualificada por menos qualificada, masculina por feminina ou adulta por infantil.

Disto depreendem-se duas conclusões importantes: 1) “com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa” (Marx, 1988:191); 2) “o sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital” (Marx, 1988:194). O sobretrabalho da parcela empregada de trabalhadores condena a outra parcela à ociosidade forçada e esta última exerce uma pressão para o crescente sobretrabalho da primeira.

Esta população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação capitalista e torna-se, por sua vez, alavanca desta acumulação. “Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa” (Marx, 1988:191). O exército industrial de reserva constitui uma força de trabalho disponível, sempre pronta para ser explorada nos momentos em que o capital adicional é lançado em ramos novos da produção (ou antigos, cujo

mercado se amplia subitamente), sem, com isto, quebrar a escala produtiva das esferas já em funcionamento.

O despotismo do capital é completado pela lei da oferta e da procura de trabalho que se movimenta sobre o pano de fundo do EIR. Sempre há um EIR, a demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital e a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora. As duas potências não interagem mutuamente de forma independente, o capital age sobre ambos os lados ao mesmo tempo: a acumulação multiplica, por um lado, a demanda de trabalho, mas, por outro, multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua “liberação”, enquanto, ao mesmo tempo, a pressão dos desocupados força os ocupados a colocarem mais trabalho em ação.

O despotismo do capital sobre o trabalhador não está somente na necessidade imposta a este último de vender sua força de trabalho para sobreviver. O processo de acumulação capitalista intensifica a submissão do trabalhador através da criação de uma superpopulação relativa aparentemente desnecessária para a produção. O trabalhador empregado se vê obrigado a submeter-se plenamente às condições de trabalho impostas, aumentando a produtividade e contribuindo para a criação de sua própria redundância relativa, na medida em que possibilita que mais trabalho seja extraído com menos trabalhadores empregados.

Desvendado este mecanismo, afirma Marx, resta às classes trabalhadoras a organização de uma atuação conjunta entre empregados e desempregados, com o objetivo de enfraquecer o poder que assegura ao capitalista:

“Assim que, portanto, os trabalhadores desvendam o segredo de como pode acontecer que, na mesma medida em que trabalham mais, produzem mais riqueza alheia, e que na medida em que a força produtiva de seu trabalho cresce, até mesmo sua função de meio de valorização do capital se torna cada vez mais precária para eles; assim que descobrem que o grau de intensidade da concorrência entre eles depende inteiramente da pressão da superpopulação relativa; assim que eles, então, mediante *Trade's Unions* etc, procuram organizar uma atuação conjunta planejada dos empregados com os desempregados para eliminar ou enfraquecer as ruinosas conseqüências daquela lei natural da produção capitalista sobre sua classe, o capital e seu sicofanta, o economista político, clamam contra a violação da ‘eterna’ e, por assim dizer, ‘sagrada’ lei da demanda e oferta. É que toda

solidariedade entre os empregados e desempregados perturba a ação ‘livre’ daquela lei” (Marx, 1988:197).

Partindo destas formulações de Marx, alguns autores têm procurado re-trabalhar o conceito de EIR na análise do fenômeno do desemprego no capitalismo contemporâneo. A necessidade de atualização do conceito de EIR começa pelo reconhecimento de que o desemprego não é um fenômeno natural, inevitável ou simplesmente uma questão de ajuste estrutural em um processo de transformação tecnológica; passa pela compreensão de que possui uma funcionalidade no processo de acumulação capitalista e que, portanto, atende a determinados interesses de classe. O desemprego representa mais que uma questão econômica e social, representa também um conflito político que se desenvolve no terreno da luta de classes. Como coloca Bailey (1975:31):

“Não se pode subestimar a importância política do desemprego, que visa a dissuadir os outros trabalhadores de continuarem a luta pela defesa e melhoria do seu nível de vida, por medo de perderem o seu emprego em proveito dos desempregados. O desemprego solapa a organização sindical e, de modo geral, enfraquece e dispersa a combatividade do movimento operário.”

Evidentemente, há alguns pontos que precisam ser redefinidos na conceituação de Marx sobre o EIR. Em primeiro lugar, vem a questão de que no capitalismo contemporâneo a massa de trabalhadores não-empregados não é necessariamente oriunda do setor industrial; o capitalismo tem se estendido cada vez mais para o setor de serviços, impondo neste suas formas de organização e controle sobre o trabalho, de modo que a racionalização, a padronização, o incremento tecnológico, o esvaziamento do conteúdo intelectual do trabalho, o controle dos tempos de trabalho, a definição de metas de produtividade, também estão presentes neste setor. Isto significa que ali também é válida a relação entre a centralização crescente do capital, as inovações tecnológicas com vistas à supressão de grande parte da força de trabalho, as demissões e a pressão pela produtividade.

Isto fica bastante claro na análise do setor bancário brasileiro, feita neste trabalho: as fusões, incorporações e privatizações aceleram a concentração e centralização do capital bancário; ao mesmo tempo, os investimentos em tecnologia visam a supressão do maior número possível de trabalhadores, as demissões pressionam os empregados à intensificação da produtividade, as condições de trabalho são precarizadas, a organização da luta sindical

é enfraquecida, a solidariedade entre os trabalhadores é minada e constitui-se um exército de trabalhadores dispostos a se re-inserir no mercado de trabalho de qualquer maneira, desde realizando as mesmas funções bancárias em empresas terceirizadas, sem os mesmos salários e benefícios, até mudando completamente de área de atuação, na maior parte dos casos, para situações instáveis e precárias de trabalho.

O EIR seria, no capitalismo contemporâneo, algo como um “exército laboral de reserva”, uma massa de trabalhadores oriundos das mais variadas profissões dispostos a se ocupar em qualquer função remunerada, em qualquer condição de trabalho, mesmo nos casos em que a formação não corresponde à função ou ao salário pretendido.

Em segundo lugar, as formas que assume o EIR, descritas por Marx precisam ser atualizadas: 1) Fluente ou Líquida: parte da superpopulação que é atraída pelo incremento da maquinaria e que repõem os repelidos por idade avançada; 2) Latente: parte da população rural que se encontra continuamente na iminência de se transferir para o proletariado urbano ou manufatureiro e que permanece à espreita de circunstâncias favoráveis a esta transferência; 3) Estagnada: parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular, caracterizada pelo máximo do tempo de serviço e mínimo de salário; 4) O sedimento mais profundo da superpopulação relativa, aquela que habita a esfera do pauperismo, que, por sua vez, consiste em três categorias: os aptos para o trabalho; órfãos e crianças indigentes; degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho (por idade avançada, doença ou invalidez).

Embora esta não seja sua proposta, a sociologia do desemprego realiza esta atualização, mapeando as novas formas assumidas pelo exército de trabalhadores desempregados, que vão desde o trabalho informal (os chamados “bicos”), passando pelo trabalho precário (os contratos por tempo determinado, sem garantia de direitos sociais) – ambas situações de desemprego oculto pelo trabalho precário; até a situação de desemprego de longa duração, desemprego por desalento ou de indigência.¹²²

¹²² O que, na análise de alguns autores, como Bernardo (2000:82), já não constitui parte do EIR porque não influencia no sentido da baixa de salários. Neste sentido, Nun (1991) desenvolve a tese da “massa marginal”, segundo a qual a superpopulação relativa não corresponde toda a um EIR, mas também a trabalhadores em situações de trabalho informal, assistidos pelo Estado ou incluídos em mecanismos de “a-funcionalidade”, relacionados a fatores como gênero, idade, etnia. A “massa marginal” designa a relação entre a população excedente e o sistema que a produz; foi elaborada pelo autor para discutir os efeitos não funcionais (a ou dis) da superpopulação relativa, que difere do EIR justamente porque este tem um efeito funcional, segundo a interpretação marxista. “*En relación a los primeros (desocupados que pueden actuar como EIR), mi tesis de*

Muito bem, em que pesem estas considerações, o mecanismo fundamental da acumulação capitalista, a constituição e funcionalidade de um exército de trabalhadores que permanecem “reservados” para a exploração de sua força de trabalho pelo capital persistem e isto precisa ser explicitado na análise sobre o fenômeno do desemprego na atualidade; ainda que não seja a totalidade dos trabalhadores não empregados que exerça as funções de um EIR. Não basta afirmar que se trata de algo que assume um caráter crescente e permanente, cujas novas manifestações precisam ser classificadas e para as quais se devem pensar medidas e políticas de assistência; estas também são importantes, mas a questão fundamental não deve ser ignorada, o cerne do problema deve ser explicitado. Neste sentido, cabe perguntar: quais são os determinantes políticos do desemprego na fase neoliberal do capitalismo? O que nos revela sua análise à luz do conflito de classes? Ou, como questiona Meneleu Neto (1996:77): qual é o papel que desempenha o desemprego na definição das novas estratégias do capital e do trabalho?

la masa marginal supuso un cuestionamiento del hiper-funcionalismo de izquierda para el cual hasta el último campesino sin tierras de América Latina (o de África) aparecía como funcional para la reproducción de la explotación capitalista. Por el contrario, intenté mostrar que, según los lugares, crecía una población excedente que, en el mejor de los casos, era simplemente irrelevante para el sector hegemónico de la economía y, en el peor, se convertía en un peligro para su estabilidad. Esto le planteaba al orden establecido el problema político de la gestión de esos excedentes no funcionales de mano de obra, a fin de evitar que se volvieran disfuncionales.” (Nun, 1999:991)

b. Reposição do EIR na fase neoliberal do capitalismo

Meneleu Neto (1996:75) afirma que por “ironia da história” ou “astúcia da razão”, o crescente exército de desempregados que temos hoje nos países capitalistas aparece justamente após o apogeu das políticas de pleno emprego vigentes no centro do sistema após a 2ª Guerra Mundial. O autor defende a tese de que o EIR está sendo recomposto pelas políticas neoliberais com o objetivo de remover os obstáculos colocados pelo fortalecimento da classe operária e dos sindicatos, durante a vigência do Estado de bem estar social nos países centrais do capitalismo, à retomada do ciclo de crescimento e à recuperação do lucro capitalista. Ou seja, a crise do fordismo é entendida como uma crise de rentabilidade do capital somada à presença de condições institucionais desfavoráveis a uma maior exploração da força de trabalho; para desimpedir o desenrolar de uma nova fase do processo de valorização do capital, foi preciso reestruturar o poder do capital sobre o trabalho, fragilizando os sindicatos.¹²³

Mandel também afirma que há uma relação entre a crise do que denomina de “anos dourados do capitalismo tardio” (1949-1973) e a recomposição do EIR na fase subsequente da expansão capitalista. Segundo o autor, o alto nível de emprego nos países centrais do capitalismo em meados da década de 1960 contribuía para uma considerável expansão da força dos assalariados; diante da estagnação da taxa de lucros, reiniciou-se a luta do capital no sentido do aumento da taxa de mais-valia. Uma vez que a autonomia de negociação por parte dos sindicatos, a liberdade sindical efetiva e o direito de greve constituíam obstáculos para atingir o congelamento de salários, a intervenção estatal foi reclamada e efetivada. Neste conflito, segundo Mandel (1982:127), o capital não tinha “chance de assegurar um acréscimo efetivo na taxa de mais-valia comparável ao conseguido sob a ditadura nazista ou na 2ª. Guerra Mundial”, de modo que “a expansão do EIR se tornou (atualmente) um instrumento deliberado de política econômica em benefício do capital”.¹²⁴

¹²³ Meneleu Neto cita a explicação de Aglietta para a crise do regime de regulação fordista, segundo a qual o acirramento das contradições internas ao processo de trabalho cria um estrangulamento da mais valia relativa e rompe o ciclo de crescimento deste padrão de acumulação.

¹²⁴ Na mesma linha de análise, Teixeira (1996:64) afirma que “a superação das contradições do modo de regulação fordista passou a exigir a construção de novas relações de trabalho o menos possível conflituosas. Só assim o capital pôde restabelecer seu domínio dentro do processo de trabalho e reproduzir, em novas bases, as condições necessárias para a produção da mais-valia. Para tanto, o capital precisou recorrer aos aparelhos repressivos do Estado, de forma aberta ou mediante formas transfiguradas de violências, que vão desde a

A política econômica neoliberal utiliza-se de diversos recursos para recompor o EIR e retomar a autonomia do mercado frente ao poder organizado.¹²⁵ Segundo (Meneleu Neto, 1996: 87), trata-se de “políticas econômicas cujo sentido é ‘recuperar o grau de liberdade perdido’ durante a vigência da regulação fordista.” Com este intuito, a palavra de ordem é “desregulamentar”, ou seja, libertar o capital da regulamentação do mercado de trabalho.

Nesse sentido, a análise de Beynon (1995:10 e11) sobre a estratégia de desregulamentação dos mercados na Inglaterra de Thatcher, com o objetivo de frear a tendência à decadência econômica, é significativa:

“Na Inglaterra, os sindicatos e a classe operária foram tidos como os dois maiores empecilhos ao processo de renovação da economia. Desde o tempo em que estavam na oposição, Thatcher e seus assessores diretos apontaram os sindicatos e as empresas estatais como obstáculos à mudança.

(...)

Numa entrevista pela televisão, Alan Budd, professor de Economia da London Business School e antigo assessor de Mrs. Thatcher, deixou claro que, por trás dessas iniciativas, havia uma estratégia política muito séria. Falando a respeito das ações governamentais durante a década de 80, ele afirmou o seguinte: ‘Aumentar o desemprego foi uma maneira muito conveniente de reduzir a força da classe operária (...) o que se procurou forjar – para falar numa linguagem marxista – foi uma crise no capitalismo, que repôs o exército industrial de reserva e permitiu aos capitalistas a obtenção de grandes lucros daí por diante’.”

Nesse sentido, Husson (1996:131) afirma que a recessão e o desemprego são resultados inevitáveis da estratégia de Maastricht, tratado de orientação neoliberal firmado entre países europeus, pautado na idéia de que o salário deve aumentar menos rapidamente

elevação do desemprego, passando pela migração de empresas para áreas sem tradição de organização sindical, até a produção fetichizadora de idéias para vender uma imagem de um mundo de harmonia.”

Ainda na mesma linha, Alves (1996: 119) também associa o desemprego com a crise do padrão de acumulação fordista e com a necessidade de constituição de um novo padrão de acumulação: “A nova crise do capital, e a nova idade do capitalismo planetário, tendeu a possuir uma função histórica particular: debilitar o poder objetivo da classe, através da recomposição do desemprego estrutural, para, a partir daí, criar um novo patamar de acumulação do capital, baseado principalmente numa nova estratégia de acumulação capitalista, intitulada ‘flexível’. É este o segredo (e a saída) da crise de valorização ampliada.”

¹²⁵ Algumas formas de reposição do EIR podem ser: 1) o uso deliberado de trabalhadores estrangeiros; 2) a intensificação das exportações de capital e a restrição dos investimentos internos – enviando capital para onde ainda existe “excesso” de força de trabalho, ou onde não há organização operária/sindical estrutura, ou regulamentação “rígida” das relações de trabalho; 3) intensificação da automação, ou seja, concentração de investimentos para liberar tanto trabalho vivo quando possível.

que a produtividade e na estratégia de cada país de buscar a estagnação salarial para tornar-se mais competitivo nas relações comerciais com seus vizinhos. Bailey (1975:31) também afirma que na década de 1970, o governo conservador britânico acelerou conscientemente o ritmo das falências com o objetivo de desmobilizar a luta dos trabalhadores.

Isto comprova que o desemprego não se coloca como problema ou como consequência indesejada do desenvolvimento capitalista, mas sim como algo que pode ser forjado justamente para atender à necessidade do capital de compor e recompor as condições de sua dominação sobre o trabalho.

A fragilização do trabalho organizado não é somente produto de fatores objetivos, mas também precondição para a elevação da lucratividade por meio da intensificação do trabalho. Ao reconhecer a capacidade de resistência dos trabalhadores, o capital reconhece como precondição para sua reestruturação, o enfraquecimento desta capacidade coletiva de resistência. E é este o sentido do desemprego como pressuposto da reestruturação capitalista: estimular a concorrência entre os trabalhadores e minar a capacidade reivindicativa. Na atual conjuntura, o EIR em expansão tem, ao mesmo tempo, a função de fragilização dos sindicatos tradicionais e de facilitação da introdução da ideologia da “cooperação”, na medida em que mina a solidariedade entre os trabalhadores.

Como afirma Meneleu Neto (1996:80):

“É neste contexto que se pode entender como as ‘leis objetivas do capital’ são postas e repostas no interior de um cenário de luta, que é constituído em função da luta de classes e não de uma ‘lei natural’. Por isso, a escolha das alternativas de política econômica não possui nenhuma inocência, porque depende fundamentalmente dos objetivos da acumulação.

Não seria exagero afirmar a primazia histórica da luta de classes sobre os ditos ‘fatores objetivos’ da economia. Se o aumento do EIR se tornou, ao longo das últimas décadas, o fator por excelência de enfraquecimento da resistência da classe trabalhadora, é porque ele não tem nada de natural.”

c) A tese das “ondas longas” e o Exército Laboral de Reserva (ELR)

Para compreender a questão da crise do padrão de acumulação fordista e a necessidade do capital de reestruturar um novo padrão que garantisse a retomada do crescimento das taxas de acumulação, a tese das “ondas longas” de Mandel (1982) é elucidativa. Segundo o autor, o ciclo econômico capitalista constitui-se de um encadeamento da acumulação acelerada de capital, da crise de super acumulação, da acumulação desacelerada de capital e do subinvestimento; aumento, queda e revitalização da taxa de lucros são movimentos sucessivos que comandam a acumulação de capital.

“Os movimentos ascendente e descendente da acumulação de capital no decorrer do ciclo econômico podem ser caracterizados da maneira a seguir. Num período de oscilação ascendente, há um acréscimo tanto na massa quanto na taxa de lucros, e um aumento tanto no volume quanto no ritmo de acumulação. Ao contrário, numa crise e no período subsequente de depressão, a massa e a taxa de lucros declinarão, e o mesmo acontecerá ao volume e ao ritmo da acumulação de capital. O ciclo econômico consiste, assim, na *aceleração e desaceleração sucessivas da acumulação.*” (Mandel, 1982:75)

No movimento ascendente do ciclo, há grande quantidade de investimento empresarial em inovações técnicas, com vistas à diminuição dos custos de produção e barateamento do valor das mercadorias, sob o determinante da concorrência e da busca permanente de superlucros. O investimento em massa de capitais excedentes se explica por um repentino aumento na taxa de lucros, que se torna possível por alguns fatores.¹²⁶ Chega determinado ponto em que se torna difícil assegurar a valorização da massa total de capital acumulado e ocorre uma “crise de superacumulação”, ou seja, a taxa de lucros e de juros deixa de ser satisfatória para a parcela do capital que se quer investir, passa a haver muito capital disponível para que se atinja a taxa média social de lucros esperada.

Como explica Husson (1996:91), “O capitalismo é um sistema econômico que prefere não produzir a produzir sem lucro” (*“Le capitalisme est un système économique qui*

¹²⁶ 1) Queda súbita na composição orgânica média do capital (pela penetração maciça do capital em esferas - ou países - onde o trabalho vivo foi pouco deslocado pelo trabalho morto); 2) aumento na taxa de mais-valia (pela intensificação do trabalho decorrente de uma derrota radical e da atomização da classe operária; 3) queda súbita no preço dos componentes do capital constante, principalmente matérias-primas; 4) diminuição do tempo de rotação do capital circulante, em decorrência do desenvolvimento de novos meios de comunicação e transporte (Cf. Mandel, 1982:79-80).

préfère ne pas produire...plutôt que de produire sans profit”). A base e a garantia de uma taxa de lucro elevada é a produtividade, por isso os capitais tendem espontaneamente a investir nos setores que asseguram o maior crescimento possível da produtividade; se determinado ramo de investimento não oferece perspectivas de incremento da produtividade e, portanto, de obtenção de elevadas taxas de lucro, o capital prefere não investir. Segundo o autor, esta é a causa profunda do desemprego no capitalismo contemporâneo.

Bem, para superar o período de subinvestimento e retomar um novo ciclo de intensificação da produção e acumulação de capital, este deve buscar uma elevação da taxa média de lucros de toda a massa de capital acumulado.¹²⁷

A queda da taxa média de lucros pode ser controlada por dois fatores: 1) o barateamento dos elementos do capital constante; e 2) o aumento da taxa de mais-valia, ou seja, a ampliação no grau de exploração do trabalho, a redução dos salários a um nível inferior ao valor da mercadoria força de trabalho. A taxa de mais-valia, por sua vez, deve elevar-se de acordo com as seguintes condições: 1) aumento da produtividade, isto é, redução da porção da jornada de trabalho empregada na produção do equivalente ao salário do trabalhador; 2) aumento na intensidade do trabalho, ou seja, acréscimo na duração do sobretrabalho, levando também a uma redução das horas de trabalho necessárias para produzir o equivalente em valor ao salário; 3) uma queda no salário real, sem alteração na produtividade ou intensidade do trabalho. “O aumento na taxa de mais-valia será ainda mais considerável se dois ou todos os três fatores estiverem simultaneamente em operação” (Mandel, 1982:103).

A taxa de mais-valia, portanto, é determinado por fatores como a produtividade, a duração da jornada e o nível salarial; a luta incessante entre capital e trabalho exerce

¹²⁷ O ciclo industrial capitalista descrito por Mandel (1982:309) pode ser assim resumido: “Uma ascensão econômica só é possível quando a taxa de lucros está em elevação, o que por sua vez cria as condições de uma nova expansão do mercado e uma nova ênfase da ascensão. Mas, em certo ponto desse processo, a maior composição orgânica de capital e o limite do número de mercadorias que pode ser vendido aos ‘consumidores finais’ reduzem a taxa de lucro e também provocam uma contração relativa do mercado. Essas contradições deságuam então numa crise de superprodução. A taxa decrescente de lucros leva a uma redução dos investimentos, que transforma essa queda geral em depressão. A desvalorização do capital e a racionalização e desemprego crescentes (que elevam a taxa de mais-valia) permitem que a taxa de lucros suba de novo. A diminuição da produção e do consumo do estoque permitem uma nova expansão do mercado, que se combina com a recuperação da taxa de lucros para reestimar os investimentos empresariais e assim iniciar um novo aumento de produção.”

pressão em sentidos opostos em relação a estes fatores e é isto que determina a taxa de lucro em cada conjuntura histórica. Nesta luta, voltamos a destacar o EIR como determinante na composição da relação de forças. Segundo Mandel (1982:103-104), o aumento da produtividade e intensidade do trabalho só se combinarão com uma queda dos salários reais se houver uma expansão do EIR. Neste sentido, afirma que a expansão ou reconstrução deste último é o mecanismo inerente ao modo de produção capitalista que conserva dentro de limites o aumento no valor e no preço dos salários (Cf. Mandel 1982:106). O autor explica o mecanismo da seguinte forma: em períodos de alta salarial, surgem tentativas no sentido de substituir em grande escala a força de trabalho viva por maquinaria; da mesma forma, se o aumento na composição orgânica do capital (substituição de trabalho vivo por trabalho morto) e a alta dos salários provoca uma queda na taxa média de lucros e interrompe a continuidade da acumulação de capital, na depressão que se sucede, a demanda da mercadoria força de trabalho cai com rapidez, o EIR é reconstituído e o aumento dos salários é detido ou provoca-se sua queda.

Bom, a relação entre desemprego e baixa salarial deve, por sua vez, ser mediada pelo enfraquecimento da luta sindical. Segundo Mandel (1982:107), o enfraquecimento da combatividade sindical das camadas organizadas do proletariado é uma mediação necessária entre o desemprego crescente e a queda dos salários reais. Se este enfraquecimento não se materializar, a expansão do desemprego pode ser acompanhada por uma expansão dos salários reais, como nos exemplos citados pelo autor dos Estados Unidos em 1936/39 e da Grã-Bretanha em 1968/70. Neste caso, afirma o autor:

“O capital procurará, então, ampliar o volume de desemprego de tal maneira que essa mediação prevaleça apesar de tudo – isto é, tentará minar a solidariedade de classe entre trabalhadores empregados e desempregados em tal medida que o desemprego maciço virá debilitar, em última análise, a capacidade de luta dos assalariados organizados e ainda empregados. O combate contra a expansão do desemprego torna-se então um problema de vida ou morte para os operários organizados.”

Ou seja, para Mandel não há uma relação automática entre o nível de desemprego e a taxa de crescimento dos salários nominais; esta deve levar em conta a “relação de forças dos combatentes”, o que inclui o grau de organização, potencial de luta e consciência de classe do proletariado. No processo de aguda luta de classes, o valor da mercadoria força de

trabalho pode aumentar se o proletariado conseguir incorporar novas necessidades aos padrões de vida aceitos como normais ou diminuir se a burguesia obtiver sucesso na eliminação das necessidades antes consideradas como normais pelos combatentes. Mas se a organização da classe operária for minada pelo capital, então se torna mais fácil provocar a redução salarial, intensificar o trabalho, aumentar a jornada e, com isto, garantir a elevação das taxas de mais-valia. Como mostra Mandel (1982:111):

“Se o capital conseguir enfraquecer ou mesmo esmagar os sindicatos e todas as outras organizações da classe operária – inclusive sua organização política; se tiver êxito em atomizar e intimidar o proletariado em tal medida que qualquer forma de defesa coletiva se torne impossível, e os trabalhadores sejam novamente relegados ao ponto de onde haviam partido -, em outras palavras, se tiver êxito em recriar a situação ‘ideal’, do ponto de vista do capital, da concorrência generalizada de operário contra operário, torna-se perfeitamente possível: 1) utilizar a pressão do desemprego para ocasionar uma redução considerável nos salários reais; 2) impedir o retorno dos salários a seu nível anterior mesmo na fase de oscilação ascendente que sucede a uma crise, isto é, reduzir a longo prazo o valor da mercadoria força de trabalho; 3) forçar o preço da mercadoria força de trabalho até um nível abaixo desse valor já diminuído, por meio de manipulações, deduções e fraudes de todo tipo; 4) conseguir simultaneamente uma expansão considerável na intensidade social média do trabalho e mesmo tentar, em termos tendenciais, o prolongamento da jornada de trabalho. O resultado de todas essas modificações só pode ser um aumento rápido e maciço na taxa de mais-valia.”

Ao apoiar-se nesta teoria das “ondas longas”, sistematizada por Mandel, Husson (1996:43-44) afirma que constatar a alternância de fases na história do capitalismo não significa atribuir à economia capitalista um movimento próprio e inexorável. A passagem de uma “onda longa” à outra não pode ser atribuída a um movimento endógeno (espontâneo, mecânico, autônomo) da produção; pressupõe-se a existência de uma dialética entre os fatores objetivos e subjetivos do desenvolvimento histórico; não se trata somente da irrupção periódica de inovações tecnológicas, mas de um conjunto de dispositivos, instituições, normas, etc, que são produto da luta de classes. Isto significa que o estabelecimento de uma nova fase expansiva nunca está garantido, mas se insere em uma conjuntura histórica específica e pode tomar formas diferentes cada vez.

3. Perspectivas de luta contra o desemprego

“Na ‘permanente luta entre o capital e o trabalho’, um dos competidores tinha suas mãos atadas e sua cabeça atordoada. A ‘relação de forças dos combatentes’ havia se inclinado decisivamente em favor do capital.”

(Mandel, 1982:113; falando sobre o 1º. “milagre econômico” na Alemanha nazista, onde o segredo do “sucesso” do pleno emprego foi vir acompanhado do esmagamento dos sindicatos e organizações operárias).

Depois de discutir algumas das diversas perspectivas de análise sobre o desemprego no capitalismo, defendendo a idéia de que não é possível partir da naturalização do fenômeno, devemos nos questionar sobre as possibilidades de luta das classes trabalhadoras contra o mesmo; esta luta não é apenas de interesse daqueles trabalhadores em situação de desemprego, mas, como vimos, é uma questão que se coloca para os próprios trabalhadores empregados, uma vez que suas condições de trabalho e de organização política das reivindicações também são afetadas pelos efeitos do fenômeno.

O ponto de partida para o questionamento da luta das classes trabalhadoras (empregadas e desempregadas) contra o desemprego é a rejeição das teses que afirmam a “superfluidade” de parcelas crescentes de trabalhadores, a “inutilidade” dos “excluídos do mercado de trabalho”, sua inexistência como “atores sociais”, sua existência meramente negativa na sociedade, como se pudéssemos simplesmente recolhê-los em abrigos e asilos, ou conceder-lhes indenizações que lhes garantam uma sobrevivência minimamente digna e, então, com isto, ignorar sua existência e evitar que causem incômodo ou transtorno para os que ainda tem o privilégio de estar “incluídos”.

Castel, por exemplo, afirma justamente a inutilidade dos trabalhadores desempregados e sua incapacidade de reunião e organização para interferir de algum modo na sociedade e transformar sua própria situação, restando-lhes apenas a resignação ou a raiva, sem que esta última possa significar uma revolta consciente e pautada em um projeto de mudança social:

“Pode-se ficar surpreso pelo fato de que um desastre de 3,5 milhões de desempregados não tenha desencadeado nenhum movimento social de qualquer amplitude. Em contrapartida, suscitou um número incrível de discursos e, por conseqüência, um número de ‘medidas de acompanhamento’. ‘A gente se debruça’ sobre o destino desses não-empregados que não são atores sociais

e, sim, como foi dito, ‘não-forças sociais’, ‘normais inúteis’. Ocupam na estrutura social atual, uma posição homóloga à do quarto mundo no apogeu da sociedade industrial: não estão ligados aos circuitos de trocas produtivas, perderam o trem da modernidade e permanecem na plataforma com muito pouca bagagem. Desde então, podem ser o objeto de atenções e suscitar inquietação, porque criam problema. Porém, o problema é o próprio fato de sua existência. Dificilmente podem ser considerados pelo que são, pois sua qualificação é negativa – inutilidade, não-forças-sociais – e em geral são conscientes disso. Quando falta a base sobre a qual havia sido edificada sua identidade social, é difícil falar em seu próprio nome, mesmo para dizer não. A luta supõe a existência de um coletivo e de um projeto para o futuro. Os inúteis para o mundo podem escolher entre a resignação e a violência esporádica, a ‘raiva’ (Dubet) que, na maioria das vezes, se autodestrói.” Castel (1998:530-531)

Segundo o autor, a constituição de uma força de contestação e transformação social exige a reunião de três condições: “uma organização estruturada em torno de uma situação comum, a posse de um projeto alternativo de sociedade, o sentimento de ser indispensável para o funcionamento da máquina social”. O movimento operário organizado durante a vigência da “sociedade salarial” seria portador destas três condições, enquanto os “supranumerários” de hoje não apresentariam nenhuma delas. Para Castel, estes últimos

“estão atomizados, só podem alimentar a esperança de ser um pouco menos mal colocado na sociedade atual e são socialmente inúteis. Conseqüentemente, é improvável, a despeito dos esforços de grupos militantes minoritários, como o Sindicato dos Desempregados, que esse conjunto heterogêneo de situações serializadas possa dar origem a um movimento social autônomo.” (Castel, 1998:567)

Em que pesem as dificuldades já discutidas de organização da luta contra as demissões e da reunião dos trabalhadores em situação de desemprego no âmbito sindical, e embora a quantidade e expressividade dos movimentos sociais de desempregados sejam pequenas, como no caso do Brasil, há exemplos que contradizem esta perspectiva fatalista de Castel, como é o caso de movimentos organizados na França e na Argentina.

Na França, por exemplo, a CGT (*Confédération Générale du Travail*) organiza, desde 1979, um comitê de defesa dos desempregados e, segundo Hetzel e Lefèvre (1999:27), a questão da organização destes trabalhadores se repete em todos os congressos

da central desde 1982. A CFDT (*Confédération Française Démocratique du Travail*) também possui comitês de desempregados organizados a nível local, com o intuito de manter a ligação dos trabalhadores demitidos com seu sindicato de origem.

Há também na França movimentos sociais de desempregados, como o AC (*Agir ensemble contre le chômage*), criado em 1994, que luta pela redução da jornada de trabalho, por uma renda decente para todos e pelo reconhecimento das organizações de desempregados, privilegiando a atuação através de manifestações contra o desemprego, ocupações e requisições de empregos; a APEIS (*Association pour l'emploi, l'information et la solidarité des chômeurs et travailleurs précaires*), criada em 1987, que luta pela abolição do desemprego e ajuda aos desempregados, privilegiando a atuação através de manifestações e ocupações; e o MNCP (*Mouvement national des chômeurs et précaires*), criado em 1986, que luta pela ajuda aos desempregados e trabalhadores com ocupações precárias e incertas, privilegiando a atuação por manifestações.

A título de exemplo, vale mencionar que, na primavera de 1994, houve uma marcha nacional de desempregados que culminou com uma manifestação que reuniu 30.000 pessoas em Paris; e que no inverno de 1997-1998 desencadearam-se fortes manifestações de luta contra o desemprego na França, que se prolongaram na Alemanha e na Grécia, marcando a história das organizações de desempregados na Europa (Cf. Debons, 1998:153).¹²⁸

Vale também citar o exemplo dado por Mouriaux (2002:168) que mostra o recrudescimento das manifestações contra as demissões no final da década de 1990 na França:

“O crescimento (econômico) permitiu o relançamento do movimento de desempregados e a retomada de toda uma série de greves, de pequenas greves, às vezes, mas que tiveram uma grande repercussão. Eu penso na greve da Cellatex em 2000. É uma pequena fábrica, num canto perdido da região de Ardennes, em que 150 pessoas foram demitidas em virtude do fechamento da planta. Eles produziam fibras, possuíam produtos químicos, ácido, e os trabalhadores ameaçaram utilizá-los para explodir a fábrica. Num

¹²⁸ Sobre os movimentos de trabalhadores desempregados na França, ver o dossiê da “Journée d’étude ‘chômage et action collective’”, realizada em Março de 1999, publicado em *Cahiers de Ressy*, Junho 2000, n.º 3 e 4; dossiê “*Les mouvements sociaux*”, publicado na revista *Sciences Humaines*, Dezembro 2003, n.º 144; Debons, Claude. “De la résistance à l’alternative”. In: Bourdieu *et alli*. *Les perspectives de la protestation. La résistance sociale outre-rhin, foyer d’une autre Europe*. Paris: Éditions Syllepse, 1998, pp. 125-181.

primeiro momento, eles despejaram ácido nos canais vizinhos à fábrica. Esse precedente fez com que a ameaça fosse encarada de maneira mais séria, havendo negociações e, finalmente, um acordo que estabeleceu indenizações superiores à média e a criação de um organismo para a realocação dos demitidos. Essa greve mobilizou a sociedade e teve um eco enorme. O patronato lançou a tese do terrorismo social, mas não funcionou, pois a greve foi popular. Há um movimento social, existe uma capacidade de resistência.”

No caso da Argentina, os elevados níveis de desemprego observados nos anos 1990 motivaram o aparecimento de um movimento que passaria a se denominar de “trabalhadores desempregados”. Esta autodenominação é importante para afirmar que o desempregado reivindica sua condição de trabalhador e de demandante de trabalho, ao contrário daqueles que possam querer afirmar a perda de significado do trabalho no capitalismo “pós-industrial”. Segundo Campione e Rajland (*Mimeo*: 8), o surgimento deste movimento constitui a “novedad más fuerte de los últimos años en el campo de las acciones de las clases subalternas.”

O chamado movimento “piquetero” tem os trabalhadores desempregados como sua base social e constitui o núcleo da mobilização que se desencadeou com o acirramento da crise econômica e política na Argentina, a partir da segunda metade da década de 1990, e culminou com as manifestações de dezembro de 2001 que derrubaram o presidente em exercício, C. Menem.

Os “piqueteros” ganharam expressividade primeiramente nas cidades petroleiras da Argentina, quando, diante das demissões em massa promovidas pelas empresas em processo de privatização, passaram a se organizar para fechar as estradas de acesso, dificultando estrategicamente o transporte necessário para a produção. O fechamento das estradas (“cortes de ruta”) constituiu-se como a marca registrada deste movimento, juntamente com a prática de assembléias e debates abertos entre os integrantes do coletivo organizado, e a organização da produção de valores de uso nas comunidades reunidas nos movimentos. A partir do final da década de 1990, os “piqueteros” organizados na Grande Buenos Aires deram força e alcance nacional ao movimento, dotando-o de uma maior capacidade de mobilização e radicalizando o conteúdo ideológico e as práticas das lutas populares.

Como mostram Campione e Rajland (*Mimeo*:12), os “piqueteros” construíram uma identidade coletiva, uma forma de manifestação própria e uma organização da vida e da mobilização de um conjunto de trabalhadores em situação de desemprego:

“La figura del ‘piquetero’ se fue firmando como constitutiva de una nueva identidad social. El ‘corte’ de rutas, puentes y calles, resultó una forma de afectar al proceso de valorización capitalista, no mediante la huelga que detiene la producción (y que el desempleado no está en condiciones de realizar), pero sí afectando el transporte automotor, en una época en que la ‘deslocalización’ de la producción, el ‘*just in time*’, y el incremento del comercio internacional por carretera, dotan a este sector de particular importancia estratégica. El término quedó claramente identificado con las organizaciones de desempleados, que tomaron la iniciativa de seguirse identificando como ‘trabajadores desocupados’, y de reivindicar su condición obrera por sobre los problemas de vivienda y sustento. Y alcanzaron un nivel de organización y una capacidad de movilización mayor que ningún otro grupo.”

Hoje em dia, há uma variedade de movimentos de trabalhadores desempregados organizados, constituindo um conjunto heterogêneo no que concerne à orientação ideológica, às estratégias de mobilização priorizadas, à relação com a legalidade estatal, ao projeto social proposto. Há, inclusive, movimentos ligados a organizações sindicais e partidos políticos. Para citar algumas das organizações:

Federación de Tierra y Vivienda: tem assumido táticas mais “moderadas”, deixando de privilegiar o fechamento das estradas como forma de atuação, ajustando-se aos limites impostos pela propriedade privada, a democracia representativa e a legalidade existente e assumindo uma posição de apoio ao governo de N. Kirchner.

Corriente Clasista y Combativa: surge como agrupamento sindical, vinculado a um partido político de esquerda (*Partido Comunista Revolucionário*).

Movimientos de trabajadores desocupados Anibal Verón: formado por diversos grupos organizados em bairros de forma autônoma, sem vínculo sindical ou partidário.

Movimiento independiente de jubilados y desocupados: independente de partido ou sindicato e caracterizado pela direção de uma espécie de liderança carismática.

Polo Obrero: associado a um partido de esquerda marxista (*Partido Obrero*); propõe uma revolução operária como objetivo mais ou menos imediato; procura associar a experiência “piquetera” com iniciativas de “empresas recuperadas” (que seriam fechadas e foram ocupadas pelos trabalhadores)¹²⁹ e a luta sindical tradicional.

Movimiento Territorial Liberación: vinculado ao Partido Comunista.

Movimiento Barrios de pie: vinculado ao partido *Pátria Libre*, procura uma ligação entre a tradição nacional-popular e o marxismo.

Frente de trabajadores combativos: forte acento na unidade entre trabalhadores empregados e desempregados, com forte ênfase na articulação de ambas as lutas.

Também no movimento sindical argentino, há uma experiência de organização dos trabalhadores desempregados: a CTA (*Central de Trabajadores Argentinos*) nasceu nos primeiros anos da década de 1990 como oposição ao governo de C. Menem e desenvolveu uma base de representação e uma estrutura organizativa diferente àquelas da CGT (*Confederación General del Trabajo*), aceitando desde o começo trabalhadores desempregados, informais, temporários, autônomos, além de acolher organizações de base territorial ou étnica e não necessariamente ligadas ao trabalho; distanciou-se do esquema da central como confederação de entidades de base, para permitir a filiação de organizações minoritárias, rompeu com o princípio da “unidade sindical” e aceitou a filiação de sindicatos “paralelos”. Nos anos recentes, terminou sendo “silenciada” e passaram a se manifestar com mais força as tendências “moderadas”, associadas ao reformismo ideológico (Cf. Campine e Rajland, *Mimeo*:18).

¹²⁹ “*Las fábricas recuperadas, por su parte, se convirtieron en una de las presencias más resonantes de los trabajadores ocupados, en un fenómeno que data de la década de los 90’ (...)* En general, la ‘recuperación’ es de empresas cerradas o a punto de hacerlo, con firmas en quiebra o cesación de pagos, donde los trabajadores mantienen o vuelven al funcionamiento la fuente de trabajo con diversas modalidades organizativas (la mayoría asumen formas cooperativas, algunas reclaman ‘estatización con control obrero’) y distintos grados de democracia interna en el nuevo colectivo laboral.” (Campine e Rajland, *Mimeo*:19)

No que se refere ao movimento sindical e à sua desestruturação nas últimas décadas de renovação liberal do capitalismo, diversos autores manifestam a necessidade de repensar as bases de representação, o conteúdo e a forma das reivindicações; ao contrário daqueles que afirmam o “fim do sindicalismo”, a impossibilidade de assumir uma postura de conflito e a necessidade de sucumbir à negociação com o patronato, estão aqueles ainda convictos da retomada do movimento sindical, da urgência da ampliação da representação dos sindicatos, da necessidade de reformular o enfoque das reivindicações e de assumir uma postura de embate com o capital.

É o caso de Mouriaux (2002:155), que afirma que se pode observar uma reanimação do movimento sindical na França desde 1995; reanimação que se caracteriza pela coexistência de três tipos de luta: 1) lutas de urgência: “lutas para que as pessoas consigam sobreviver”, por condições mínimas como abrigo, comida, restabelecimento da eletricidade e etc; 2) lutas defensivas: tentativas de manter as conquistas sociais, a proteção ao emprego; 3) “lutas que propõem soluções, que fazem contraposições àquilo que o liberalismo econômico impõe constantemente à sociedade: a lógica da rentabilidade e do curto prazo.”

Quanto a este processo de renovação do movimento sindical, o autor destaca a importância de modificar suas práticas no sentido de uma “ação direta muito mais engajada”, que dê conta da diversidade dos assalariados e promova uma “certa homogeneização”, reunindo trabalhadores do setor público e privado, contratados por tempo determinado ou indeterminado, empregados ou desempregados, sindicalizados ou não.

Husson (1996:221) também coloca que o movimento sindical deve reformular suas reivindicações e não se ater somente aos salários dos empregados, mas também à luta pela garantia de uma existência descente àqueles privados de trabalho. Nesse sentido, afirma que “*C’est la condition pour que soit pris en charge par le mouvement social le destin des exclus. C’est en même temps une condition majeure de renaissance du mouvement syndical.*” O autor destaca que, na dialética entre mobilização e negociação, o movimento sindical não deve abandonar o primeiro termo.

Bailey (1975:31) afirma que a partir de 1969, a classe operária européia experimentou novos métodos de luta contra as demissões, que ultrapassaram os limites da legalidade burguesa, que desafiaram o aparelho de Estado e o poder ideológico da

propriedade privada; o autor mostra que na França e Grã-Bretanha, a luta contra as demissões passou a se desenrolar no quadro de um novo debate no seio do movimento operário: como expropriar a burguesia e estabelecer uma planificação, quando se está confrontado com a anarquia do mercado capitalista, cujo preço e responsabilidade o capital se esforça para fazer aceitar pelos trabalhadores.

De acordo com Campione e Rajland (*Mimeo*: 24), uma das questões centrais que se coloca para as perspectivas futuras da organização das classes trabalhadoras é a do desenvolvimento ou não de um movimento se não único, ao menos articulado, de trabalhadores empregados e desempregados.

“Una mayor articulación de los movimientos de trabajadores ocupados y desocupados (tanto los de ‘fábricas recuperadas’ como los más ‘tradicionales’), tiene una base en la potencial toma de conciencia del empobrecimiento absoluto de todos los trabajadores, ocupados o no, en los últimos años (Dinerstein, 2003, p.100), y del hecho de que la expulsión de trabajadores fuente del desempleo, por un lado, y la superexplotación y los bajos salarios, son fenómenos completamente interconectados. Los trabajadores ocupados, formales o no, con contratos de trabajo tradicionales o con alguna de las múltiples formas de contrato temporal, siguen siendo millones de personas en el país, y no hay por qué adscribir a la idea de que el lugar de trabajo ha perdido significación de un modo definitivo como lugar de la movilización y el conflicto, bien que no pueda seguirse pensando en términos de la fábrica tradicional como fuente de la ‘vanguardia’ predeterminada del movimiento de trabajadores.”

Em definitiva, o acirramento do problema do desemprego para as classes trabalhadoras tem significado em grande medida um enfraquecimento de sua capacidade reivindicativa; contudo, esta desmobilização não representa uma realidade última, não conduz necessariamente ao desmantelamento da organização sindical ou à fragmentação absoluta do coletivo de classe ou à impossibilidade de elaboração e luta por um projeto político de transformação do modo de produção capitalista. Algumas experiências demonstram que, em que pesem as dificuldades impostas, mantém-se a possibilidade de mobilização no âmbito sindical e nos movimentos sociais, desde que se busquem soluções alternativas, o que exige, por sua vez, a tomada de consciência da necessidade de revitalização da luta das classes trabalhadoras de forma combativa e revolucionária. O

fortalecimento do coletivo de classe através da unificação da luta de trabalhadores empregados e desempregados se constitui como um dos fatores centrais desta revitalização.

Considerações Finais

Discutimos ao longo desta pesquisa um conjunto complexo de problemas, que procuraremos sintetizar em poucas palavras a seguir.

O tema geral que informa o trabalho é a luta das classes trabalhadoras contra o desemprego. Definiu-se como objeto de pesquisa a ação do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região frente às demissões em massa que ocorreram no setor bancário entre 1986 e 2002. Este recorte permite discutir de forma bastante rica o tema proposto pelos seguintes motivos: o sindicalismo bancário no Brasil é tradicionalmente forte e combativo, de modo que é representativo da luta das classes trabalhadoras no país; o setor bancário sofreu cortes de pessoal muito expressivos ao longo de 20 anos, tornando-se exemplar quanto à tendência do capital de se expandir em proporção inversa ao crescimento da força de trabalho empregada.

O recorte do objeto circunscreve a discussão do tema à luta sindical dos trabalhadores contra as demissões no setor bancário, no Brasil, na fase de implementação e consolidação do modelo neoliberal do capitalismo. Contudo, consideramos importante mencionar a luta sindical contra o desemprego no plano nacional e internacional, a luta organizada em movimentos sociais contra o desemprego, e discutir a problemática do fenômeno do desemprego no modo de produção capitalista, sua funcionalidade para o processo de expansão do capital e as necessidades e dificuldades que impõem para a organização da luta reivindicativa e política das classes trabalhadoras.

O quadro no qual se desenvolve a discussão, portanto, é o da reestruturação do capital financeiro nacional. Demonstramos que, desde meados da década de 1980, o sistema bancário vem sendo reestruturado através de um processo ofensivo que combina a implementação de novas tecnologias (informatização), fusões e privatizações, terceirizações e adoção de novas formas de contratação (precárias), e demissões em massa. Este processo atende aos interesses de expansão do capital, promovendo sua concentração e centralização (através da formação de conglomerados financeiros), e sua transnacionalização (através da associação com o capital estrangeiro). Ao mesmo tempo, para os trabalhadores, este processo acarreta demissões em massa e precarização das condições e relações de trabalho, representada pela intensificação da produtividade do

trabalho, pelo desrespeito à jornada de trabalho, pelas perdas salariais, pelo esvaziamento do conteúdo intelectual do trabalho, pelo aumento dos problemas de saúde dos trabalhadores, pela perda de direitos sociais conquistados pela categoria.

Defendemos a tese de que **o desemprego e a precarização do trabalho estão mutuamente relacionados**, na medida em que **a instrumentalização do medo da demissão se constitui como um dos principais fatores de pressão sobre os trabalhadores empregados**, submetendo-os às condições de trabalho impostas.

O processo de reestruturação do sistema bancário nacional enfrenta a resistência do coletivo de trabalhadores organizados em um sindicato historicamente combativo, que assume papel de destaque no sindicalismo brasileiro e que está marcado pelas conquistas que alcançou para a categoria bancária.

Contudo, este processo de reestruturação do sistema bancário nacional se insere no processo de reestruturação do capitalismo mundial, que combina reestruturação produtiva e políticas neoliberais; a ofensiva do capital neste sentido tem sido muito forte e tem criado dificuldades de resistência das classes trabalhadoras nos planos nacional e internacional. O sindicalismo e outras formas de organização dos trabalhadores encontram-se em uma situação desfavorável, assumindo, de maneira geral, um posicionamento defensivo.

Para além destas dificuldades conjunturais, a análise do sindicalismo bancário nos leva a tecer algumas considerações críticas quanto à sua estrutura corporativa (formada por três pilares: o amparo na legalidade estatal, a unicidade sindical e o imposto sindical); quanto à adesão à ideologia meritocrática; e quanto à sua postura em relação à ideologia e políticas neoliberais. Estas considerações são fundamentais para caracterizar a definição da situação de classe dos trabalhadores bancários, seu posicionamento ideológico e a configuração de sua luta reivindicativa e política.

Em relação a isto, afirmamos:

- 1) O amparo no Estado protetor supõe a possibilidade de que este seja um “parceiro” dos trabalhadores contra o capital e oculta que esta instituição se constitui como representante dos interesses deste último;

- 2) O imposto sindical provoca a filiação compulsória dos bancários, eliminando a conscientização político-ideológica que estaria relacionada à participação no movimento;
- 3) A unicidade sindical contribui para a constituição de uma “burocracia dirigente” e restringe a possibilidade de atuação de vertentes críticas dentro da própria organização.
- 4) O apego à ideologia meritocrática, isto é, o distanciamento estabelecido com o coletivo de trabalhadores “não-manuais” e a localização da categoria em um patamar elevado na hierarquia social das profissões, inibem a identificação enquanto classe de trabalhadores assalariados e dificulta a unificação de uma luta em oposição às classes dominantes; ao contrário, ameniza o antagonismo entre capital e trabalho e tende a promover uma aproximação “idealizada” com as classes superiores.
- 5) A aceitação de alguns pressupostos neoliberais impossibilita, evidentemente, a contraposição a eles, e corrobora com sua concretização como discurso único.
- 6) A estratégia conciliatória mais recentemente adotada por correntes majoritárias do sindicalismo nacional, nas quais se inclui o bancário aqui em questão, termina por sucumbir à ideologia hegemônica e submeter o trabalho às imposições do capital, aniquilando a capacidade de resistência sindical. São exemplos disto as comissões tripartites de negociação e os cursos de qualificação profissional.

Estes 6 pontos levantados debilitam ainda mais a capacidade de resistência do sindicalismo bancário às imposições da reestruturação do capital financeiro porque são, por sua vez, os fundamentos das seguintes características:

- 1) A diferenciação dos trabalhadores bancários enquanto trabalhadores de “classe média” e, portanto, a separação da luta da classe operária.
- 2) O abandono cada vez mais declarado da própria noção de “classe social”.
- 3) A conseqüente postura conciliatória, que oculta o conflito de classes e supõe a possibilidade de parcerias entre trabalhadores, empresários e governo.
- 4) A delimitação da luta sindical ao plano reivindicativo e a ausência de um projeto político de transformação da sociedade.

Ao contrário, defendemos as teses de que:

- 4) Os bancários vivem uma situação de trabalho semelhante à da classe operária, no sentido de que são obrigados a vender sua força de trabalho, estão submetidos aos processos de racionalização e padronização do trabalho capitalista, e sofrem o medo do desemprego e a precarização das condições de trabalho.
- 5) Na atual conjuntura desfavorável à organização das classes trabalhadoras, urge a necessidade de enfatizar os elementos que podem unificar suas lutas, assim como destacar e não ocultar as contradições entre capital e trabalho.
- 6) A luta reivindicativa e a luta política podem ser unificadas e podem se fortalecer mutuamente.
- 7) A decisão de unificar ambas lutas é uma opção político-ideológica que pressupõe uma perspectiva de classe e a definição de um projeto revolucionário.

É neste sentido que afirmamos que o posicionamento político e ideológico do Sindicato dos Bancários e, portanto, a definição de sua plataforma reivindicativa e política está relacionada com as dificuldades de resistência às demissões e de organização dos trabalhadores demitidos. A postura conciliatória com o capital tem se mostrado ineficiente para barrar as imposições da reestruturação, dentre as quais se destacam as demissões em massa. A representação sindical organizada por categoria profissional, ocultando as identidades de classe trabalhadora, tem sido um dos fatores de esvaziamento do movimento. A luta somente no plano transitório das reivindicações imediatas é insuficiente para reverter a situação desfavorável aos trabalhadores no capitalismo. **Uma luta combativa contra as demissões e a organização dos trabalhadores demitidos**, para além das dificuldades práticas enumeradas na pesquisa, **pressupõe uma unidade de classe dos trabalhadores e um projeto político de superação do capitalismo.**

Finalmente, **a organização da luta contra o desemprego pressupõe a compreensão deste fenômeno como necessário para o avanço da acumulação do capital**, desmistificando as teses que afirmam ser este um problema de desajuste temporário do capitalismo, uma conseqüência indesejada do processo de inovação

tecnológica ou uma questão de descompasso entre a qualificação dos trabalhadores e as novas exigências do mercado de trabalho.

É neste sentido que destacamos a necessidade de atualizar o conceito marxista de “Exército Industrial de Reserva”, para o qual propomos a denominação “Exército Laboral de Reserva”, procurando, de maneira ainda precária, designar as seguintes características:

- 1) Os trabalhadores desempregados na etapa atual do capitalismo não são oriundos necessariamente da indústria, mas também dos serviços.
- 2) Grande parte destes trabalhadores não permanece simplesmente à disposição do capital para ser contratado a qualquer momento, mas procura soluções alternativas no trabalho autônomo ou informal, que se constitui, em geral, como trabalho precário.
- 3) Os trabalhadores em situação de desemprego procuram trabalhar em qualquer atividade, sob qualquer condição de trabalho, ainda que esta não coincida com sua formação ou com a atividade profissional que desempenhava antes.

Destacamos a necessidade de pensar o fenômeno do desemprego de uma perspectiva política, relacionando os interesses e conflitos de classe que representa, as dificuldades e as necessidades que impõe para a organização da luta das classes trabalhadoras. Mais uma vez, afirmamos a importância de problematizar e não naturalizar o fenômeno, de considerar o desempregado como integrante da classe trabalhadora e, enquanto tal, como capaz de intervir politicamente, de organizar a luta por seus interesses. Ao contrário de afirmar sua inutilidade para o mundo, é preciso esclarecer o que está por trás de sua aparente superfluidade para a produção capitalista.

Referências bibliográficas

Bibliografia citada

Livros, teses, dissertações, artigos e comunicações

Alexandre, Francisco F. *Reestruturação e o fim da segurança no emprego no BB*. São Paulo: Edição do autor, 2002.

Alves, Giovanni. “Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa”. In: Teixeira, F. e Oliveira, M. (orgs.) *Neoliberalismo e reestruturação produtiva. As novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996, pp. 109-161.

Althusser, Louis. *Sobre o trabalho teórico*. Portugal: Editora Presença; Brasil: Livraria Martins Fontes, 1978.

Amadeo, E. e Estevão, M. *A teoria econômica do desemprego*. São Paulo: Hucitec, 1994.

Antunes, Ludmila Rodrigues. *Reestruturação produtiva e sistema bancário: movimento sindical bancário brasileiro nos anos 90*. Tese de Doutorado – IE/UNICAMP. Campinas: [s.e.], 2001.

Bailey, D. “A luta contra o desemprego”. In: Mandel, E. *et alli. A resposta operária à inflação, desemprego e emigração*. Lisboa: Edições Antídoto, 1975.

Bernardo, João. “Desemprego ou crescimento do proletariado?” e “Desemprego ou reorganização do proletariado?”. In: Bernardo, J. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores. Ainda há lugar para os sindicatos?* São Paulo: Boitempo, 2000, Capítulos IV e V, pp. 61-88.

Beynon, Huw. “A destruição da classe operária inglesa?”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 27, ano 10, fevereiro de 1995, pp. 5-16.

Boito Jr., Armando. “Classe média e sindicalismo”. *Primeira Versão*, IFCH/Unicamp, n° 123, fevereiro 2004.

_____. “O sindicalismo tem futuro?”. *Puc Revista*, n° 11, 2001.

_____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999, 2ª. edição.

_____. “Classe média e sindicalismo: uma nota teórica”. In: Luciano A. P. Junqueira (coord.) *Brasil e a nova ordem internacional*. Anais do IX Congresso Nacional dos Sociólogos. São Paulo: Editora do SINESP, 1994, pp. 207-213.

_____. *O Sindicalismo de Estado no Brasil. Uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

Bourdieu, Pierre. “A Opinião Pública não existe”. In: Thiollent, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Editora Polis, 1987, pp. 137-152.

Braverman, Harry. *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

Campione, Daniel e Rajland, Beatriz. “Piqueteros y trabajadores ocupados en la Argentina de los últimos años: novedades y continuidades en su participación y organización en los conflictos”. *Mimeo*.

Canêdo, Leticia Bicalho. *O sindicalismo bancário em São Paulo no período de 1923-1944: seu significado Político*. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

_____. *Bancários: movimento sindical e participação política*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1986.

Castel, Robert. “A sociedade salarial” e “A nova questão social”. In: Castel, R. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, Capítulos VII e VIII.

Chesnais, François (coordenador). *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998. Introdução geral, pp 11-34.

Costa, Márcia da Silva. *Despotismo de mercado. Medo do desemprego e relações de trabalho em contexto de reestruturação produtiva brasileira dos anos 90*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002. Tese de Doutorado.

Debons, Claude. “De la résistance à l’alternative”. In: Bourdieu *et alli*. *Les perspectives de la protestation. La résistance sociale outre-rhin, foyer d’une autre Europe*. Paris: Éditions Syllepse, 1998, pp. 125-181.

Dedecca, C. Salvadori. “Desregulação e desemprego no capitalismo avançado”. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: 1996, n° 1, vol. 10, pp.13-20.

Galvão, Andréia. *Neoliberalismo e Reforma trabalhista no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2003. Tese de Doutorado/IFCH.

Girardi Jr., Liraucio. *Classe média, meritocracia e situação de trabalho: o sindicalismo bancário em São Paulo (1923 a 1944)*. Campinas: Unicamp, 1995. Dissertação de Mestrado/IFCH.

Guimarães, Nadya A. “Por uma sociologia do desemprego: contextos sociais, construções normativas e experiências subjetivas.” Comunicação apresentada ao XXV encontro anual da ANPOS/GT Trabalhadores, sindicalismo e a nova questão social, 2001.

Habermas, J. “A nova intransparência. A crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas”. *Novos Estudos*. São Paulo: 1987, no. 18.

Hetzel, Anne-Marie e Lefèvre, Josette. “Le lexique de l’emploi et du chômage dans les résolutions syndicales (1970-2000). *Cahiers de Ressy*, Junho 2000, n° 3 e 4, pp. 24-28.

Husson, Michel. *Misère du Capital. Une critique du néolibéralisme*. Paris: Syros, 1996.

Mandel, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Coleção *Os Economistas*.

Jinkings, Nise. *Trabalho e subjetividade sob o mister de fazer mais dinheiro: o trabalho bancário*. Campinas: Unicamp, 1994. Dissertação de Mestrado/FE.

Lênin, Vladimir I. U. *Que fazer?* Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

Maruani, Margaret e Reynaud, Emmanuèle. “Lê chômage”. In: Maruani e Reynaud. *Sociologie de l’emploi*. Paris: Éditions La Découverte, 1993, capítulo II, pp. 27-47.

Marx, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Volume I. Seção I: Mercadoria e Dinheiro. Capítulo I: A Mercadoria.

_____. “A lei geral da acumulação capitalista”. In: Marx, K. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, Volume I, Livro Primeiro, Tomo 2, Capítulo XXIII.

_____. “Salário, preço e lucro”. In: Marx e Engels. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, s.d., volume III.

Mattos, Marcelo Badaró. “O sindicato e o desemprego no Brasil”. Comunicação apresentada ao XXII encontro anual da ANPOCS/GT Sindicalismo e Política, 1998.

Mattoso, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1995.

Meneleu Neto, José. “Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva”. In: Teixeira, F. e Oliveira, M. (orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva. As novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

Mottez, Bernard. “Formes de salaire et types d’action ouvrière”. *Le Mouvement Social*. Paris: Octobre-Décembre 1967, n° 61, pp. 5-12.

Mouriaux, René. “A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa”. *Crítica Marxista*. São Paulo: Boitempo, Abril 2002, n° 14, pp. 150-170.

Nun, José. “El futuro del empleo y la tesis de la masa marginal”. *Desarrollo Económico. Revista de Ciencias Sociales*, Janeiro-Março 1999, n° 152, volume 38, pp. 985-1004.

Offe, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

Paranhos, Adalberto. *O roubo da fala – origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

Pereira, Denise de Castro e Crivellari, Helena M. Tarchi. “A concepção fabril numa empresa bancária”. In: Leite, M. de Paula e Silva, R. Aparecido. *Modernização tecnológica, relações de trabalho e práticas de resistência*. São Paulo: Iglu, 1991, pp. 95-118.

Pochmann, Marcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.

Rodrigues, Iram Jácome e Arbix, Glauco. “Novas estratégias sindicais diante do desemprego”. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: 1996, n° 1, v. 10, pp.77-85.

Rodrigues, Leôncio Martins. *Destino do sindicalismo*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999.

Saes, Décio. “Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania”. *Crítica Marxista*. São Paulo: Boitempo, Março 2003, n° 16, pp. 9-38.

_____. “Classe média e políticas de classe”. *Contraponto*. Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos Noel Nutels. São Paulo: Novembro 1997, ano II, n° 2, pp. 96-102.

_____. “Tendências do sindicalismo de classe média no Brasil – 1930-1964”. *Trabalhadores, sindicatos e política*. Coleção Cultura e Política CEDEC/Global. São Paulo, s/d, pp.35-44.

Segnini, Lilinan. *A liturgia do poder: trabalho e disciplina*. São Paulo: EDUC, 1988.

_____. “A trajetória de uma profissão rumo ao desemprego”. Comunicação apresentada ao XXIV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú, 1999.

Silva, Eduardo Pinto e. *Demissões (in)voluntárias e subjetividade*. Campinas: Unicamp, 2000. Dissertação de Mestrado/FE.

Silva, Roque Aparecido da. “Computadores, digitação e caixas: a automação bancária em questão”. In: Leite, M. de Paula e Silva, R. Aparecido. *Modernização tecnológica, relações de trabalho e práticas de resistência*. São Paulo: Iglu, 1991, pp. 119-142.

Singer, Paul. “A crise das relações de trabalho”. In: Nabuco, Maria Regina e Neto, Antônio Carvalho (org.). *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1999.

Teixeira, N. G. *O sistema bancário brasileiro e suas transformações frente à crise atual*. Campinas: Unicamp, 1985. Tese de Doutorado/IE.

Teixeira, Franciso J. Soares. “Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo?” In: Teixeira, F. e Oliveira, M. (orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva. As novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996, pp.15-74.

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1980.

Venco, Selma Borghi. *Telemarketing nos bancos: o emprego que desemprega*. Campinas: Unicamp, 1999. Dissertação de Mestrado/ FE.

Topalov, Christian. *Naissance du chômeur 1880-1910*. Paris: Éditions Albin Michel, 1994.

Documentos da imprensa sindical

DIEESE. *A globalização da economia e a informatização do sistema financeiro*. Boletim, Setembro 1997.

_____. *Mudanças no perfil da categoria bancária: ocupação, gênero, escolaridade e faixa etária (1986 - 1994)*. São Paulo: DIEESE/ SESE-SEEB, Setembro 1997a.

_____. *Reestruturação produtiva reduz emprego nos bancos*. Boletim, Julho 1997b.

_____. *Evolução recente do emprego bancário no Brasil*. Belo Horizonte: DIEESE, 1998. Texto nº 2.

_____. *Produtividade do trabalho no setor bancário*. Boletim, Junho 1998b.

_____. *Bancos (e finanças) no Brasil: reestruturação e tendências*. Boletim, Maio e Junho 1999.

_____. *Emprego bancário no Brasil*. Informativo nº 2, Novembro 1999a.

_____. *Pesquisa “perfil profissional dos empregados em estabelecimentos bancários de Campinas e região”*. Relatório Final. Julho 2000.

Sindicato dos Bancários de Campinas e Região (FEEB SP-MS). *Sempre na luta*. Tese do I Congresso dos Bancários de Campinas e Região (Gestão 2001-04), Julho de 2001, *Mimeo*.

Jornal “O Bancário”. Publicação periódica do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região (FEEB SP-MS). Edições de 1986 a 2002, armazenadas em *cd-rom*.

Bibliografia de referência

Boito JR., Armando. “Classe média e sindicalismo: uma nota teórica”. In: JUNQUEIRA, Luciano A. Prates (coord.). *Brasil e a nova ordem internacional*. Anais do IX Congresso Nacional dos Sociólogos. São Paulo: Editora do SINESP, 1994, pp. 207-213.

Braverman, Henry. *Travail et capitalisme monopoliste*. Paris: François Maspero, 1976.

Chesnais, F. “A ‘nova economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense”. In: Chesnais *et alli*. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã/CEMARX, 2003, pp. 43-70.

Duménil, Gérard. “Uma nova fase do capitalismo? Três interpretações marxistas”. In: Chesnais *et alli*. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã/CEMARX, 2003, pp. 93-101.

Forrester, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

Julliard, Jacques. *Fernand Pelloutier et les origines du syndicalisme d’action directe*. Paris: Éditions du Seuil, 1971.

Larangeira, Sônia M. “Há lugar para o sindicalismo na sociedade pós-industrial? Aspectos do debate internacional”. *São Paulo em perspectiva*. São Paulo: Jan-Mar/1998, nº 1, vol. 12, pp. 174-183.

Larangeira, Sônia M. “As novas tecnologias e a ação sindical no setor bancário: as experiências britânica e brasileira”. Comunicação apresentada ao XVII encontro anual da ANPOCS/GT: Sindicalismo e Política, 1993.

Lockwood, David. *El trabajador de la clase media*. Madrid: Aguilar, 1962.

Mandel, Ernest. “Marx, la crise actuelle et l’avenir du travail humain”. Revista *Quatrième Internationale*. Montreuil, França: (s.d.).

Mills, Wright C. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

Montagner, Paula e Brandão, Sandra M.C. “Desemprego: novos aspectos de um velho problema”. *São Paulo em Perspectiva*, Janeiro-Março 1996, n° 1, v. 10, pp. 36-45.

Piore, Michael J. *Paro e inflación*. Madrid: Alianza Editorial, 1979.

Poulantzas, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Rodríguez, I. Jácome e Arbix, Glauco. “Novas estratégias sindicais diante do desemprego”. *São Paulo em Perspectiva*, Janeiro-Março 1996, n° 1, v. 10, pp. 77-86.

Rumiantsev, Alexei (org.) *La estructura de la clase obrera de los países capitalistas: materiales del intercambio de opiniones organizado por Revista Internacional (Problemas de la Paz y del Socialismo) – 1960-1961*. Praga: Editora Paz y Socialismo, 1963.

Saes, Décio. “Classe média e políticas de classe (uma nota teórica)”. *Contraponto* Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos Noel Nutels. Novembro de 1977, Ano II, n° 2, p.p. 96-102.

Segnini, Liliana. *Mulheres no trabalho bancário: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

Singer, Paul. “Desemprego e exclusão social”. *São Paulo em Perspectiva*, Janeiro-Março 1996, n° 1, v. 10, pp. 3-12.

Thompson, E.P. “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’”. In: NEGRO, A. Luigi e SILVA, Sérgio (org.). *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Coleção *Textos Didáticos*, Fevereiro de 1998, n° 10, vol. 2, pp. 95-106.

Trópia, Patrícia Vieira. *Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical: o caso dos comerciários de São Paulo*. Campinas: Unicamp, 1994. Dissertação de Mestrado/IFCH.

Wright, Eric Olin. *Classe, crise e Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Zarpelon, Sandra R. “ONGs, movimento sindical e o novo sindicalismo utópico”. *Idéias. Revista do IFCH*, 2002, ano 9 (1), pp. 203-244.

Entrevistas

Dirigente I: André – Sindicato dos Bancários de Campinas e Região (03/06/2003)

Dirigente II: Fátima - Sindicato dos Bancários de Campinas e Região (11/11/2003)

Dirigente III: Gustavo Moreno Frias - Sindicato dos Bancários de Campinas e Região (11/11/2003)

Dirigente IV: Jairo Gimenez - Sindicato dos Bancários de Campinas e Região (26/11/2003)

Dirigente V: Mauri M. de Souza - Sindicato dos Bancários de Campinas e Região (07/11/2003)

Dirigente VI: Rogério Castelli - Sindicato dos Bancários de Campinas e Região (07/11/2003)

Dirigente VII: Silva, Afonso Lopes da - Sindicato dos Bancários de Campinas e Região (11/06/2003)

Dirigente VIII: Sonia Aoki - Sindicato dos Bancários de Campinas e Região (29/08/2003)

Dirigente IX: Stela A. de Lima - Sindicato dos Bancários de Campinas e Região (07/11/2003)

Dirigente X: Vera Lúcia Moreira - Sindicato dos Bancários de Campinas e Região (11/11/2003)

Militante I: João Zinclair – ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas/SP, organizador do extinto MCD (Movimento Contra do Desemprego), em Campinas/SP, em 1997. (23/09/2003)

Militante II: Renato - Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas/SP, organizador do extinto MCD (Movimento Contra do Desemprego), em Campinas/SP, em 1997. (15/09/2003)

Militante III: Moisés - Pastoral Operária. Arquidiocese de Campinas. Integrante do “Fórum Nacional de Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras Desempregados”, criado em Janeiro de 2003. (06/10/2003)

Anexos

Roteiro de entrevista

(para dirigentes do Sindicato dos Bancários de Campinas)

I

1. A supressão de postos de trabalho no setor bancário de Campinas e região foi muito grande? Esse processo continua?
2. Quais são as principais causas da redução do emprego no setor bancário?
3. É possível acabar com o desemprego no setor?
4. Quais seriam as soluções possíveis para o desemprego?
 - (a) explorar a questão do crescimento econômico com criação nula ou insuficiente de emprego e a naturalização da informatização;
 - b) explorar a questão de saber se é possível baixar significativamente a taxa de desemprego dentro do modelo capitalista neoliberal;
 - c) explorar a questão de saber se é possível acabar com o desemprego no capitalismo: o tema do desemprego como algo inerente à produção capitalista e como fator fundamental de desmobilização e enfraquecimento da classe trabalhadora, permitindo a acumulação desimpedida de capital.

II

4. Qual é o papel do sindicato na luta contra o desemprego? Seria uma luta restrita à minimização dos efeitos negativos?
5. O sindicato tem obtido vitórias na luta contra o desemprego? (Lembrar que os bancários reivindicam que o sindicato atue fundamentalmente em defesa do emprego.).
6. O sindicato pode fazer algo para organizar o trabalhador desempregado na luta contra o desemprego? O Sindicato dos Bancários tentou organizar os desempregados? Obteve algum resultado? Tem conhecimento do que é que aconteceu com o pessoal que perdeu emprego nos bancos?

7. Os sindicatos devem representar os trabalhadores desempregados das respectivas categorias (lembrar a luta pela representação dos trabalhadores terceirizados)? As centrais sindicais devem reunir trabalhadores desempregados?

a) explorar as dificuldades aí implicadas;

b) explorar a questão da luta corporativa – se o bancário fica desempregado, vai procurar emprego em outro setor da economia, sai do “eixo de atuação” do sindicato;

c) colocar o problema da identidade de classe.

8. Ao não conseguir absorver os trabalhadores desempregados do setor e reduzir sua capacidade representativa aos trabalhadores empregados, o sindicalismo bancário torna-se mais corporativo?

9. Qual tem sido o impacto do ajuste neoliberal, da reestruturação capitalista dos bancos e do desemprego na organização e na mobilização sindical? O medo do desemprego é um fator de desmobilização da base?

10. Quais são as diferenças mais importantes entre a ação sindical nos bancos nos últimos anos e a ação sindical na década de 1980?

III

11. Em sua opinião, caberia aos sindicatos organizar uma luta unificada dos trabalhadores (empregados e desempregados) que fosse além da resistência às demissões e das reivindicações imediatas por emprego e que propusesse medidas gerais referentes à política econômica e social – não pagamento da dívida pública, controle do capital estrangeiro, nacionalização das grandes empresas, medidas massivas para criação de postos de trabalho formais?

12. Caberia aos sindicatos denunciar a ação capitalista de desmobilização e enfraquecimento da classe trabalhadora através da criação de desemprego? Caberia ao sindicato fazer propaganda do socialismo como solução para o desemprego?

13. Você acredita que o governo Lula pode diminuir ou acabar com o desemprego? (Explorar as dificuldades da luta sindical no contexto político atual)

14. Você entende que a participação dos sindicatos no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e no Fórum Nacional do Trabalho, organismos tripartites

criados pelo governo Lula, poderia contribuir para a resolução do problema do desemprego? Como?